

_J



L

_J

L

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA DE POS-GRADUACAO EM GEOGRAFIA

JOÃO AUGUSTO PEREIRA DO PRADO

**FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA E PROJETO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO (1930-1980): RUGOSIDADES E VERTICALIDADES
COMO ELEMENTOS DE DETERMINAÇÃO**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
RIO CLARO – SP
2024**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

JOÃO AUGUSTO PEREIRA DO PRADO

**FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA E PROJETO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1930-1980):
rugosidades e verticalidades como elementos de determinação**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Organização do espaço” e na linha de pesquisa “Território, mutações econômicas e políticas Públicas”.

Orientador: José Gilberto de Souza

Rio Claro - SP
2024

P896f Prado, João Augusto Pereira do
Formação socioespacial brasileira e projeto nacional de desenvolvimento (1930 - 1980): rugosidades e verticalidades como elementos de determinação / João Augusto Pereira do Prado. -- Rio Claro, 2024
167 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: José Gilberto de Souza

1. Brasil. 2. Formação socioespacial. 3. Desenvolvimentismo. 4. Rugosidades. 5. Verticalidades. I. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

JOÃO AUGUSTO PEREIRA DO PRADO

**FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA E PROJETO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1930-1980):
rugosidades e verticalidades como elementos de determinação**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Organização do espaço” e na linha de pesquisa “Território, Mutações Econômicas e Políticas Públicas”.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. José Gilberto de Souza (orientador)

IGCE/UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Fabio Betioli Contel

FFLCH/USP – Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira

IG/UFU – Universidade Federal de Uberlândia

Conceito: APROVADO

Rio Claro (SP), 06 de agosto de 2024

AGRADECIMENTOS

Ao mestre.

Registro meus principais agradecimentos ao professor José Gilberto de Souza, meu orientador. São inúmeras as suas colaborações para esse trabalho e listá-las uma a uma resultaria em um texto demasiadamente longo e pouco apropriado para esse espaço. Não poderia deixar de ressaltar, entretanto, suas contribuições que julgo serem as mais importantes – tanto para a minha vida pessoal como para a minha trajetória intelectual – que consistem em seus direcionamentos para a construção da minha autonomia de pensamento e seus incentivos para o estabelecimento de minhas proposições.

Foi através do senhor, Gilberto, que aprendi a buscar meu próprio caminho, a racionalizar ideias e questionar formulas acabadas que prometem tudo responder. Tais exercícios, de reflexão e questionamento, só encontram sentido diante do estabelecimento de proposições, e essas, por sua vez, demandam coragem. Portanto, ao me estimular a refletir e propor o senhor também me ensinou a ter coragem.

Ao senhor, professor, agradeço também pelo tratamento compreensivo e empático, pois nós pesquisadores, a despeito do que as exigências institucionais possam sugerir, não somos máquinas de produção em série, somos seres humanos cujas vidas permeiam muitas outras esferas, igualmente importantes.

À família.

Agradeço a minha mãe, Vanusa, por acreditar na minha trajetória e por apoiar incondicionalmente minha busca pelo conhecimento. Sei de tudo que a senhora passou para que eu pudesse estudar e sou grato por todo suporte emocional que me ofereceu ao longo desses anos. Não raras vezes vi a senhora comemorar minhas pequenas conquistas muito mais do que eu mesmo, constituindo-se sempre como um “porto-seguro” no qual eu jamais deixaria de ser reconhecido e valorizado.

Agradeço ao meu pai, Richard, pelo indispensável apoio econômico. Graças a esse apoio pude escolher o caminho profissional que gostaria de seguir e ter a possibilidade de trabalhar com aquilo que me faz sentido. Seu esforço, no fim, me humanizou e me libertou de uma vida pautada em formas de trabalho muito mais alienantes.

Aos amigos e amigas.

Gostaria de estender meus agradecimentos à Maria Carolina Sugahara, minha grande amiga e principal incentivadora durante todo o período da pesquisa. Agradeço-te pelos constantes e extensos debates, pelo afeto, pelo companheirismo e por toda a ajuda que me ofereceu com questões burocráticas – as quais sempre fui pouco atento. Penso que não configure exagero afirmar que a escrita dessa dissertação não poderia ter sido realizada sem seu apoio e gostaria de ter o privilégio de seguir produzindo, pensando e experienciando ao seu lado por tempo indeterminado.

Agradeço, também, a todos os amigos e amigas de Salto (SP), de Rio Claro (SP) e para além do atlântico – mais precisamente de Portugal – pelo companheirismo e pelos momentos de descontração, sem os quais os desafios enfrentados durante esse trabalho teriam me consumido e impedido sua realização. No fim das contas, a produção do conhecimento é sempre o resultado de um esforço coletivo.

Às instituições.

Ao fim, agradeço a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, especialmente ao campus de Rio Claro, minha “casa” desde 2015. O encontro com a Universidade é um evento de absoluto destaque em minha vida. Nela eu me encontrei, nela eu me fiz e nela continuarei. Desejo que muitos outros possam seguir acessando essa instituição pública, gratuita e de qualidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

A condição conhecida como “subdesenvolvimento” configura-se como uma das principais características dos países da periferia capitalista. O Brasil, inserido nesse rol, experienciou um intenso processo de desenvolvimento econômico entre os anos 1930 a 1980, tornando-se, ao fim desse período, a nação mais industrializada da periferia capitalista. Entretanto, o projeto nacional de desenvolvimento iniciado nos 1930 através de Getúlio Vargas, que possuía como objetivos centrais a industrialização da nação, o rompimento da inserção externa subordinada e a criação de uma potencia econômica resultou em uma industrialização incompleta, no brutal agravamento das desigualdades sociais e na atualização dos nexos coloniais. Nesse trabalho, ao entendermos o espaço enquanto uma instância social, buscamos compreender quais seriam as determinações espaciais que se assentaram sobre esse processo de desenvolvimento, modificando-o de forma que se tornasse incapaz de atingir seus objetivos iniciais.

Palavras-chave: Brasil, formação socioespacial, rugosidades, desenvolvimentismo, horizontalidades, imperialismo.

ABSTRACT

The condition known as "underdevelopment" is one of the main characteristics of countries in the capitalist periphery. Brazil, included in this group, experienced an intense process of economic development between the years 1930 and 1980, becoming, at the end of this period, the most industrialized nation in the capitalist periphery. However, the national development project initiated in the 1930s through Getúlio Vargas, which had as its central objectives the industrialization of the nation, the rupture of subordinate external insertion, and the creation of an economic power, resulted in incomplete industrialization, the brutal worsening of social inequalities, and the updating of colonial nexuses. In this work, by understanding space as a social instance, we seek to comprehend what spatial determinations were established upon this development process, modifying it in a way that it became incapable of achieving its initial objectives.

Keywords: Brazil, socio-spatial formation, roughness, developmentalism, horizontalities, imperialism.

O problema não é inventar. É ser inventado hora
após hora e nunca ficar pronta nossa edição convincente.
(Carlos Drummond de Andrade)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 QUESTÕES DE MÉTODO: A DINÂMICA ESPACIAL E O ESPAÇO COMO ELEMENTO DE DETERMINAÇÃO	8
1.1 A geografia crítica: da mera descrição ao espaço como instância social	8
1.2 O espaço como instância social e a dinâmica espacial em Milton Santos	17
1.3 Objetivos propostos	21
1.3 Por uma leitura ampla e dialética: desatando alguns nós	24
1.3.1: Verticalidades e horizontalidades como elementos inerentes aos territórios: por uma leitura dialética.	26
1.3.2: Rugosidades para além da dimensão cartesiana: por uma leitura ampla	34
2. O INTERNO E O EXTERNO: AS DIFICULDADES IMPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À EMANCIPAÇÃO POPULAR NO CENÁRIO NACIONAL	39
2.1 O externo: os impactos das verticalidades na periferia capitalista e as dificuldades das economias periféricas para desenvolverem-se no período do capital monopolista	40
2.2 O interno: a autocracia burguesa brasileira e as rugosidades territoriais geradas pela via “prussiano-colonial” de formação capitalista.	45
2.3 Brasil: a clareza sobre a situação nacional e as dificuldades para o estabelecimento de um projeto nacional de desenvolvimento.	54
3 ENTRE VERTICALIDADES, HORIZONTALIDADES E RUGOSIDADES: O PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO TÉCNICA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA	63
3.1 A formação de um novo bloco no poder e o nacional desenvolvimentismo	63
3.2 O desenvolvimentismo internacionalista, a ampliação das verticalidades imperialistas e a intensificação da tecnificação do território brasileiro	77

3.3 As verticalidades imperialistas e as rugosidades liberais-conservadoras internas: a formação do golpe de 1964	96
3.4 As coisas em seus devidos lugares: percalços do desenvolvimentismo-internacionalista sob as rédeas do capital internacional e da burguesia dependente e associada.	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	143

INTRODUÇÃO

No período posterior aos anos 1930 a economia brasileira possuía como principal característica o elevado grau de dependência do café, o produto central da dinâmica econômica nacional. O Estado brasileiro, por sua vez, era comandado diretamente pelas frações hegemônicas das burguesias do campo que, através de suas práticas patrimonialistas, conferiam forma ao chamado “Estado oligárquico” (Ianni, 1981). Nesse período, se a produção cafeeira fosse devidamente absorvida pelo mercado mundial, não haveriam problemas para as elites nacionais. A satisfação geral da população não era um elemento relevante nem do ponto de vista formal, visto que as massas não possuíam qualquer grau de participação nos processos políticos decisórios (Ianni, 1971; Bresser-pereira, 2009).

Após a crise estadunidense de 1929, que tornou-se uma crise global, a demanda global pelo café arrefeceu e a crescente produção não podia mais ser absorvida pela economia mundial ou pelo Estado brasileiro (Furtado, [1959] 1968). A crise econômica brasileira se transformou na crise política que culminaria na ascensão de Getúlio Vargas ao poder e no estabelecimento do período que veio a ser conhecido como “Estado Novo”. (Fausto, 1970; Ianni, 1986). Uma vez no poder, Vargas buscou superar as estruturas econômicas e políticas de seu tempo, isto é, o padrão agroexportador e o Estado oligárquico. Para isso buscou legitimar seu poder através das massas, inaugurando o populismo e estabelecendo um projeto nacional de desenvolvimento baseado na indução da industrialização e no fortalecimento de uma burguesia industrial ainda incipiente (Ianni, 1986; Weffort, 1989; Boito Junior, 2003).

Nesse sentido, o projeto nacional de desenvolvimento iniciado nos anos 1930, cujo objetivo central consistia na emancipação política e econômica da nação no cenário internacional, foi conduzido ao longo de 55 anos da história brasileira (1930 – 1985), passando por diversas fases, adquirindo distintos contornos e enfrentando diferentes cenários. Ao fim, seu resultado se expressou no aumento exponencial da tecnificação do território brasileiro e na transformação do Brasil em um dos países mais industrializado do terceiro mundo em meados dos anos 1980 (Amsden, 2009; Gomes, 2020).

Entretanto, embora tenha apresentado grande sucesso em termos de desenvolvimento das forças produtivas, o projeto nacional de desenvolvimento falhou em atingir seus principais objetivos: não foi capaz de emancipar a nação no cenário internacional através do rompimento

dos nexos coloniais e nem de promover condições dignas de vida à população brasileira, que observou um grande aumento nas já gritantes desigualdades sociais (Ianni, 1981).

Interessamos-nos, portanto, em elucidar de maneira mais detalhada as principais mudanças político-institucionais e técnicas ocorridas no território nesse período e, sobretudo, **compreender qual foi o papel da dimensão espacial enquanto elemento de determinação nesse processo**, isto é, de que maneira o espaço como instância social foi capaz de condicionar o projeto nacional de desenvolvimento e formata-lo de forma que não fosse capaz de atingir seus objetivos centrais: a ruptura com a dependência externa – a qual a construção de um mercado interno pujante seria indispensável.

Visando compreender tal processo de desenvolvimento territorial e as determinações espaciais incidentes, dividimos esse empreendimento teórico em três capítulos. No primeiro, buscamos apresentar um resgate a respeito da história pensamento geográfico, visando a apresentação do entendimento do espaço em questão e sua importância. A concepção do espaço presente nesse trabalho, a saber, trata-se daquela cunhada pelo professor Milton Santos (1996 p.12), isto é, o espaço entendido enquanto “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” e as principais categorias elencadas para o trabalho, por sua vez, são as de “*formação socioespacial*”, “*verticalidades*”, “*horizontalidades*” e “*rugosidades*”, às quais buscamos trabalhar de maneira ampla.

Ao segundo capítulo reservamos uma discussão a respeito do surgimento do projeto nacional de desenvolvimento dos anos 1930 e dos constrangimentos externos e internos que incidem sobre a tentativa de desenvolvimento econômico soberano no Brasil e na periferia capitalista. A respeito dos constrangimentos de origem exógena, elencamos as verticalidades imperialistas que sabotam constantemente as tentativas de emancipação na periferia a fim de torna-las meras plataformas de extração da mais-valia (Mello, 1982; Marini, 1972). Sobre os constrangimentos internos, destacamos as rugosidades territoriais secularmente construídas no Brasil, com destaque para sua estrutura de classes, cuja fração burguesa, devido ao seu modo particular de entificação, apresenta demasiado reacionarismo e grande extroversão a dependência externa (Fernandes, 1975; Chasin, 2000; Mazzeo, 2015).

No terceiro e último capítulo apresentamos a análise dos fatos históricos, buscando evidenciar a forma como o projeto nacional de desenvolvimento se realizou, abordando suas distintas fases, a saber: o período nacional desenvolvimentista de Vargas, o período desenvolvimentista-associado de Juscelino Kubitschek e, por fim, o período desenvolvimentista-associado e autoritário dos governos militares. Buscamos evidenciar, em

cada um desses períodos, as principais alterações institucionais e técnicas sobre o território, bem como as determinações espaciais que as formataram.

1 QUESTÕES DE MÉTODO: A DINÂMICA ESPACIAL E O ESPAÇO COMO ELEMENTO DE DETERMINAÇÃO

1.1 A geografia crítica: da mera descrição ao espaço como instância social

Moraes e Costa (1984), na clássica obra *“Geografia Crítica: A valorização do Espaço”* distinguem método de interpretação e método de pesquisa. Para os autores, o primeiro diz respeito à forma de interpretação da realidade, ou seja, trata-se da visão de mundo (decorrente de sistemas políticos e filosóficos) que norteia a pesquisa. O segundo trata-se da operacionalização da pesquisa, isto é, de um conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo que constituem-se como sua metodologia. Entendemos que outras definições são possíveis e legítimas, porém, compartilhamos com os autores a definição que propõem.

Assim sendo, como tributários do pensamento de Costa e Moraes e buscando iluminar os caminhos por onde a pesquisa rumará, consideramos necessário explicitar nosso método, isto é, nossa “visão de mundo”, o que entendemos como o objeto de estudo da geografia e qual entendemos ser a natureza desse objeto, visto que definições dessa ordem são numerosas dentro da própria ciência geográfica. Diante de tais considerações, nos filiamos a concepção fundada pelo professor Milton Santos ao entendermos que o objeto de estudo da geografia seria o **espaço geográfico** e por consequência o **território usado**, que seria seu sinônimo, a expressão concreta do próprio espaço geográfico, entendido enquanto **instância social**. Tal concepção – que compreende o espaço geográfico enquanto instância social e objeto central – é relativamente recente na ciência geográfica e acreditamos que não poderemos explicar devidamente suas potencialidades e nossos objetivos sem antes apresentar um breve resgate sobre a evolução da epistemologia geográfica.

Para Hegel ([1807] 1992) a realidade é determinada pela consciência, sendo essa, portanto, a própria realidade, na medida em que se porta como seu reflexo. Nesse aspecto, nos distanciamos da concepção idealista presente no filósofo alemão e nos aproximamos de Marx ([1867] 2015) ao entendermos que não é o pensamento que determina a realidade, mas

justamente o oposto: são as condições materiais de realização da vida que tendem¹ a determinar o campo das ideias, fazendo delas seu reflexo. Partindo desse pressuposto – o de não ser possível conhecer devidamente o mundo das ideias sem a compreensão sobre as condições materiais históricas que lhe são particulares – buscaremos, ao longo desse capítulo, apresentas não apenas as ideias, mas também os contextos históricos capazes de parí-las.

Para Moraes (1984) e Claval (2006) a geografia do século XIX encabeçada pelos alemães Alexander Von Humboldt e Carl Ritter foi pioneira ao ousar ir além da atividade meramente descritiva das paisagens – comuns nas obras de interesse geográfico do século XVIII – estabelecendo o estudo sistemático das relações entre o homem e natureza. Apesar dos avanços em relação à mera atividade descritiva, a geografia ainda possuía características fortemente empiristas, sendo entendida ainda como uma síntese dos fenômenos da natureza, uma “ecologia humana”, onde a importância do homem para a análise se dá, em grande parte, devido a sua capacidade de erodir o terreno natural.

Embora os primeiros passos tenham sido dados por Carl Ritter ([1807] 1875), foi apenas com Friedrich Ratzel ([1882] 1891) que a geografia passou a ser entendida propriamente como uma “ciência do homem”, originando a formação de uma “geografia política” ao entender o Estado como a forma mais bem acabada da organização social. Para Ratzel a espacialidade humana se desenvolvia verticalmente entre as sociedades e o ambiente e horizontalmente através da circulação, onde o homem estende suas relações – mais precisamente o comércio – entre um ponto ao outro da terra. A busca pela compreensão da relação do homem e seu espaço o levou a refletir sobre a extensão espacial necessária para a construção de uma grande nação, culminando na criação de conceitos cujo mais notável é o de “*espaço vital*”². Portanto, nas mãos de Ratzel, a geografia torna-se uma ciência que, em busca de evidenciar as relações entre homem e natureza, busca também compreender as relações entre homens e homens, materializada na forma perfeita, derivada de Hegel, o Estado. Embora seja nítido o salto qualitativo dado pelo autor em relação às concepções geográficas

¹ Distanciamos-nos aqui de uma comum abordagem reducionista que compreende a superestrutura como mero reflexo da instância econômica. No prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política Marx ([1859] 1970) afirmara a necessidade de considerarmos **o conjunto** das relações sociais de produção como a base real que permite a explicação das formas de consciência que dela derivam. Tal conjunto, por sua vez, perpassa as dimensões do econômico e do não econômico, ainda que o segundo seja conformado pelo primeiro, conforme afirma o autor (ibid, p.215): “O concreto é concreto porque é **a síntese de múltiplas determinações** e, portanto, a unidade da diversidade. Por isso, aparece no pensamento, como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida”.

² Segundo Moraes (1984) o conceito de *espaço vital* foi cunhado por Ratzel após seu período como pesquisador nos Estados Unidos, onde o autor haveria sido influenciado pela concepção de *destino manifesto*.

anteriores, o pensamento ratzeliano permaneceu fortemente pautada pelo positivismo e por concepções darwinistas, onde relações sociais eram entendidas como naturais³.

Em paralelo ao desenvolvimento da geografia alemã, nascia também sua escola rival, a geografia francesa, encabeçada por Paul Vidal de La Blache ([1913] 1982; 1903; 1922), cujo eixo central também consistiu na análise das relações entre o homem e seu meio, vindo a estabelecer um conjunto de avanços e retrocessos em relação aos seus rivais germânicos (Claval, 2006). Na escola lablachiana, as relações entre homem e meio eram tratadas a partir do conceito de “*gêneros de vida*” (1903), onde o homem, mediado pela cultura e por suas técnicas, ao adaptar-se a um determinado meio natural, configura também uma paisagem específica. Diferentes combinações entre elementos naturais e culturais gerariam resultados distintos, que tornariam o fenômeno regional – entendido a partir da paisagem – a unidade privilegiada de análise geográfica. Ao entender que o intercâmbio gerado pelo contato entre distintos gêneros de vida seria a base do progresso humano, La Blache contempla também em sua análise o fenômeno da circulação – embora esse tenha sido negligenciado por seus sucessores na construção da geografia regional francesa (Moraes, 1984; Santos, [1996] 2002).

Pautada pelo liberalismo hegemônico pela revolução burguesa na França e também pelos interesses do Estado francês⁴, a escola encabeçada por La Blache, ao conferir maior centralidade para a capacidade de superação humana, suprimiu parte do determinismo darwinista⁵ presente no pensamento de Ratzel, configurando certo avanço (Moraes, 1984). Entretanto, ao buscar suprimir a política e suas ideologias como elementos de estudo da geografia, a geografia francesa ratifica seu compromisso com o positivismo, a tornando novamente uma “ciência asséptica da natureza”, marcando um nítido retrocesso em relação aos seus homólogos alemães (Moraes, 1984; Santos, 2002).

Posteriormente, no século XX, após o fim da II Guerra Mundial, o contexto mundial modificou-se drasticamente. O modo de produção capitalista havia superado seu estágio

³ Partindo do entendimento que não podemos separar a “pesquisa” do “pesquisador” e de que as concepções darwinistas e positivistas configuravam a tônica das ciências no tempo histórico de Ratzel, podemos afirmar que o autor avançou com base nas possibilidades que possuía. Evitamos, portanto, julgamentos anacrônicos.

⁴ Para La Blache (1903), os gêneros de vida, uma vez estabelecidos, tendiam a se reproduzir de maneira simples, sem grandes mudanças, saindo de sua inércia apenas através de fatores como o esgotamento dos recursos, o crescimento populacional, migrações e, principalmente, através do contato com outros gêneros de vida, pela qual se desenvolveria um mútuo intercâmbio produtivo técnico e cultural. Existiria, portanto, pontos de convergência no espaço, geralmente cidades, que se portariam como pontos de difusão de modernidades capazes de modificar gêneros de vida atrasados, encerrando localismos. Conforme afirma Moraes (2007), nota-se aqui o sutil – mas contundente – argumento em favor do Estado francês. Buscava-se deslegitimar o expansionismo alemão, visto que implicaria na invasão de um centro moderno por outro centro moderno, e ao mesmo tempo justificar o colonialismo francês, cujo contato representaria um avanço modernizador para suas colônias na África e Ásia, onde os gêneros de vida se encontrariam “atrasados e estagnados”.

⁵ O pensamento Darwinista não seria totalmente suprimido, sendo em verdade substituído por uma abordagem neo-lamarckismo (Moraes, 2007).

concorrencial e adentrado sua fase monopolista, onde o grande capital, na forma dos grandes trustes, dominou os mercados, reservando pouco espaço para a concorrência dos burgueses médios (Moraes, 1984). A grande crise de 1929, por sua vez, havia encerrado liberalismo “laissez-faire” e explicitado a necessidade de intervenção estatal na dinâmica econômica e no planejamento dos espaços⁶. Nesse novo contexto global as nações desenvolvidas necessitavam de eficazes ferramentas de planificação econômica e espacial que não podiam ser oferecidas por uma ciência geográfica que se limitasse a interpretar evoluções espaciais complexas depois destas já terem ocorrido, sendo necessária a construção de arcabouços teóricos capazes de estabelecer leis gerais para o funcionamento dos fenômenos e, a partir delas, tecer previsões sobre o futuro (Claval, 2006; Moraes, 1984).

A geografia que outrora serviu como ferramenta nas mãos de um Estado alemão que precisava unificar-se e expandir-se para competir com seus rivais e de um Estado francês que necessitava compreender seu espaço, justificar suas colônias e desmoralizar o expansionismo de suas potências vizinhas, novamente é convidada para dar resposta às grandes questões históricas de seu tempo, ganhando novos contornos, cujo epicentro não mais seria a Europa continental, mas o mundo anglo saxão, mais especificamente nos EUA e na Grã Bretanha, sob a forma da “nova geografia”, também chamada de “geografia pragmática” ou mesmo de “geografia quantitativa” (Claval, 2006; Moraes, 1984; Santos, 2002).

Surgida durante o século XX, principalmente em sua segunda metade, a geografia pragmática, despida das concepções naturalistas encontradas na geografia tradicional, buscou estabelecer uma lógica prospectiva, capaz de gerar “previsões”, com base em modelos matemáticos, que lhe garantiriam a necessária “cientificidade” (Claval, 2006; Moraes, 1984; Santos, 2002). O empirismo da observação direta – que configurou a abordagem positivista clássica – foi substituído por uma abordagem positivista mais abstrata⁷, onde os dados, agora potencializadas por modernos mecanismos cibernéticos de coleta surgidos durante o escopo da II Guerra Mundial e da Guerra Fria, são filtrados pelas estatísticas e essas servem de base para a elaboração de análises e modelos multifatoriais, que seriam entendidos como representações precisas da realidade (Santos, 2002; Moraes, 1984).

Para Santos (2002), o principal equívoco da geografia quantitativa foi o de elevar ao status de domínio teórico os elementos que deveriam portar-se apenas como uma metodologia, uma ferramenta de apreensão da realidade. A análise qualitativa dos fenômenos,

⁶ Trata-se de planejamento do espaço, pois o conceito de território encontrava-se suprimido nesse período, sendo resgatado por Raffestin nos anos 1960 e devidamente repercutido na geografia brasileira apenas nos anos 1990 através da obra “Por uma geografia do poder” ([1988] 1993).

⁷ Daí seu entendimento enquanto uma geografia “neo-positivista”.

em verdade, jamais poderia ser entendida como opositora da análise quantitativa, pois possuem funções complementares. É através da análise qualitativa que se estipula quais são as variáveis chaves e o peso de cada uma delas na definição do fenômeno e essa estipulação não é feita fora de um quadro de julgamento de valor. Os modelos construídos a partir de pressupostos matemáticos “não ideológicos”, por sua vez, além de muitas vezes já nascerem impregnados de vícios, buscam apresentar os estágios da evolução espacial sem conseguir explicar devidamente suas conexões, configurando uma análise fotográfica da realidade, pois encontra pouco apreço pela historicidade. Trata-se, portanto, da substituição de uma análise histórica pautada em uma sólida teoria pela tentativa de explicar uma realidade dinâmica através de modelos estáticos.

Segundo Moraes (1984) o notável atrelamento da geografia quantitativa ao positivismo e sua incessante busca por apresentar-se como campo de saber técnico e “despolitizado” se da devido à sua função de servir como ferramenta para a orientação da expansão e alocação do capital. Para a geografia quantitativa anglo-saxã, tal como para a geografia francesa – também nascida do seio de um Estado burguês –, convém mascarar seus objetivos de classe por trás de um véu de cientificidade e tecnicismo, sendo, portanto, necessário eliminar todo elemento que possa desembocar em críticas a respeito das estruturas de classes presentes no interior das sociedades.

Conforme avança o processo de acumulação capitalista, suas contradições internas se ampliam. A geografia, tanto em sua abordagem tradicional como quantitativa, enfrentava dificuldades para dar respostas às profundas transformações na organização espacial decorrentes da industrialização, da expansão do capital e da intensa urbanização (Moraes, 1984). Para Moura *et al* (2008), tais debilidades de ordem epistemológica se deparam com pressões originadas pelas lutas dos movimentos sociais por direitos civis e de gênero nos países do centro capitalista, que se somam aos protestos nacionais e internacionais contra a guerra do Vietnã e as lutas anticoloniais em países do sul global. O resultado foi o fortalecimento de novas propostas, que vieram a ser conhecidas como pertencentes a uma “geografia crítica” ou mesmo a uma “geografia radical⁸” (Moraes, 1984; Moura, 2008; Claval, 2006).

⁸ Convém deixar claro que os termos “geografia crítica” e “geografia radical” não são sinônimos. “Geografia crítica” refere-se a todo pensamento geográfico que conteste a “despolitização” presente nas abordagens tradicionais e quantitativas, enquanto o termo “geografia radical” refere-se à abordagem crítica pautada no em distintas correntes, como no estruturalismo, no marxismo e no anarquismo (Andrade, 1977; Moura et al, 2008).

O multifacetado movimento de renovação da geografia encontraria como elemento comum o embate ideológico contemporâneo da luta de classes. Trata-se do estabelecimento de um compromisso com a modificação da realidade social, que faz uso do saber como ferramenta de emancipação. Buscava-se criticar o demasiado empirismo e o apego às aparências encontrados na geografia tradicional, ao mesmo tempo em que se denunciava a despolitização ideológica do discurso da geografia quantitativa e sua impotência diante das questões sociais – oriunda de sua priorização da *forma* em detrimento da *formação* (Santos, 2002; Moraes, 1984; Moura, 2008).

Na França, uma determinada ala da geografia tradicional – encabeçada por Jean Dresch (1946, 1947, 1967) na década em meados do século XX – ao reconhecer a influência dos processos econômicos e sociais na organização do espaço, havia fundado o embrião do que viria a ser a abordagem crítica na geografia francesa. As manifestações dessa aproximação da geografia tradicional com a história e a economia se estabeleceram com mais intensidade posteriormente, nos anos 1960, através das obras de Pierre George (et al 1964)⁹, Yves Lacoste (1976, [1976] 1988), Bernard Kayser (1966, 1985) e Raymond Guglielmo (1996), fundadores da chamada “Geografia ativa”, que apesar de denunciar de forma contundente as realidades espaciais injustas e contraditórias, possuía dificuldade para, em termos metodológicos, ir além da tônica descritiva empirista¹⁰ (Moraes, 2007).

De acordo com Mattson (1978), no mundo anglo saxão, dominado pela geografia quantitativa nos anos 1970, as contradições sociais emergiam e os geógrafos quantitativos já se mostravam descontentes a respeito das limitações impostas por suas próprias abordagens. Ainda sobre a sombra do constrangimento macarthista, alguns geógrafos passaram a expressar preocupações com a ampla crise social e a desconfiar da real neutralidade do “escudo positivista”. Nesse sentido, certo destaque pode ser dado ao geógrafo quantitativista William Bunge ([1971] 2022), que ao denunciar a pobreza vivida nos bairros negros no interior de Detroit, evidenciou as limitações das políticas públicas americanas e por consequência também as debilidades dos geógrafos e demais planejadores. Surge, ainda que timidamente,

⁹ Para Santos (2002) e Moraes (2007), foi Pierre George o responsável por introduzir pioneiramente à análise geográfica certas concepções marxistas como a abordagem do materialismo histórico, as relações de produção, a ação do grande capital, as forças produtivas e etc. Tais contribuições fizeram de George o principal expoente da geografia ativa francesa de seu tempo.

¹⁰ Segundo Moraes (2007), a geografia ativa, entendida como a “geografia da denuncia”, representou avanços consideráveis ao ser capaz de expor as contradições do modo capitalista de produção sobre os vários quadros regionais. Entretanto, a nova leitura era realizada ainda sobre uma estrutura de método limitada e o resultado consistia em uma análise que, por limitar-se a aparência – visto que o conceito de região era entendido a partir do conceito de paisagem – possuía dificuldade para explicar a essência dos fenômenos. Logo, devido a tais limitações, as abordagens capazes de explicar a essência seriam sempre externas a geografia.

um novo termo no vocabulário geográfico, chamado “advocacy”, que configuraria o compromisso adotada pelos geógrafos – ainda fortemente pautadas pelo paradigma quantitativo – em relação aos problemas sociais, os diferenciando da prática padrão na geografia que se voltava aos interesses dos urbanizadores e especuladores (Mattson, 1978).

Para Pedrosa, “da mesma maneira que a geografia francesa teve dificuldade de abrir mão completamente das metáforas naturalizantes na análise da sociedade, a norte-americana também terá para romper completamente com o pragmatismo da nova geografia” (2013, p.192). Ao considerarmos não apenas a geografia norte-americana, mas anglo saxã de maneira geral, saltos mais nítidos podem ser observados através das distintas aproximações com o marxismo expressas nos trabalhos de David Harvey (1973, 1982), Neil Smith ([1984], 2019), Edward Soja (1989), James Blaut (1994), Doreen Massey (1994) e muitos outros. Não poderíamos deixar de citar também a criação da revista “*Antipode: A Radical Journal of Geography*” nos EUA, que serviu para a divulgação dos trabalhos realizados através da perspectiva crítica, consistindo em um importante meio de divulgação e de propagação da perspectiva contra hegemônica que se desenvolvia.

Na América do Sul o debate sobre uma geografia alternativa também se desenvolvia. De acordo com Cicalese (2007), os intelectuais que assumiam o compromisso intelectual a serviço da sociedade e com a problemática do desenvolvimento latino-americano passaram a se reunir – anda que em espaços limitados¹¹ –, culminando no *Primer Encuentro Latinoamericano de la Nueva Geografia* em 1973, na cidade de Salto, no Uruguai e posteriormente, em sua segunda versão, o *Segundo Encuentro Latinoamericano de la Nueva Geografia* na cidade de Neuquén, na Argentina, em 1974. Em ambos os encontros tornou-se clara a integração do pensamento social latino-americano e das teorias do desenvolvimento no pensamento geográfico, bem como a necessidade de rompimento com o processo de “colonização epistemológica” sofrido na América do Sul.

Conforme aponta Cicalese (2007, n.p):

... fue un congreso muy agitado. En un momento de un peronismo triunfante y un peronismo que era además arrollador. Y para los geógrafos tradicionales fue un congreso revolucionario, tenía un contenido revolucionario porque se comenzó a tomar conciencia que realmente no podíamos repetir solamente las posturas teórico ideológicas que nos miraban desde el mundo desarrollado sin comprender la naturaleza de cuales eran todos los factores que habían venido trabajando a lo largo de historia para configurar nuestra geografía tal como es. Entonces, frente a esa tradición aferrada a lo que se pensaba afuera, y eso era lo único que valía, es claro, reclamar otras formas de enfocar el conocimiento resultaba revolucionaria.

¹¹ Tratava-se de um período de grande repressão no continente, marcado pela formação de ditaduras e pela intensa perseguição ao pensamento socialista (Cicalese, 2007).

Durante o segundo encontro, Pierre George e Milton Santos foram convidados como referência europeia e latino-americana. Por meio de uma carta, George buscou chamar atenção para a indispensabilidade do enfoque multidisciplinar para evitar o isolamento epistemológico – muito comum à geografia tradicional francesa – e Milton Santos tratou de apontar para a necessidade da construção de uma nova epistemologia geográfica, visto que a mera inclusão de um compromisso social não seria o bastante para que as velhas teorias geográficas, tanto tradicionais como quantitativas, pudessem dar respostas para as modernas contradições sociais (Moura *et al*, 2007)

Para Andrade (1977), no Brasil a geografia havia seguido as tendências que se desenvolviam na Europa e no mundo anglo-saxão. De acordo com o autor, os primeiros trabalhos propriamente científicos foram realizados sob forte influência da geografia francesa, partindo, ainda que de forma incipiente, de Delgado de Carvalho, vindo a consolidando-se após os anos 1930, a partir da chegada de pesquisadores como Pierre Monbeig, Francis Ruellan, De Martonne e Pierre Defonttaines. A abordagem quantitativa, por sua vez, também passaria a se desenvolver no mesmo período, impulsionada pela Era Vargas e pela necessidade de construção e administração do Estado e do território, alcançando seu auge em 1960, sob a liderança do IBGE e da Faculdade de Rio Claro (Andrade, 1977). Ambos os paradigmas – tradicional e teórico – encontravam dificuldades em dar respostas para as questões sociais que se ampliavam, em especial no Brasil, um país pertencente à periferia capitalista.

Limitado – e ao mesmo tempo impulsionado – pela ditadura militar nos anos 1970, nasce no Brasil também um movimento de renovação que guardaria um conjunto de similaridades e especificidades em relação aos seus homólogos americanos e franceses. Para Carlos (2002) a geografia crítica brasileira passou a se renovar através dos dissidentes da geografia quantitativa e dos adeptos da chamada “geografia ativa”, cuja abordagem implicava em certa evolução para o paradigma tradicional. Avanços mais sólidos foram consolidados com base nas aproximações com o marxismo realizadas por autores como Antônio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa (1984), Milton Santos ([1978] 2002; [1977] 1985; 1985), Ariovaldo Umberlino de Oliverira ([1988] 1990, 1988), Armando Corrêa da Silva (1978, 1991), Ruy Moreira, (1982, 1985, 1987, 1990) Ana Fani Alessandri Carlos (1986, [1991] 2024) Amélia Damiani (1991) Arlete Moysés Rodrigues ([1988] 2001) e por muitos outros (as) que, por vezes, trataram de absorver também parte do pensamento latino

americano¹², configurando o que viria a ser entendido como uma abordagem “terceiro mundista¹³” (Moura *et al*, 2007).

Nesse contexto, pensamos – sem deixar de considerar a importância de todos os outros autores que construíram a geografia crítica brasileira – que seja Milton Santos o autor das contribuições mais originais e reconhecidas. Como já mencionado, Santos entendia que a mera inclusão de interesses sociais na estrutura epistemológica da geografia tradicional adicionaria a ela apenas novas tonalidades discursivas, permanecendo, devido a sua estrutura metodológica, incapaz de cumprir sua função enquanto ferramenta de investigação e emancipação. Para sua efetiva renovação se faria necessária a construção de uma nova epistemologia geográfica, adequada para lidar com velhas questões não resolvidas e também com os novos problemas típicos do mundo moderno.

Visando o estabelecimento de uma nova epistemologia para a geografia, Santos nos apresenta, em 1978, sua obra intitulada “*Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*”, onde sua proposta de método é apresentada. Nesse volume, Santos busca estabelecer o espaço geográfico como objeto central de estudo da geografia – até então vagamente definido –, apontando que tal espaço não deve ser entendido como um palco estático, mero receptáculo da dinâmica social, mas sim como um fruto histórico do trabalho humano, elemento capaz de condicionar a própria sociedade, na medida em que carrega lógicas anteriormente estabelecidas que exercem determinações sobre novas lógicas que buscam se concretizar¹⁴.

Para Santos, o entendimento das realidades sociais expressas nos diversos cantos do mundo não poderia ser alcançado se direcionássemos nossos olhares apenas para a *parte*, sendo necessário considerar a *totalidade* de maneira geral, buscando compreender a parte como uma extensão do todo, ou seja: como lógicas de uma ordem global que se efetivam em distintos lugares, visto que os processos não se espalham pelo globo de forma homogênea. Nas mãos de Santos a geografia se interessaria, portanto, não apenas pela *forma*, mas também

¹² Para Pinto (2012) trata-se de uma epistemologia desenvolvida na América Latina para pensar sua própria realidade, recusando a mera reprodução do pensamento europeu, embora dele naturalmente receba alguma influência. Tais teorias assumiram diferentes abordagens ao longo do tempo, mas nesse período eram marcadas principalmente pela busca de emancipação nacional e popular. Como exemplo, podemos citar os estudos sobre as relações centro-periferia de Raúl Prebisch e Celso Furtado, a análise marxista da dependência de Ruy Mauro Marini, os estudos tipológicos de Darcy Ribeiro, os conceitos de colonialidade do saber de Anibal Quijano, a pedagogia do oprimido de Paulo Freire, a teologia da libertação de Enrique Dussel e etc (Pinto, 2012).

¹³ No Brasil, revistas como *Boletim Paulista de Geografia*, *Território Livre*, *Terra Livre* e *Geonordeste* foram importantes canais para a publicação e divulgação de trabalhos pautados pela abordagem crítica, exercendo aos pensadores nacionais um papel semelhante ao desempenhado pela *Antipode* para a geografia crítica americana, ainda que com menor alcance e prestígio (Moura *et al*).

¹⁴ Daí o entendimento do espaço enquanto uma “instância social”, um elemento de determinação da realidade, tal como a economia, a política, a cultura e etc.

pela *formação* que se realiza ao longo de um processo histórico, entendendo o território como o resultado desse acúmulo construído e este como um elemento capaz de exercer determinações sobre novos usos, que se dão com base na disputa entre os distintos agentes que o compõem.

1.2 O espaço como instância social e a dinâmica espacial em Milton Santos

Se foi através de “*Por uma Nova Geografia*”, de 1978, que Santos apresentou de forma mais acabada sua proposta de entendimento do espaço geográfico como um produto do trabalho humano e uma instância social, foi apenas em “*A Natureza do Espaço*”, em 1996, que Santos passou a defender que a materialidade espacializada e a dinâmica social devem ser entendidas de maneira conjunta, compreendendo o espaço geográfico como, “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996 p. 39). Ao fundir os dois elementos em um conceito único, de característica híbrida e dialética, Santos supera algumas dicotomias do passado, com a existente entre homem e natureza e entre espaço e tempo, fazendo do espaço geográfico um *movimento*.

Trata-se de um movimento, pois no esquema de análise proposto para o conceito, a sociedade exerceria uma dinâmica capaz de condicionar a estrutura material do espaço que a abriga e este, após receber seu condicionamento, se comportaria como um “prático-inerte”¹⁵, oferecendo ou negando a essa mesma sociedade um determinado conjunto de possibilidades, fazendo do espaço geográfico um “condicionante condicionável” (Santos, 1996, 2002; Silveira, 2001). As resistências às novas lógicas apresentadas pelo espaço construído, pelo tempo histórico transformado em paisagem que guarda os elementos remanescentes de antigas divisões do trabalho, de antigos modos de produção e de distintas condições técnicas foram chamadas pelo autor de “*rugosidades*” (Santos, 2002).

A partir de tal perspectiva, o conceito de espaço geográfico eleva-se à qualidade de instância social, um elemento que exerce determinação sobre tudo e todos, tal como a economia, a política e a cultura. Entretanto, o entendimento do espaço geográfico como

¹⁵ De acordo com Santos (1996, p.215), o prático-inerte seria uma expressão introduzida por Sartre para significar “as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens”. Para os autores, o processo social estaria sempre deixando heranças que criam condições para novas etapas. Um porto, uma plantação ou mesmo a densidade e distribuição da população seriam elementos que, uma vez colocados, condicionariam as futuras possibilidades.

híbrido indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações configura-se como um esquema teórico, uma abstração. Sua realização *concreta*, diante das inúmeras possibilidades oferecidas e negadas historicamente, é o *território usado*, fruto da dinâmica de todos os agentes que o compõem e o compuseram ao longo do tempo, sejam eles agentes hegemônicos como atualmente são os Estados e as grandes empresas ou agentes comumente não hegemônicos como as organizações providas da sociedade civil (Santos, 1996, 2002, Cataia, 2011; Moraes, 2001, 2015; Silveira, 2001).

Conforme exposto, é imperativo reconhecer, também, que nenhum território pode ser adequadamente compreendido de forma isolada, pois as novas lógicas – que desafiam as rugosidades territoriais em busca de materialização nos territórios –, nem sempre são provenientes de uma razão local. Em verdade, sobretudo para os espaços do terceiro mundo, tais lógicas com frequência emanam a partir de racionalidades exógenas que se impõem sobre os lugares, subjugando-os e conectando-os de maneira subordinada a centros distantes de comando. Tais racionalidades, uma vez internalizadas, modificam o funcionamento dos territórios receptores, criando novas solidariedades internas e novos cotidianos (Santos, 1996).

Os processos de imposição de lógicas externas estranhas aos lugares seriam chamados por Santos (1996) de “*verticalidades*”, ao passo que os novos cotidianos estabelecidos internamente seriam entendidos como “*horizontalidades*”. Logo, pode-se afirmar que a dinâmica evolutiva dos territórios se projeta através do contato constante entre lógicas internas, representantes de uma razão local, com lógicas externas, representantes de razões globais, que ao se unirem e se espacializarem – mediadas por determinações espaciais já existentes, isto é, pelas rugosidades territoriais historicamente construídas – tendem a gerar elementos singulares. Silveira (1999) viria a chamar tais singularidades de *situações geográficas*, enquanto Cataia e Ribeiro (2015, p.15), seus tributários, as definiriam sucintamente como “um complexo de forças em ação presente, organizadas segundo feixes de variáveis que se juntam numa combinação única e inédita num dado momento, num dado subespaço¹⁶”.

A concepção de *território usado* cunhada por Santos não necessariamente se restringe aos limites administrativos estabelecidos por um Estado-nação¹⁷. Se desejamos privilegiar a

¹⁶ Acreditamos ser conveniente apresentar o conceito de “situações geográficas” por esse ser um elemento importante de análise de particularidades pertencentes à escala local, mas ressaltamos que no presente trabalho a abordagem se concentrará no desenvolvimento do território brasileiro de forma mais geralista, buscando privilegiar o “geral” em detrimento das minuciosas e abundantes análises empiristas sobre o “particular”.

¹⁷ Como se pode notar, para Santos (2002) o território não se resume a uma mera projeção do poder do Estado, sendo fruto da multiplicidade agentes – hegemônicos ou não – que o disputam. É a partir dessa concepção que o território é entendido na obra de Santos enquanto um “campo de forças”.

escala geográfica da nação e entende-la a partir de sua historicidade e da dialética entre os fatores internos e externos, somos compelidos a elevar à condição de categoria central do trabalho o conceito de *formação socioespacial* (Santos, 1977). Em nossa leitura, tal conceito expressa sua potência ao portar-se como o ele entre estrutura e superestrutura, uma verdadeira “teoria das mediações”, capaz de nos possibilitar entender o desenvolvimento de uma nação como o resultado do acúmulo histórico gerado pelo embate entre as distintas lógicas que a permeiam, permitindo a compreensão da forma como o modo de produção capitalista, entendido como “gênero”, adquire no Brasil contornos particulares, configurando uma “espécie” distinta (Santos, 2005; Sereni, 1970).

Proposto por Santos (1977), o conceito de formação socioespacial trata-se de uma derivação do conceito de *formação econômica e social* cunhado por Marx e Engels¹⁸ ([1932] 2010). A formação econômica e social, conforme abordada por Marx e Engels ([1932] 2019) e também por Vladimir Lenin ([1916] 2011) seria a complexa combinação de uma sociedade a um modo de produção. O funcionamento do modo de produção hegemônico instalado sofreria metamorfoses ao mesclar-se com antigos modos de produção preexistentes, ainda que estes não mais existam em uma condição de hegemonia. O resultado de tal combinação daria a especificidade das sociedades, o que veio a ser tratado com maestria por Lenin ([1899] 1982) em sua obra “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*”.

A discussão em torno do conceito de formação social (e seu similar formação econômica e social) tem consolidado a ideia de que ele se refere a sociedades concretas específicas, ao passo que o de modo de produção seria um conceito abstrato. Dessa forma, o modo de produção capitalista estaria, em cada formação social específica, combinado com outros modos de produção subordinados, e esta combinação daria a diferença específica de cada sociedade. (Machado, 2016, p. 75).

Visando construir para a geografia um arcabouço metodológico pautado **na dialética, historicidade e totalidade**¹⁹, Milton Santos submete seu pensamento ao marxismo – ainda

¹⁸ O conceito de formação econômica e social pode ser observado em obras como “O capital” de Marx, em “A ideologia alemã” de Marx e Engels e também em “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, de Vladimir Lenin. De acordo com Santos (1977) o potente conceito de formação social e econômica teve seu desenvolvimento retardado por eventos históricos como o reinado de Stalin no Krenlim, o centralismo democrático dos partidos comunistas ocidentais e a guerra fria.

¹⁹ Cabe ressaltar que, embora tal abordagem tenha sido escassa no paradigma geográfico brasileiro no fim do século, esforços para elevar o conceito de formação a uma categoria de análise para pensar a sociedade brasileira já foram realizados por diferentes autores de diversos campos de conhecimento e através de distintas abordagens. Entre os exemplos mais notórios estão obras como “*Formação do Brasil contemporâneo*”, de Caio Prado Jr; “*Formação econômica do Brasil*”, de Celso Furtado e “*O povo brasileiro: a formação e o sentido de Brasil*” de Darcy Ribeiro, (Machado, 2016).

que provido de um característico ecletismo – ao entender que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (Santos, 1996, p.202). O compromisso com tal discussão e a busca pela construção de um arcabouço teórico que priorizasse a *formação* e não apenas a *forma* o leva a apropriação dos conceitos de “*modo de produção*” e “*formação social e econômica*” e sua devida transposição para a geografia, na forma de “*formação socioespacial*” (Machado, 2016, p.85).

De acordo com Machado (2016), sequer seria possível pensar o conceito de formação social e econômica sem a categoria espaço, visto que a mudança do modo de produção implica também na mudança das formas produzidas para servi-lo. Para o autor (2016, p. 88), “a passagem efetiva da formação social ou da formação social e econômica para a formação socioespacial se realiza com o reconhecimento do espaço como uma das esferas da vida de que falava Lênin, elemento da unidade entre base econômica e superestrutura”. Milton Santos estaria, portanto, buscando atrelar o conceito de *formação social e econômica* a uma interpretação de espaço que o entende como uma instância social, um lócus privilegiado e específico de análise.

Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria de formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações socioespaciais que se trata (Santos, 1977, p. 93).

Entretanto, devemos ressaltar que, embora entendamos como valiosa a transposição do conceito de formação social e econômica para a geografia – que carecia de conceitos pautados na história e na dialética, compactuamos com as críticas realizadas por Armen Mamigonian (1996) que compreende que a dimensão espacial, embora nem sempre tenha recebido destaque em todos os trabalhos que mobilizaram a categoria formação social e econômica, esteve presente na maior parte dos trabalhos mais rigorosos do gênero, como nos clássicos “A História da Revolução Russa” de Trotsky ([1930] 2020), “A Questão Meridional” de Gramsci ([1930] 2004), “História da Dualidade Brasileira” de Ignácio Rangel (1981), “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” de Vladimir Lenin ([1916] 2011)) e também de forma explícita nos estudos de Marx ([1867] 2017; [1885] 2014; [1894] 2017b) sobre a renda da terra, o desenvolvimento desigual e o sistema colonial.

Em nossa leitura, como tributários da geografia crítica, entendemos que a compreensão do espaço geográfico enquanto uma instância social promoveu um avanço

epistemológico significativo para a geografia, mas não acreditamos que essa seja a única abordagem capaz de valorizar a dimensão espacial dentro de uma análise, visto que se trata de uma abordagem relativamente recente até mesmo no interior da ciência geográfica. Faz-se conveniente afirmar, também, que o espaço, embora seja modernamente entendido como instância social, não é a única instância de determinação do fazer histórico humano. Afastamo-nos, portanto, do risco de um danoso isolamento epistemológico já denunciado por Pierre George²⁰ e das abordagens demasiadamente compartimentadas que buscam a todo custo conferir “originalidade” às análises e “especificidade” a determinados campos de conhecimento, conforme denunciado por Armen Mamigonian (1996).

1.3 Objetivos propostos

Conforme observado ao longo de nosso breve resgate histórico a cerca da história evolutiva do pensamento geográfico, constata-se que epistemologia geográfica foi transformada ao longo do tempo, na medida em que seus pensadores foram convidados a servir novos interesses e dar respostas a distintas questões oriundas de novas necessidades. Ao pensarmos em uma produção geográfica nacional – sobretudo crítica – devemos também nos perguntar quais são as questões mais centrais e urgentes da sociedade brasileira e como a abordagem geográfica pode cooperar para seus entendimentos e resoluções.

Certamente existem muitas questões e ranqueá-las rigidamente configuraria uma atividade metodologicamente complexa e eticamente problemática. Entretanto, existem problemas mais gerais, que afetam a nação em sua totalidade e tornam-se a base de muitos outros problemas, o que poderia lhes dar o status genérico de “questões centrais”. Nesse sentido, nos filiamos a pensadores clássicos da sociologia e da economia política como Bresser Pereira (2018, 2022), Florestan Fernandes (1975) Maria da Conceição Tavares (1972; [1963] 2000) e Celso Furtado (1989, 1992) no entendimento de que um dos problemas centrais do Brasil enquanto nação, sobretudo nas últimas décadas, é o seu baixo grau de desenvolvimento social e econômico expresso na sua mediana complexidade produtiva e em sua aberrante desigualdade social, elementos que embora se relacionem fortemente com

²⁰ Como já mencionado, de acordo com Cicalese (2007), George haveria denunciado os perigos do isolamento epistemológico da geografia em seu texto chamado “*Pourquoi la Géographie*”, enviado para o “*Segundo Encuentro Latinoamericano de la Nueva Geografía*”, em 1974, no Uruguai.

fatores econômicos – embora não seja adequado afirmar que tais problemas sejam meramente seus reflexos diretos²¹.

Durante o período caracterizado pelo desenvolvimentismo, isto é, durante a década 1930 até a década de 1980, o Brasil esteve inserido no rol dos países que mais se desenvolveram economicamente no mundo (Bresser-pereira, 2007, 2018). O Estado brasileiro havia abandonado sua forma oligárquica arcaica e se tornado um Estado burguês moderno²², ao passo que a economia nacional deixou de resumir-se ao café, projetando-se como uma respeitável economia industrial (Bresser-pereira, 2009, 2018; Ianni, [1971] 1986). O otimismo a respeito do notável desenvolvimento econômico brasileiro na década de 1950 levou um conjunto de analistas a difundirem ideia de que o Brasil seria a “nação do futuro”, assumindo um importante posto na divisão internacional do trabalho²³.

Todavia, o resultado nas seguintes décadas não poderia ser mais distinto. A partir dos anos 1990 as taxas de crescimento despencaram, caindo de uma média de 5,9%²⁴, apresentada entre os anos 1930 até e o fim da década de 1980, para uma média de 1,9%²⁵ durante os anos 1990 até 2020, o que pode ser compreendido como uma verdadeira estagnação se consideramos o crescimento vegetativo do período dos últimos 30 anos, que foi em torno de 1.1%²⁶. Após os anos 1990 a economia brasileira não apenas foi brutalmente internacionalizada como o Estado também perdeu grande parte de seu poder de intervenção através das privatizações de suas grandes empresas públicas, ao passo que as grandes empresas privadas que restaram do período desenvolvimentista foram gradativamente delapidadas, com destaque para o setor de engenharia pesada, destruído no âmbito da “operação lava-jato”, em período recente.

No bojo dessa discussão, interessamo-nos, portanto, em examinar as seguintes questões: o que foi o projeto nacional de desenvolvimento dos anos 1930 e de que maneira foi capaz de surgir? De que modo esse projeto nacional, enquanto processo histórico, foi capaz de modificar o território brasileiro em termos de estrutura e superestrutura? Por quais razões não foi capaz de cumprir seu objetivo inicial e reposicionar o Brasil na divisão internacional do

²¹ Existem também outras determinações envolvidas, conforme apresentaremos ao longo do trabalho.

²² No sentido de generalização das relações capitalistas no território, tal como aponta Florestan Fernandes (1975).

²³ Embora esse ponto de vista tenha sido intensamente promovido pela ditadura militar no cenário nacional, obras de estrangeiros como “Ensaio Para uma Teoria do Brasil” (1966) de Agostinho da Silva e “Brasil, País do futuro (1941)” de Stefan Zweig que ressaltavam as especificidades culturais e do desenvolvimento brasileiras tiveram grande circulação internacional.

²⁴ Dados extraídos do IBGE. Disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib>

²⁵ Dados extraídos do IBGE. Disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib>

²⁶ Dados extraídos do IBGE. Disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>

trabalho rompendo nossa histórica condição de dependência e subordinação? Quais haveriam sido os elementos responsáveis por levar esse projeto à falência e reposicionar o Brasil na rota da submissão? **Qual foi o papel da dimensão espacial como elemento de determinação nesse processo?**

As discussões a respeito de muitas dessas questões são abundantes na literatura acadêmica, principalmente no campo da economia política, onde recebeu diversas abordagens. Economistas ortodoxos como Eugênio Gudin (1952, 1965) e Roberto Campos (1963a, 1963b) viriam a afirmar que a falência do projeto de desenvolvimento deveu-se a atuação do Estado, que em seu ímpeto centralizador e populista interferiu na “ordem natural do mercado”, estabelecendo um conjunto de desequilíbrios. Já aqueles identificados com abordagens heterodoxas, como Bresser-pereira²⁷ e Nakano (2003) buscaram afirmar que os ajustes macroeconômicos não estavam corretos e que o governo haveria feito um uso abusivo da poupança internacional, desencadeando o endividamento demasiado da nação.

A abordagem sociológica²⁸, por sua vez, através de sua ala marxista, encabeçada por Ruy Mauro Marini (1972, 1978) haveria conferido grande ênfase aos efeitos das relações econômicas internacionais desiguais e os constrangimentos gerados por elas ao desenvolvimento periférico, configurando o que veio a ser entendido como uma Teoria Marxista da Dependência (TMD). Outras vertentes, de caráter weberiano – que também contam com alguma influência marxista –, como a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977), por exemplo, haveriam apostado na centralidade da configuração endógena de classes na sustentação do subdesenvolvimento brasileiro (Souza, 2023)²⁹.

As abordagens sobre o desenvolvimento brasileiro são numerosas e não se faz conveniente apresentar todas elas. Em verdade, com exceção da abordagem liberal ortodoxa, concordamos com diversos elementos pertencentes em cada uma das citadas explicações³⁰. Tais análises apresentam e privilegiam distintas esferas de determinação, passando pela econômica, política, cultural e etc. Enquanto geógrafos e entendendo o espaço como uma das instâncias de determinação que regem a prática histórica humana, nos perguntamos qual seria

²⁷ As críticas de Bresser-pereira, nesse sentido, se estendem a muitos outros trabalhos, como os publicados em 2007 e 2008, que continuaram a ser abordados nessa dissertação.

²⁸ Embora possa chama-las também de econômicas, visto que política e economia são elementos indissociáveis. As chamamos de “sociológicas” devido à ênfase na análise das relações de classes.

²⁹ Segundo Souza (2023) não se trata de dizer que a TMD negligenciou fatores internos, ou que o pensamento de Cardoso e Faletto não abarcam a dimensão externa, mas sim de uma questão de ênfase. A política doméstica é mais profundamente trabalhada na obra de Cardoso e Faletto, ao passo que a dimensão internacional apresenta maior sofisticação na obra de Marini.

³⁰ No segundo capítulo trataremos mais detalhadamente sobre a natureza da abordagem liberal na formação socioespacial brasileira.

o papel da dimensão espacial na análise do desenvolvimento, visto que é essa a instância social que se coloca como condição de partida e de chegada para qualquer fenômeno.

Nesse trabalho não seguimos necessariamente desenvolvendo qualquer uma das teorias citadas acima – embora não deixamos de integrar diversos elementos pertencentes a elas. Nossa proposta é um tanto mais modesta, se é que assim podemos afirmar: analisar o processo de modernização técnica e institucional da **formação socioespacial** brasileira sofrido nos anos 1930 até os anos 1980 através do projeto nacional de desenvolvimento iniciado por Vargas, buscando uma abordagem de totalidade por meio do conceito de **verticalidades** e ressaltando as determinações espaciais através de uma concepção dinâmica de espaço geográfico e do conceito de **rugosidades**. Acreditamos que através dessa análise podemos aproximar a geografia das grandes questões nacionais, traçando paralelos entre os pensamentos de autores da sociologia, economia e geografia.

1.3 Por uma leitura ampla e dialética: desatando alguns nós

O pensamento e a prática da ciência geográfica, desde seus primórdios, caracterizaram-se por uma forte matriz empirista, sendo a abordagem tradicional sua maior expressão. Posteriormente, na geografia quantitativa, o empirismo seguiu vivo na medida em que conferia centralidade ao desenvolvimento de um vasto conhecimento – ainda que tecnicista – sobre os lugares (ou regiões). Conforme afirma Gomes (2009) a legitimidade e a permissão ao uso de modelos teóricos estaria sempre submetida ao desenvolvimento de um conhecimento empírico exaustivo do conjunto dos lugares, só sendo permitido qualquer tipo de teorização mais profunda após o completo estabelecimento e sistematização da massa de conhecimento empírico possível, sendo a teorização mais profunda, portanto, quase impossível.

Com o estabelecimento da abordagem crítica a geografia passa a se interessar pela totalidade, revalorizando uma abordagem nomotética pautada na dialética e na historicidade. Entretanto, apesar do salto qualitativo, o paradigma empirista de cunho ideográfico segue muito presente na produção geográfica atual, se expressando em abordagens de grande teor particularista. Segundo Da Silva (2021) o particularismo pode ser entendido como um conjunto de demasiados recortes temáticos que restringem a abordagem temática, social, espacial e temporal, resultando em trabalhos cuja perspectiva se apresenta como “A intolerância religiosa contra praticantes do Candomblé no bairro do Leblon no Rio de Janeiro

nos anos 1980³¹”. De acordo com o autor, tais abordagens altamente específicas e focalizadas expandiram consideravelmente após os anos 1950-1960, tornando-se cada vez mais presentes nas publicações em revistas relevantes do cenário acadêmico brasileiro.

Embora Milton Santos nos ofereça importantes ferramentas de método para a construção de uma abordagem dialética de totalidade o enfoque dominante no fazer geográfico parece ainda se pautar na análise da *parte* e do *específico* em detrimento da *totalidade* e do *geral*. Os próprios conceitos propostos por Santos parecem por vezes ser entendidos e operacionalizados de forma limitada, impedindo que análises mais amplas sejam realizadas, gerando, em nossa leitura, certo “subaproveitamento” teórico. Embora muitas suposições possam ser feitas, acreditamos que essas limitações de enfoque sejam também o fruto de uma poderosa herança do passado atuando em dias atuais, visto que na maior parte de sua história a geografia pautou-se por uma abordagem fragmentada, sendo a abordagem de totalidade um aspecto muito recente.

Posto isso, para seguirmos adiante com nossa proposta, será necessário entendermos as categorias *verticalidades*, *horizontalidades* e *rugosidades* de maneira ampla. Em geral, determinados autores tendem a restringir o conceito de verticalidades e horizontalidades apenas para o período caracterizado pela globalização, ao passo que o conceito de rugosidades é comumente abordado apenas como referência a elementos físicos que perpassam o território e não a dimensão “imaterial” presente no mesmo. Em nossa leitura, trata-se de uma abordagem limitada sobre os conceitos e buscaremos explicar nosso ponto nos próximos subcapítulos.

Para seguirmos adiante com nossa proposta, será necessário entendermos as categorias de *verticalidades*, *horizontalidades* e *rugosidades* de maneira ampla, evitando abordagens restritas e reducionistas. Em termos mais específicos, chamamos atenção para que os conceitos de *verticalidades* e seu par homólogo, as *horizontalidades*, não sejam compreendidos como elementos restritos a análise das dinâmicas pertencentes ao período da globalização e que as *rugosidades* não sejam interpretadas como meros acúmulo físicos/cartesianos do território. Tais abordagens reducionistas tratam-se, em nossa leitura, de equívocos lógico-conceituais que buscaremos também demonstrar nos subcapítulos seguintes.

³¹ Trata-se de um título fictício usado pelo autor para exemplificar o tipo de abordagem comumente encontrada, pautada na hiperfragmentação temática, social, espacial e temporal.

1.3.1: Verticalidades e horizontalidades como elementos inerentes aos territórios: por uma leitura dialética.

Para Santos, as *verticalidades* são expressões de forças externas que, através das redes técnicas e organizacionais, impõem sua racionalidade aos lugares, subordinando-os e desorganizando-os, para que possam ser novamente organizados de acordo com lógicas que são comumente estranhas aos seus interesses. A noção de verticalidade tende a estar associada às noções de redes, tempo histórico e totalidade (expressas pelo autor também através dos conceitos de “eventos” e “processos”) representando a integração vertical e subordinada entre distintos territórios, configurando o “acontecer solidário hierárquico³²” (Santos 1996; Degrandi, 2012).

As *horizontalidades*, por sua vez, se colocam como os pares dialéticos das *verticalidades* e se referem ao seu oposto: tratam-se de forças endógenas, nascidas de solidariedades orgânicas (ou organizacionais) que se estabelecem a partir do cotidiano, através da contiguidade espacial e de lógicas localmente formuladas. Enquanto as verticalidades tendem a se portar como forças centrífugas desagregadoras – visto que devido ao seu caráter exógeno possuem pouco compromisso com os lugares onde exercem poder e o abandonam quando oportunidades mais vantajosas se apresentam – as horizontalidades se postam como forças centrípetas agregadoras que tendem a configurar o “acontecer solidário homólogo³³” e o “acontecer solidário complementar³⁴” (Santos 1996; Degrandi, 2012). Tais conceitos, de *verticalidades* e *horizontalidades*, foram propostos por Santos visando ampliar a compreensão a respeito das relações que constituem a *formação socioespacial*.

Entretanto, Santos construiu tais conceitos sob bases atuais e os empregou para explicar lógicas próprias do período caracterizado pela globalização. Em “*A Natureza do Espaço*” (Santos, 1996), sua obra de maturidade intelectual, quando buscou explicar as dinâmicas do acontecer solidário através das verticalidades e horizontalidades, pontuou que esses seriam “os novos recortes territoriais, na era da globalização” (1996, p.110), que

³² Ao tratar da interdependência pela qual se dão os eventos na era da globalização, Santos (1996) utiliza o termo “acontecer solidário”. O “acontecer solidário hierárquico” resulta de comandos e informações provenientes de lugares longínquos, que se instalam nos locais e os normam com base em interesses externos. Está, portanto, altamente associado ao conceito de “verticalidades”.

³³ O “acontecer solidário homólogo” diz respeito ao estabelecimento de contiguidades funcionais que geram contornos similares em uma área definida (Santos, 1996). Trata-se de uma noção altamente associada a ideia de “horizontalidades”.

³⁴ O “acontecer solidário complementar”, por sua vez, é comumente encontrado nas relações entre cidade e campo e nas relações interurbanas. Trata-se da consequência das necessidades de produção e das trocas mediadas pelas proximidades geográficas (Santos, 1996). Por se relacionarem através da contiguidade e por um cotidiano compartilhado, também se associa intensamente com a ideia de “horizontalidades”.

caracteriza o período técnico-científico-informacional. A explicação a respeito dos conceitos citados se concentrou na terceira parte do livro, chamada “Por uma Geografia do Presente”, onde Santos (1996, p.15) afirma estar em busca de “oferecer uma discussão sobre o tempo presente e as condições atuais de realização e de transformação do espaço”.

Tais colocações podem conduzir seguidores a compreender que os conceitos de verticalidades e horizontalidades devem ser empregados para explicar apenas as dinâmicas próprias do período atual, isto é, as dinâmicas que se estabelecem no “tempo da globalização”. Considerando que buscamos utilizar os conceitos de verticalidades e horizontalidades para interpretar a dinâmica da formação socioespacial brasileira no período que concerne os anos 30 até os anos 80 – ou seja, que se encontra em um recorte temporal anterior ao período da globalização, ou pelo menos de sua expressão mais acabada – acabamos por nos deparar com uma antiga problemática já abordada anteriormente pelo próprio Santos (2004, p.30): o risco de colocar “lado a lado, as realidades de um período e as teorias ou formulações concernentes a um outro”.

Embora as abordagens mais ortodoxas dos conceitos comumente restrinjam seus poderes explicativos apenas para o período atual, seguimos o entendimento de Degrandi (2012) que demonstra haver espaço no interior da construção dos conceitos de verticalidades e horizontalidades para um uso mais amplo dos mesmos, pois se por um lado Milton Santos em algumas passagens parece restringir o conceito aos tempos atuais, em outras abre espaço para interpretações mais amplas. De acordo com o Degrandi, (2012), Milton Santos (1996, p.107), ao estabelecer o conceito de eventos, do qual derivou a expressão *o acontecer*, assinala “na era da globalização, mais do que antes [...]” enquanto Maria Laura Silveira (1999, p.26), por sua vez, completa o raciocínio de Santos ao afirmar “hoje, mais do que em outros tempos” em seus estudos sobre as lógicas – tanto verticais como horizontais – por trás da formação dos lugares luminosos e letárgicos da Patagônia.

A despeito dos espaços existentes na própria obra de Santos para interpretações mais amplas dos conceitos citados, nos propomos a discutir sobre a impossibilidade lógica de se restringir tais conceitos apenas ao período da globalização. Adiantamos que tal restrição imposta ao conceito parte de uma interpretação não dialética a respeito das noções de verticalidades e horizontalidades e também a respeito do próprio período da “globalização”.

Nossa leitura corrobora com entendimento de Machado (2016), Cavalcante e Lima (2018) ao compreendermos que a trajetória epistemológica de Milton Santos não foi pautada pela busca do estabelecimento de conceitos que pudessem explicar **exclusivamente** as dinâmicas do período da globalização, mas pelo desenvolvimento de uma teoria geral capaz

de consolidar o espaço geográfico como objeto de estudo da geografia e também, como demonstrado nas palavras do próprio Santos (1996 p.9), “estabelecer um sistema de ideias que possa servir como um sistema descritivo e interpretativo da geografia”.

Para Cavalcante e Lima (2018), um dos trunfos de Santos encontra-se justamente em sua empreitada na construção um arcabouço teórico para a geografia com base na dialética, em detrimento das antigas teorias neopositivistas que alicerçavam a “geografia quantitativa”. Tal processo, de abandono da priorização da *forma* em relação à *formação*, consistiu em uma grande contribuição para a construção e o fortalecimento da chamada “geografia crítica”.

Em Santos (1985) o espaço geográfico é entendido como campo de forças e a evolução espacial é pensada através da dialética entre forma, conteúdo, função e estrutura, que tendem a ser compreendidas através da relação de um grande número de pares também dialéticos como o Estado e o mercado, o interno e o externo, novo e o velho. A busca pela operacionalização acadêmica de tais entendimentos resultou no estabelecimento de noções como a de espaço geográfico como conjunto indissociável entre sistemas de ações e sistemas de objetos e de conceitos siameses³⁵ como verticalidades e horizontalidades, psicosfera e tecnosfera e etc (Santos 1996).

Se considerarmos a dialética como uma das características centrais da obra de Santos e essa como elemento fundamental para a superação da geografia neopositivista de origem americana, devemos compreender qual é a dialética que estamos abordando, visto que a noção de dialética se difere em Aristóteles, Kant e Hegel. Enquanto a dialética aristotélica clássica implica em uma síntese que nasce a partir da contradição entre uma tese e uma antítese, a dialética hegeliana tende a dissolver o caráter absoluto dos objetos, tornando-os processos, um “vir a ser” ao longo da história.

De acordo com Plekanov ([1907] 2011), a lógica formal opera com base em três premissas básicas: a identidade (sim é sim e não é não), a lei da não contradição (“A” não pode ser um “não A”) e a lei do terceiro excluído (onde duas proposições contraditórias, mutualmente exclusivas, não podem ser ambas verdadeiras). Com base nesses princípios lógicos, chega-se a construção da dialética aristotélica, onde sínteses nascem da impossibilidade de combinação entre tese e antítese. Para o autor, a lógica formal possui dificuldade para lidar com o movimento, isto é, com fenômenos que se encontram em processo de “vir a ser”. Se perguntássemos, por exemplo, se um determinado corpo em

³⁵ Siameses na medida em que não podem ser desconectados. Pensar em psicosfera implica também na consideração de uma tecnosfera. A mesma lógica se aplica aos conceitos de verticalidades e horizontalidades.

movimento se encontra em um local em determinado tempo, não poderíamos responder através da lógica formal. A resposta correta não poderia ser “sim ou não”, mas “sim e não”.

Para Hegel, o movimento não é apenas uma contradição, mas a própria essência do ser na medida em que é comum a todo fenômeno/objeto. Na dialética hegeliana os objetos não são pensados de forma pura, acabada, postasiada, mas percebidas através de seu processo histórico, sua formação, seu devir. Ao invés das noções de tese, antítese e síntese, onde a superação dialética é realizada através do embate de entre dois elementos distintos – como em Aristóteles –, em Hegel a superação dialética se dá através de elementos intrínsecos ao próprio objeto que, devido às suas contradições, degrada-se e recompõe-se a partir do processo histórico (Plekanov, [1907] 2011; Konder, 1984).

A degradação do fenômeno a partir de si mesmo ao longo de um processo histórico não necessariamente culmina em sem fim absoluto. Aplica-se então a noção de “*Aufhebung*”, na qual um fenômeno/objeto é negado, mantido e elevado. O fenômeno, mesmo depois de negado, pode seguir “vivo”, metamorfoseado em alguma proporção no interior de novas formas (Konder, 1984). Em “O que é Dialética” Konder nos oferece um belíssimo exemplo do funcionamento da noção de “*Aufhebung*”, na dialética hegeliana:

Para fazer um pão é necessário trigo, o qual se encontra em sua forma bruta na natureza. Mas para que ele chegue à forma de pão, essa matéria-prima deve ser negada, isso é, destruída em sua forma natural. No entanto, ao ser transformado em pasta, o trigo é preservado, ou seja, ainda está lá enquanto trigo. Através da atividade humana ele é então levado ao forno e elevado a um nível superior, sendo o seu resultado o pão. Assim, neste processo vemos os três momentos: o trigo é negado (em seu estado de natureza), preservado e elevado a um nível superior (Konder, 1984 p.27).

Plekanov (2011 [1907]) nos apresenta distintos exemplos sobre a participação da dialética na construção de outros campos de saber. De acordo com o autor, a biologia enquanto ciência conseguiu avanços importantes através da adoção dos mesmos preceitos da dialética de Hegel, permitindo que negasse concepções metafísicas como “todas as espécies de animais e plantas são completamente independentes uma das outras” ou mesmo “há tantas espécies como Deus criou” para finalmente compreender que as mais variadas espécies existentes no período atual são descendentes de um determinado número de ancestrais em comum.

Não apenas a biologia se beneficiou das noções dialéticas de Hegel, mas também os estudiosos sobre a sociedade humana. Segundo Plekhanov (2011 [1907]), enquanto os socialistas utópicos se debruçavam para entender qual seria a “natureza humana” e quais

formas sociais estariam alinhadas a ela, Marx demonstrou que tal natureza não existe de maneira rígida, sendo essa um fruto do processo histórico, pois na medida em que o homem age e modifica a natureza exterior, modifica também sua própria natureza. As formas e as relações de propriedade existentes seriam determinadas pelo desenvolvimento histórico das forças produtivas e cada período histórico corresponderia a uma forma social específica (Marx, Engels, ([1932] 2019); Plekanov, [1907] 2011).

O adepto da dialética pensada por Hegel – e aprimorada por Marx –, portanto, trata das coisas e dos conceitos em seu contexto, em suas relações, no seu movimento, em seu surgimento e desaparecimento. O aporte adicionado por Marx à dialética hegeliana consiste em sua inversão: se para Hegel a evolução das coisas é determinada pela evolução das ideias, para Marx a evolução das ideias é determinada pela evolução das coisas. Ao inverter a dialética hegeliana e “coloca-la em pé”, Marx buscou desvinculá-la dos pressupostos idealistas que assolavam a metafísica (Plekanov, [1907] 2011; Marx, Engels, [1932] 2019).

Para Armen Mamigonian (1996) ao estabelecer a categoria formação socioespacial como um paradigma da geografia humana, Santos aproxima sua geografia ao marxismo, absorvendo, por consequência, parte dos pressupostos da dialética de Hegel, que estão naturalmente presentes em Marx³⁶. Ao aproximar-se de Hegel, a geografia de Santos acaba por apresentar algumas semelhanças com a geografia Alemã, pois ambas correntes fundam-se sob a mesma dialética. As semelhanças encontradas entre o marxismo, a geografia alemã e o pensamento de Santos, expressam-se nas abordagens holísticas pautadas em uma totalidade em movimento (Mamigonian, 1996).

Sendo a dialética o entendimento dos fenômenos/objetos em movimento e a teoria de Santos possuindo, com base na dialética, a finalidade de compreender o desenvolvimento do espaço geográfico – que é dinâmico por excelência –, por quais razões deveríamos tratar o conceito de verticalidades e horizontalidades de forma reificada, postasiada e acabada, subsumindo seus poderes explicativos apenas para o período caracterizado pela globalização, como se os elementos que abrigam a essência de tais conceitos e a própria globalização não houvessem sido gestados em períodos anteriores? Somente o apagamento da história e a negação do movimento – elementos incompatíveis com uma geografia crítica – poderiam nos conduzir a tal interpretação.

³⁶ Em seus estudos, por exemplo, Marx não constrói suas críticas ao sistema capitalista contrapondo-o a um modelo distinto, mas de forma **imane**nte, a partir das contradições intrínsecas no interior do próprio modo de produção de produção capitalista.

Se entendermos as verticalidades como conjunto de lógicas exógenas de origem distante que se assentam nos territórios como normas e os desorganizam para depois organizá-los novamente a partir de interesses exógenos e as horizontalidades como expressões de forças endógenas, centrípetas, que se formam a partir do cotidiano, da convergência e da contiguidade – muitas vezes como respostas às verticalidades –, podemos afirmar que tais lógicas sempre incidiram sobre os territórios, pois dizem respeito à dialética entre o interno e o externo no desenvolvimento dos mesmos. Conforme afirma Degrandi (2012, p.59):

Por exemplo, a descoberta do Brasil pelos portugueses e os eventos decorrentes não podem ser considerados como verticalidades impostas aos nativos, vindas de fora, de longe e de cima? E as resistências contrapostas pelos grupos indígenas não advieram de legítimas horizontalidades secularmente construídas no âmbito de suas tribos? Parece evidente que sim. Sobre esta questão pode-se concluir que verticalidades e horizontalidades sempre existiram, existem e existirão, no entanto, com diferenciações no tempo e no espaço, em termos de forma-conteúdo e de densidade, tanto de uma quanto de outra.

Em verdade, o conceito de verticalidade muito se assemelha – para não cometer o reducionismo de afirmar que se iguala³⁷ – à noção de imperialismo. Este, como afirma David Harvey (2004), mudou com o tempo, assumindo novas formas. Se no passado o domínio imperial se estabelecia via ocupação e administração territorial direta, hoje, no período contemporâneo, tende a se estabelecer através de formas mais sofisticadas e indiretas, como através da escravidão creditícia via exportação de capitais, por exemplo. Em ambos os casos, embora a forma do fenômeno se modifique, sua essência permanece a mesma: a dominação.

De acordo com Ruy Moreira (2001) globalização nada mais é do que o nome do capitalismo contemporâneo. Para o autor, o imperialismo enquanto forma de organização do capitalismo no período entre 1870 e 1970, prepara a globalização, que o ultima e o completa. Logo, tratam-se de fases distintas de existência, sendo o imperialismo o capitalismo de um tempo e a globalização o capitalismo de outro. A diferença **central** dos períodos estaria na ampliação do poder do capital financeiro em relação às outras formas do capital.

A globalização é assim a fase histórica em que o modo de vida capitalismo vinga e se difunde como modo de vida de todo mundo. Constituído e processado por intermédio do viés econômico do imperialismo, a globalização é o capitalismo afinal e efetivamente consumado como forma de vida social da humanidade em todo o

³⁷ Santos (1996) nos indica que nem toda verticalidade configura-se necessariamente como um vetor de exploração e atraso. Podemos afirmar, portanto, que toda ação imperialista representa uma verticalidade, mas nem toda verticalidade pode ser entendida necessariamente como fruto do imperialismo. Embora os conceitos de imperialismo e verticalidades não sejam propriamente sinônimos, o fato é que as verticalidades realmente determinantes que incidem sobre os territórios do terceiro mundo podem ser facilmente classificadas como imperialistas.

planeta. E significa a fase superior (e nada final) de nosso tempo, até que venha um próximo (Moreira, 2001 p.20).

Percebe-se, portanto, que para Moreira (2001) a globalização não se trata de um período reificado e desconexo, mas do resultado da intensificação de lógicas precedentes, que seguem existindo, ainda que com certas diferenças em suas qualidades e quantidades. Apesar da concepção dialética de Moreira sobre o fenômeno, nos filiamos ao pensamento de Borón (2006) e Foster (2019) que advertem sobre o apagamento da noção de imperialismo ao longo da história e sua substituição pelo termo “globalização”. Para os autores, o termo “imperialismo”, que havia suscitado intensas discussões até a década de 1960, tornou-se praticamente ausente³⁸ na literatura intelectual global ao longo de quase 30 anos, ressurgindo somente após os anos 2000, mas despidido de sua característica crítica.

Segundo Borón (2006) e Foster (2019) a ascensão dos EUA enquanto potência hegemônica – em termos econômicos e militares – e a consolidação do capitalismo enquanto modo de produção verdadeiramente global fez com que o processo de dominação deixasse de buscar novas áreas para intensificar a extração do valor sob territórios já assimilados, culminando na diminuição dos conflitos armados inter-imperialistas e no deslocamento das guerras para o campo comercial. Observando o resultado da intensa “integração dos mercados”, Michel Hardt e Antonio Negri publicaram o livro “*Império*” (2005), alegando que o imperialismo havia expressado seu último suspiro na Guerra do Vietnam, sendo substituído por uma ordem global desterritorializada, regida por grandes empresas transnacionais que dominam o mundo sem qualquer base em estados nacionais, a partir do “espaço suave do mercado mundial capitalista”, onde não seria possível demarcar grandes zonas geográficas como centro e periferia, norte e sul. A ascensão do império descentralizado das empresas transnacionais haveria, paradoxalmente, encerrado o imperialismo ao sepultar a influência dos Estados e de seus nacionalismos, entendidos como vetores de toda ação “imperial” (Borón, 2006; Foster, 2019).

A obra, obviamente, causou furor e ganhou um lugar privilegiado não somente na academia, mas também na esfera pública e em todas as dimensões controladas pelos grandes meios de comunicação que agora poderiam aludir ao fenômeno do imperialismo sem devidamente nomeá-lo, substituindo-o pelo termo “globalização”. Para Borón (2006), a incrível divulgação da obra “*Imperialismo*” de Hardt e Negri em detrimento de contribuições

³⁸ Para Boron (2006 p.505) discussões sérias sobre o imperialismo nunca deixaram de ser realizadas principalmente na América Latina e em outras regiões do terceiro mundo, mas foram entendidas como “aberrações intelectuais” ou “barbaridades ideológicas dos nostálgicos do socialismo”, portanto improprias para os circuitos intelectuais “sérios e responsáveis”.

muito mais sólidas e relevantes, como “*Dialética da Dependência*” de Ruy Mauro Marini (1972) e *El desarrollo del capitalismo en América Latina* de Agustín Cueva (1998 [1978]) consiste no fato de que a obra de Hardt e Negri nega a existência do imperialismo enquanto fenômeno moderno e demoniza a existência dos Estados nacionais como se fossem estes a principal fonte das formas de dominação clássicas. Tais elementos se mostravam perfeitamente convenientes para os interesses dominantes e para a configuração da doutrina neoliberal.

De acordo com Borón (2006), o imperialismo mudou, mas não se tornou seu contrário, como buscam se fazer acreditar. Os países centrais - com proeminência dos EUA -, seguem dominando o terceiro mundo através da organização do mercado mundial a partir de seus próprios termos e da propagação da escravidão creditícia através de órgãos “supranacionais” como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que funcionam como verdadeiras extensões da Casa Branca e dos interesses burgueses (Borón 2006; Harvey, 2004). A maioria esmagadora das megacorporações atuantes no mercado mundial localizam suas matrizes em apenas oito países desenvolvidos, sob a influência de seus arranjos jurídicos, alimentadas pelos seus investimentos tecnológicos e por créditos cujos juros seriam impossíveis de serem reproduzidos na periferia capitalista. Os valores extraídos por tais empresas, ao serem repatriados para suas matrizes, criam um verdadeiro fluxo de valor do terceiro mundo ao centro do capitalismo, eternizando o status quo global (Borón, 2005; Harvey, 2004; Foster, 2019).

Esta nova fase [do imperialismo no sentido de Lenine] é caracterizada, agora ainda mais do que no passado, pela concentração de capital, pela esmagadora predominância dos monopólios, pelo papel cada vez mais importante desempenhado pelo capital financeiro, pela exportação de capital e pela divisão de o mundo em “esferas de influência”. A aceleração da globalização ocorrida no último quartel do século passado, em vez de enfraquecer ou dissolver as estruturas imperialistas da economia mundial, ampliou as assimetrias estruturais que definem a inserção dos diferentes países nela. Enquanto um punhado de nações capitalistas desenvolvidas aumentou a sua capacidade de controlar, pelo menos parcialmente, os processos produtivos a nível global, a financeirização da economia internacional e a crescente circulação de bens e serviços, a grande maioria dos países testemunhou o crescimento da sua dependência externa e o alargamento do fosso que os separava do centro. A globalização, em suma, consolidou a dominação imperialista e aprofundou a submissão dos capitalismo periféricos, que se tornaram cada vez mais incapazes de controlar os seus processos económicos internos, mesmo que marginalmente (Borón, 2005 p.35 **tradução nossa**³⁹).

³⁹ This new stage [of imperialism in Lenin's sense] is characterized, now even more than in the past, by the concentration of capital, the overwhelming predominance of monopolies, the increasingly important role played by financial capital, the export of capital and the division of the world into “spheres of influence.” The acceleration of globalization that took place in the final quarter of the last century, instead of weakening or

Logo, constata-se que o imperialismo do século XXI carrega a mesma essência do imperialismo trabalhado por Lenin no contexto da Primeira Guerra Mundial, a saber: a concentração do capital, o predomínio dos monopólios, a centralidade do papel do capital financeiro, a exportação de capitais e a partilha do mundo em esferas de influência. Embora nos alinhemos mais a termos como “imperialismo tardio” de Ernest Mendel (1979), acreditamos que apesar do uso do termo eufemístico “globalização”, nem Ruy Moreira (2001) e tampouco Milton Santos (2000) entendem o período contemporâneo como um período desconexo das lógicas imperialistas⁴⁰ do século XX, mas sim como uma continuação das mesmas lógicas de outrora, agora intensificadas pelas mudanças na ordem geopolítica e pelo desenvolvimento exponencial das forças produtivas.

Revela-se então a completa impossibilidade de subsumir o conceito de verticalidades e horizontalidades apenas ao período da globalização, pois o resultado consistiria em uma dupla negação do pensamento dialético: por um lado implicaria em compreender a globalização de forma reificada e postasiada, isto é, como um período desconexo do passado, completamente distinto do imperialismo e não como o resultado da intensificação e do alargamento de lógicas já presentes no “período anterior”. Por outro lado, ao considerar que os conceitos de verticalidades e horizontalidades dizem respeito à dialética entre o interno e o externo na dinâmica evolutiva dos territórios, – elemento indispensável aos mesmos, sobretudo às formações socioespaciais – subsumi-los ao período da globalização seria sinônimo de negar historicamente a própria evolução espacial, despiando-a de seu dinamismo e movimento.

1.3.2: Rugosidades para além da dimensão cartesiana: por uma leitura ampla

dissolving the imperialist structures of the world economy, magnified the structural asymmetries that define the insertion of the different countries in it. While a handful of developed capitalista nations increased their capacity to control, at least partially, the productive processes at a global level, the financialization of the international economy and the growing circulation of goods and services, the great majority of countries witnessed the growth of their external dependency and the widening of the gap that separated them from the centre. Globalization, in short, consolidated the imperialist domination and deepened the submission of peripheral capitalisms, which became more and more incapable of controlling their domestic economic processes even marginally

⁴⁰ Em “*Por uma outra globalização*” (2000), ao tratar da “globalização enquanto perversidade”, o autor torna clara sua crítica ao processo.

Em “A Ideologia Alemã” ([1932] 2019) Marx e Engels apontam que o desenvolvimento das forças produtivas e das formas de intercâmbio⁴¹ é o motor da mudança nas formas de propriedade no interior das sociedades humanas. Ao longo do tempo, antes que se chegasse ao domínio da forma de propriedade da sociedade burguesa, outras formas históricas precisaram existir, como a forma tribal, seguida da estatal/comunal e feudal/estamental.

Para Marx e Engels ([1932] 2019) o desenvolvimento das forças produtivas leva a divisão do trabalho, promovendo cisões entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola, que culmina na separação entre campo e cidade e na cisão entre seus interesses, bem como a formação de grupos de cooperação distintos no interior da própria nação. O desenvolvimento de tais forças produtivas seria responsável também por afetar as relações entre distintas nações que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento de suas capacidades produtivas (Marx, Engels, ([1932] 2019).

As novas relações de produção que nascem a partir do desenvolvimento das forças produtivas, entretanto, não se estabelecem como letras em um quadro em branco, pois precisam se assentar sobre as bases já estabelecidas e o fazem apenas parcialmente, de maneira que antigos modos de produção seguem existindo no interior dos novos, ainda que em menor expressão. O conceito de formação social e econômica diz respeito justamente à complexa combinação entre tais modos, que são responsáveis pela especificidade das sociedades, sendo o conceito, portanto, não apenas *processo*, mas também *produto*⁴² (Machado, 2017; Sereni, 1971).

Em 1981, em seus escritos para a revolucionária Vera Zasulich, Marx comparou a evolução das formas sociais com a formação de camadas geológicas que se sucedem:

A formação arcaica ou primária de nosso mundo contém em si uma série de camadas de diversas idades, na qual uma está sobreposta à outra; da mesma maneira, a formação arcaica da sociedade [(la formation archaïque de la société)] nos revela uma série de tipos diferentes <que formam entre elas uma série ascendente>, marcando épocas progressivas [(marquant des époques progressives)]. A comuna rural russa pertence ao tipo mais recente dessa cadeia. O lavrador possui agora a propriedade privada da casa que habita e do quintal que forma o complemento. Eis aí o primeiro elemento dissolvente da forma arcaica [(forme archaïque)],

⁴¹ De acordo com Sereni (1971), em A Ideologia Alemã as noções de relações sociais de produção ainda não estavam completamente desenvolvidas. Para o autor as noções de formas de intercâmbio e relações de produção podem ser entendidas como equivalentes, pois ambas foram apresentadas enquanto elementos de oposição ao desenvolvimento das forças produtivas, resultando em tensões que levariam a transições de modos de produção (Sereni, 1971; Machado, 2016).

⁴² De acordo com Machado (2016), as noções de FES enquanto *produto* e *processo* equivalem em grande parte as noções de *totalidade* e *totalização* encontradas em Milton Santos (1996).

desconhecida aos tipos antigos <e que pode servir de transição da forma arcaica [(de transition de la formation archaïque)] (Marx, 2017, p.17).

No livro 1 de “*O Capital*”, Marx, ao explicar sobre as formações econômico-sociais desaparecidas, recorre a comparações com a paleontologia:

A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. (Marx, 2013, p.257).

Milton Santos, nos anos 1970, imerso nos debates sobre o subdesenvolvimento⁴³ em busca da construção epistêmica de uma geografia que pudesse explicar não apenas da *forma* como também da *formação*, buscou aproximar-se do conceito de formação social e econômica devido ao seu potencial de permitir o conhecimento de uma sociedade em sua totalidade e em suas frações, as similaridades e particularidades das nações e suas trajetórias desiguais de desenvolvimento (Machado, 2016).

Como já citado, a transposição do conceito de formação social e econômica para a geografia sob a forma de *formação socioespacial* (Santos, 1977) se deu com base no reconhecimento do espaço geográfico enquanto instância social – como a economia, o direito e a cultura –, uma das esferas da vida social dotada de autonomia relativa e que, tal como as outras, comporta-se como uma estrutura subordinada-subordinante (Machado, 2017). A compreensão do espaço geográfico enquanto instância social, por sua vez, só pode se realizar ao abandonarmos as antigas concepções estáticas e o entendermos não apenas como palco, depositário da dinâmica social, mas sim como elemento ativo, “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p. 39).

Retomamos aqui os elogios e críticas promovidas por autores como Armen Mamigonian (1996), Bastos e Casaril (2016) ao conceito de formação socioespacial: para os autores, a dimensão espacial jamais foi verdadeiramente negligenciada nos trabalhos que mobilizam a categoria FES – embora nesses trabalhos não fosse entendida efetivamente enquanto instância social, daí a importância da contribuição de Milton Santos – mas a

⁴³ Segundo Machado (2016), nesse período Milton Santos escreve importantes obras como “Geografia, marxismo e subdesenvolvimento” (2015 [1974]), “Dialética espacial: os dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos” (1977), “Planejando o subdesenvolvimento” (1977b) e “A Totalidade do diabo: como as formas espaciais difundem o capital e mudam a estrutura social” (1980).

transposição de seus princípios dialéticos para a ciência geográfica sob a forma de formação socioespacial representaram um marco fundamental para a geografia crítica, que buscava estabelecer-se em contraposição a geografia nova de matriz positivista. Acreditamos, também, que no interior da epistemologia geográfica de Milton Santos, as noções presentes no outrora esquecido conceito de FES ganharam novos contornos e suas lógicas foram refinadas e mais bem sistematizadas, o que pode ser observado através da dinâmica entre *processo, estrutura, forma e conteúdo*, dos já explicados conceitos de *verticalidades/horizontalidades* – que dizem respeito à dialética entre o interno e o externo – e do conceito de *rugosidades*, onde as resistências do velho frente ao novo são mais bem definidas.

Para Santos o espaço geográfico – devido a sua essência dinâmica e seu entendimento enquanto instância social – possui a característica de portar-se como um “prático-inerte”, pois o processo social estaria sempre deixando um conjunto de heranças que acabam constituindo condições para novas etapas (Santos, 1996). “Uma plantação, um porto, uma estrada mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas” (Santos, 1996, p.91).” As rugosidades, por sua vez, dizem respeito justamente a esse “acumulo de tempos” que configuram o produto momentâneo de determinada formação espacial e que se impõem como condições para novas realizações (Machado, 2016).

Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (Santos, 1996, p.92).

Assim como Marx derivou as explicações sobre o conceito de FES da geomorfologia e da paleontologia, Milton Santos derivou o termo “rugosidades” da geomorfologia⁴⁴ (Machado, 2016; Zusman, 2002). Através da ideia de *rugosidades* buscou valorizar a historicidade que conforma a espacialidade, representando o poder de determinação detido pelo espaço e pela sua causalidade na dinâmica econômica, sócio-política e cultural (Ribeiro, 2012). Dessa forma, o espaço geográfico, munido de suas rugosidades históricas, porta-se

⁴⁴ De acordo com Zusman (2002), a ideia de “rugosidades” teria sido inspirada mais especificamente nas perspectivas do geomorfólogo Jean Tricart

como estrutura-estruturante e o trabalho já realizado se impõe sobre o trabalho ainda em realização, tornando o passado um elemento sempre presente nas dinâmicas modernas.

Para Barthón (2022) novas lógicas originadas internamente ou mesmo importadas exercem pressão para efetivarem sua fixação no território e as rugosidades podem dificultar ou mesmo facilitar tais incorporações. De acordo com o autor os casarões centenários do Barrio Antíguo, na cidade de Monterrey, no México, convivem com modernos e complexos edifícios, impondo limitações à expansão dos últimos. O mesmo pode ser dito para o gigantesco acúmulo de fixos geográficos no interior da cidade de São Paulo, no Brasil, que servem como barreira cartesiana a novos fixos, dificultando, por consequência, futuros processos de modernização que busquem se assentar na mesma localidade (Moraes, 1994).

Os exemplos empíricos para caracterizar as rugosidades são virtualmente infinitos e foge aos nossos objetivos exauri-los. Em verdade, as rugosidades territoriais que realmente nos interessam são aquelas que impediram que o projeto nacional de desenvolvimento nascido através de Vargas e da tecno-burocracia estatal nos anos 1930 pudesse desenvolver de forma plena as forças produtivas nacionais e reposicionar o Brasil na divisão internacional do trabalho, rompendo nossa posição subalterna nas cadeias globais de valores. Acreditamos que as rugosidades centrais frente a esse processo não se encontram exatamente no acúmulo de trabalho morto já espacializado no território brasileiro, ou nas características específicas de nossos geosistemas, mas sim em elementos “intangíveis”, que em termos específicos referem-se à estrutura de classes composta no interior da nação.

Embora sejam costumeiramente reduzidas apenas aos elementos físicos/cartesianos do espaço, Santos (1996, p.25/26) nos deixa claro que “as rugosidades não podem ser encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográfica”. Acreditamos ser lícito, portanto, afirmar que a estrutura de classes no interior da sociedade brasileira e as características históricas **específicas** de nossa burguesia interna, marcada pelo perfil dependente e associado e por elementos patrimonialistas e reacionários quase sem paralelos, configuraram-se como rugosidades internas frente aos processos modernizadores desencadeados nos anos 1930.

Em “*A burguesia e a contra-revolução*” de Marx (1989) e “*As guerras camponesas na Alemanha*” de Engels (1977) podemos encontrar a discussão a respeito da tipicidade da burguesia alemã e as razões pelas quais esta seria menos moderna e dinâmica que as burguesias inglesas e francesas. Para os autores, o atraso da Alemanha – última potência europeia a industrializar-se – se deu em grande parte devido à debilidade da burguesia alemã, que se recusou a unir-se ao proletariado contra a nobreza através de uma revolução burguesa.

O resultado final foi uma revolução burguesa “passiva”, sem rompimento com a ordem estabelecida, onde a própria nobreza feudal tornou-se burguesia⁴⁵, desenvolvendo as forças produtivas sem romper completamente com a ordem vigente, culminando na formação de um Estado burguês que sincretizava elementos liberais-representativos com elementos fortemente autocráticos de corte (Marx, 1989; Engels, 1977; Maciel, 2013).

Não por acaso, Santos (2002, p.171) já chamava atenção para noções similares a de rugosidades presentes na obra de Engels (2007, p.410), mais especificamente em uma carta a Starkenburg, onde o pensador alemão, ao tecer considerações sobre a situação da Alemanha, afirmara explicitamente: “no conceito das relações econômicas, a base geográfica sobre a qual estás se desenvolvem e os vestígios realmente transmitidos dos estágios anteriores de desenvolvimento”. Para o caso brasileiro, acreditamos que as dificuldades impostas pelo perfil de nossa burguesia interna frente ao processo de modernização técnica e política do território são devidamente trabalhadas por diversos autores, com destaque para Florestan Fernandes (1975) e Antônio Carlos Mazzeo (2015), nos restando, portanto, a tarefa de aproximar suas obras da epistemologia geográfica, integrando-as à perspectiva do território enquanto instância social através do conceito de *rugosidades*.

2. O INTERNO E O EXTERNO: AS DIFICULDADES IMPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À EMANCIPAÇÃO POPULAR NO CENÁRIO NACIONAL

A revolução de 1930, responsável por inaugurar o que viria a ser o período do Estado-novo no Brasil, veio acompanhada de um projeto nacional de desenvolvimento que foi capaz de modernizar vastamente o território brasileiro, tanto em seus aspectos técnicos como institucionais. Entretanto, tal projeto enfrentou um conjunto de determinações adversas tanto no cenário doméstico quanto no cenário internacional que lhe implicaram um conjunto de desvios responsáveis por gerar um padrão de desenvolvimento econômico que, embora tenha se expressado de forma pujante, não foi capaz de romper a situação histórica de subordinação da nação e nem de proporcionar condições verdadeiramente dignas para a maior parte da população.

⁴⁵ Na história alemã, foram os nobres proprietários de terras – conhecidos como “junkers” – que se tornaram burgueses, mantendo seus poderes e status no interior da recém unificada nação (Engels, 1977).

No plano internacional o projeto nacional de desenvolvimento precisou enfrentar uma realidade típica de um país da periferia capitalista que busca se emancipar no período do capital monopolista, enfrentando os constrangimentos imperialistas impostos pelas potências centrais que não desejam para a periferia nenhum papel para além da subordinação caracterizada pelo fornecimento de commodities de baixo valor agregado no mercado internacional e pelo dócil consumo dos bens industrializados produzidos pelo centro (Bresser-pereira, 2009; Prebisch, 1950).

No plano interno, por sua vez, o acúmulo histórico que constitui a formação socioespacial brasileira impõe um conjunto de determinações às modernizações que buscam se especializar (Santos, 1996, 1977). Entre as rugosidades presentes no território brasileiro frente ao processo de desenvolvimento, destacamos a tipicidade de nossa burguesia interna, de perfil autocrático, dependente e associado, avessa a qualquer tipo de emancipação popular e simpática ao desenvolvimento apenas na medida em que este se faz conveniente para a manutenção de seu próprio poder (Santos, 1996; Fernandes, 1975; Mazzeo, 2015).

É sob esse contexto, isto é, sob a precipitação das verticalidades imperialistas e sobre o solo das rugosidades nacionais que o projeto nacional precisou se desenvolver. Nesse capítulo buscaremos detalhar a conjuntura internacional na qual o Brasil se encontrava nos anos 1930, as rugosidades que caracterizavam o território nacional nesse período, bem como a natureza e o papel do projeto nacional de desenvolvimento fundado por Getúlio Vargas.

2.1 O externo: os impactos das verticalidades na periferia capitalista e as dificuldades das economias periféricas para desenvolverem-se no período do capital monopolista

Para que possamos compreender a essência e os impactos das verticalidades (Santos, 2002) sobre a formação socioespacial brasileira – mais especificamente a ação imperialista exercida pelos países capitalistas centrais sobre o território nacional – devemos tratar, ainda que brevemente, sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa, mais precisamente no caso de Portugal, a nação com maior influência sobre o desenvolvimento histórico brasileiro.

O fenômeno do surgimento e desenvolvimento da lógica capitalista de acumulação no território brasileiro, como apontam Oliveira ([1972] 2015), Mello (1982) e Mazzeo (2015) originou-se da expansão do capitalismo europeu, que em busca de expansão trouxe novos territórios à sua dinâmica de acumulação. Logo, foram as condições históricas da dinâmica do

capitalismo Europeu as responsáveis por possibilitar a expansão marítima, sendo as colônias os meios efetivos para a o prosseguimento do processo de acumulação originado no centro.

De acordo com Marx e Engels ([1932] 2019) o desenvolvimento das novas forças produtivas e das novas relações de produção desencadeou a transição do feudalismo para o capitalismo, originando não apenas novas formas produtivas comerciais, mas também novas formas político-ideológicas. Para Mazzeo (2015) e Dobb et al ([1970] 1978), no século XII, na medida em que as populações e as exigências dos senhores feudais cresciam, maior era o esgotamento das terras, mais constantes eram as fugas dos camponeses e servos de gleba e maiores eram as dificuldades para a auto reprodução do sistema feudal enquanto modo de produção, que já expressava claros sinais de deterioração⁴⁶.

Nesse contexto a emergente classe burguesa, sustentada pelo desenvolvimento da produção artesanal independente e especializada e pela acumulação de riqueza monetária advinda das relações comerciais e da prática da usura – ambas atividades centradas nas cidades –, passou a refletir seu domínio econômico também na política, conquistando constantes concessões em relação à decadente nobreza (Engels, Marx, [1848] 1981). Surgem então novas formas de trabalho, como os artífices e os criados domésticos livres que se ligavam aos senhores por meio de contratos de arrendamento ou assalariamento, ao passo que as relações servis tendiam a se tornar cada vez mais restritas geográfica e socialmente, na medida em que passam a se concentrar apenas em algumas regiões, reservando-se apenas a determinados tipos de pessoas (Mazzeo, 2015).

De acordo com Mazzeo (2015), em Portugal, embora a crescente burguesia já expandisse sua influencia política e econômica desde o século XIII, o avanço do “historicamente novo” sobre o “historicamente velho”, isto é, o avanço do capital mercantil burguês sobre a nobreza feudal tem como ponto de inflexão a Revolução de Avis (1983 – 1985), no fim do século XIV. A chegada de João I⁴⁷ ao trono de Portugal através da revolução marcaria o início da dominação burguesa com a formação de um Estado Mercantil de tipo moderno, mais precisamente um Estado absolutista capaz de dar forma a um arcabouço

⁴⁶ As definições para as causas do colapso do sistema feudal são abundantes na literatura acadêmica. Autores como Paul Sweezy ([1970] 1978)) e Eric Hobsbawm ([1974] 2021) dariam maior ênfase aos fatores externos na caracterização da derrocada feudal. De acordo com esses autores o feudalismo encontraria sua ruína através do comércio competitivo, enquanto Mazzeo e Maurice Dobb apontam que os fatores mais importantes para o colapso do sistema feudal estariam em elementos intrínsecos internos. Optamos por nos apoiar na análise de Mazzeo e Dobb por entendermos que essa última, por portar-se como uma crítica imanente, conforma melhor a abordagem dialética.

⁴⁷ Também conhecido como “Mestre de Avis”.

administrativo compatível com a primazia do capital comercial, bem como a criação de condições para a expansão colonial portuguesa⁴⁸.

No caso específico de Portugal, embora outros exemplos possam ser incluídos, o desenvolvimento do capital comercial fez com que os próprios latifúndios feudais passassem a se voltar para a exportação de mercadorias, fazendo com que a nobreza, na expressão de Mazzeo (2015), passe a se “aburguesar”, na mesma medida em que a burguesia, cada vez mais influente, passe ela própria a comungar do prestígio da nobreza por meio do recebimento de títulos. A centralidade do capital comercial sobre as forças produtivas e as relações de produção e o “aburguesamento” dos setores dominantes no interior do Estado absolutista revelam que, embora alguns aspectos superestruturais de conteúdo feudal ainda se apresentem, já não se revelam como elementos dominantes, sendo gradativamente relegados a condição de meros resquícios.

Embora essa possa parecer uma questão anti-dialética, podemos ser levados a nos perguntar sobre qual seria o exato ponto em que a somatória das lógicas burguesas sobre as lógicas feudais bastariam para que a formação social feudal pudesse ser considerada uma formação social propriamente capitalista. Nesse sentido, recorremos a Marx, para quem a resposta encontra-se no controle efetivo do capital sobre o trabalho:

“Portanto, o processo que engendra o capitalismo só pode ser um: o processo de dissolução entre o trabalhador e a propriedade sobre as condições de seu trabalho, processo que de um lado converte em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto que, de outro lado, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A chamada acumulação originária não é, pois, mais que o processo histórico de dissociação entre o produtor e os meios de produção. Chama-se “originária” porque forma a pré-história do capital e do regime capitalista de produção. A estrutura econômica da sociedade capitalista brotou da estrutura econômica da sociedade feudal. Ao dissolver-se esta, saíram à superfície os elementos necessários para a formação daquela.” (Marx, [1867] 2015. p.608).

A partir da centralidade do capital comercial sobre Portugal e sobre a Europa ocidental se avança o processo de subsunção do trabalho – ainda que nesse momento ainda se apresente em estágio meramente formal – e o protecionismo, que antes restringia-se apenas às cidades, passa a estender-se ao Estado absolutista como um todo, que passou a orientar-se através do conjunto de políticas que deram forma ao mercantilismo (Mazzeo, 2015). Coroa-se então a

⁴⁸ Autores como Perry Anderson ([1974] 1984) e Takahashi ([1970] 1978) entendem o absolutismo como uma extensão do poder da nobreza, pois seria capaz de reintegrar a burguesia sob seu domínio e recuperar o controle sobre os trabalhadores outrora livres. Discordamos dessa concepção e adotamos a de Mazzeo que apoia-se em Marx e Engels ([1848] 1998) ao considerar o absolutismo como produto da expansão do capitalismo ascendente que paulatinamente destrói as estruturas político-econômicas feudais, criando os alicerces históricos da nova sociedade capitalista.

vitória do nacional frente ao regional e a concorrência torna-se o cerne das atividades econômicas centrais, dando luz à longa era da acumulação primitiva.

Como demonstrado por Trotsky ([1930] 2020), faz parte da evolução capitalista o desenvolvimento desigual e combinado. Se em Portugal e na Europa ocidental as relações de escravidão e servidão eram suplantadas pelas novas relações capitalistas provenientes da manufatura e do capital comercial, na porção oriental do continente o trabalho forçado se intensificava à medida que essas regiões se especializavam em atender as necessidades dos centros de produção ocidentais do continente Europeu (Engels, [1850] 1971; Mazzeo; 2015; Frank, 1977). Esse processo de fortalecimento de formas arcaicas na porção oriental europeia, chamando por Engels ([1850] 1971) de “segunda servidão”, seria um prelúdio do que viria a se realizar no Novo Mundo, nas colônias conquistadas, evidenciando a escravidão colonial como um elemento intrínseco ao processo de desenvolvimento capitalista, sendo, portanto, absolutamente distinta da escravidão encontrada no período medieval (Mazzeo, 2015). Trotsky ([1930] 2020), portanto, não se enganou: no capitalismo, para que formas mais avançadas possam existir em algumas porções do globo, formas arcaicas precisariam ser criadas em outras localidades, como seu inverso reflexo.

A colônia que deu origem ao Brasil postou-se justamente esse reflexo inverso. A exploração e o caráter dependente do desenvolvimento capitalista da nação brasileira não passariam despercebidos mesmo aos olhos dos economistas liberais de abordagem heterodoxa, em especial aos estruturalistas nos anos 1950. Em sua clássica obra “O Capitalismo Tardio”, João Manuel Cardoso de Mello ([1975] 1982) tece importantes considerações a respeito da dinâmica capitalista na periferia e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para Mello (1982), o desenvolvimento econômico dos países do centro do capitalismo necessitou da expansão de suas atividades mercantis para outras regiões do globo, onde suas lógicas capitalistas se expressaram na forma das grandes empresas coloniais, onde o trabalho local foi subsumido à lógica e às necessidades de acumulação do centro.

Segundo Mello (1982), a lógica da subordinação se perpetua na medida em que a cada período histórico as periferias capitalistas – na forma de colônia ou de “países livres” – são convidadas a realizar um papel distinto em função das necessidades dos países capitalistas centrais: inicialmente, o pleno desenvolvimento do centro só poderia se realizar com base na fundação de empresas coloniais escravistas responsáveis pela extração do valor produzido nas colônias mediante o trabalho escravo e sob a forma de produtos coloniais que eram fornecidos para as metrópoles a baixos preços e revendidos por altos valores no mercado europeu. Posteriormente, após a industrialização das nações centrais, as grandes empresas coloniais

escravistas que antes serviam como suporte ao centro tornam-se entraves ao desenvolvimento dos mesmos, que não mais necessita de produtos coloniais, mas sim de vastas quantidades de matérias primas e mercados consumidores para seus bens industrializados.

Há contradição entre capitalismo industrial e produção colonial não porque a produção da periferia, em constituição, deva deixar de ser mercantil e complementar. Ao contrário, o que se requer é produção de produtos primários de exportação. Porém, não se trata mais de produção colonial, pois o “sentido” da produção mercantil complementar é bem outro. Não mais produtos agrícolas coloniais e metais preciosos, e, sim, alimentos e matérias-primas produzidos em massa (pelo conjunto da periferia), porque só produção em massa pode significar preços baixos. Não mais produção mercantil para fomentar a acumulação primitiva, senão produção mercantil complementar para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear o custo dos elementos componentes do capital constante (Mello, 1998 p.45).

As antigas colônias, muitas delas agora “independentes e soberanas” do ponto de vista formal, passam então a orientar suas economias para a exportação de commodities de baixo valor agregado e para o consumo de bens industriais, enquanto as economias capitalistas centrais orientam-se para a compra de matérias primas e para a produção e venda de bens industriais de alto valor agregado, garantindo balanças comerciais altamente positivas e perpetuando o *status quo* global, fenômeno que veio a ser conhecido como “modelo centro-periferia” pelos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) (Prebisch, 1950, Bresser-pereira 2009).

As condições de superação do atraso histórico por parte das antigas colônias, que agora existem enquanto países “soberanos” periféricos, são amplamente dificultadas pela nova dinâmica global do modo de produção capitalista, que já abandonou seu período concorrencial⁴⁹ para adentrar em seu período monopolista, cuja lógica de funcionamento apresenta-se de forma distinta e menos permissiva a consolidação de novas potências industriais. O mercado mundial, no período monopolista, estaria longe de apresentar uma situação de concorrência, visto que as grandes empresas monopolistas já se encontram consolidadas em seus devidos setores, inviabilizando a entrada de pequenos e médios capitais (Tavares, 1998; Mello, 1992).

A exportação de mercadorias também tende a apresentar uma tendência de queda, sendo gradativamente substituídas pelas exportações de capitais super-acumulados, que em busca de inversões lucrativas tendem a subordinar outras regiões, espoliando-as e renovando os nexos coloniais globais através do “dreno” ainda mais intenso da riqueza produzida no

⁴⁹ Caracterizado pela soberania inglesa e por uma disparidade técnica consideravelmente mais baixa entre centro e periferia

terceiro mundo em direção ao primeiro (Harvey, 2008; Mello, 1982). Para Mello (1982), tais exportações de capitais são perigosas, pois tendem a criar no terceiro mundo um conjunto de interesses de classe que visam a proteção de determinados privilégios e o desmantelamento de projetos nacionais soberanos que possam questionar interesses estrangeiros.

Ao longo dessas mudanças históricas das formas de subordinação capitalista, as verticalidades se alteram, sempre em busca da atualização dos nexos de dominação em decorrência das necessidades apresentadas pelo capitalismo central no período. No passado, tal como colocado ao exemplo de Degrandi (2012), a invasão colonial representou a verticalidade fundadora, reorganizadora e subordinadora do território do que viria a ser reconhecido como “Brasil”. Tais verticalidades, entretanto, jamais deixaram de incidir sobre o território nacional, subordinando-o continuamente através de distintas formas e sendo propagadas centralmente por distintas potências ao longo do tempo, como foi através de Portugal no período colonial, da Inglaterra no período imperial, ou mais recentemente pelos Estados Unidos após o período do Estado Novo, ao qual buscamos detalhar no presente trabalho.

2.2 O interno: a autocracia burguesa brasileira e as rugosidades territoriais geradas pela via “prussiano-colonial” de formação capitalista.

Os impactos gerados pela exploração capitalista europeia sobre o território brasileiro são profundos e complexos. As relações sociais cristalizadas pelo processo de exploração colonial deixaram sob o território brasileiro um conjunto de particularidades únicas que podem ser entendidas enquanto **rugosidades** (Santos, 2002), sendo essas absolutamente singulares. Se desejarmos compreender devidamente as particularidades existentes na formação socioespacial brasileira, devemos nos abster de análises generalistas produzidas para explicar realidades distintas e adotarmos abordagens específicas e originais, criadas a partir do exame minucioso de nossa própria história.

O conceito de “vias de desenvolvimento” de Lenin ([1908] 1980) configura-se como um ponto de partida fundamental para o entendimento das especificidades oriundas de cada formação socioespacial (ou formação social e econômica, como tratara ao autor). De acordo com o revolucionário Russo, a passagem do antigo modo de produção feudal para o moderno modo de produção capitalista se desenvolveu de maneiras distintas ao redor do mundo, mas

conservando também algumas similaridades, sendo lícito categorizar tais trajetórias nos conceitos de “via clássica” e “via prussiana”.

Para Lenin (1960), o surgimento do capitalismo moderno em sua forma mais bem acabada e original foi o desenvolvimento através da “via clássica”. Presente na França e na Inglaterra, no primeiro caso uma classe burguesa, aliada ao conjunto do proletariado urbano e rural, lidera uma revolução contra a nobreza nacional, dismantelando-a completamente de suas funções e poderes e sobrepondo seu antigo sistema a um novo e distinto (Borges, 1999; Chasin, 2000). No segundo caso as reformas da estrutura agrária realizadas durante o século XVI e o exponencial desenvolvimento industrial fizeram com que os antigos senhores feudais se convertessem paulatinamente em burgueses e a aristocracia se visse enfraquecida diante da nova classe emergente, esvaziando-se de forma gradativa de seus poderes (Borges, 1999). Dessa forma, de acordo com Marx e Engels (1977, p.86), “de modo geral, considerou-se aqui a Inglaterra como país típico do desenvolvimento econômico da burguesia, e a França como país típico do desenvolvimento político desta classe”.

Soma-se a chamada “via clássica” o desenvolvimento do capitalismo estadunidense. Na via norte-americana praticamente não existiram fazendas latifundiárias, sendo as poucas existentes confiscadas e fragmentadas em propriedades menores, onde predominaram os camponeses, que se tornaram os agentes exclusivos da agricultura, evoluindo até converterem-se nos pequenos granjeiros capitalistas (Chasin, 2000). A transformação do camponês patriarcal em pequeno capitalista foi responsável por acelerar o desenvolvimento das forças produtivas, garantindo melhores condições de existência às massas camponesas. (Chasin, 2000) Por fim, a vitória do norte contra o sul na Guerra de Secessão (1861-1865) seria responsável por eliminar de vez os arcaicos entraves ao pleno desenvolvimento, permitindo que a industrialização e as relações capitalistas de produção se instalassem de forma plena sobre o território estadunidense (Borges, 1999).

Como contraponto ao “padrão” de desenvolvimento engendrado pela “via clássica”, encontra-se a “via prussiana”, onde ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas cedendo espaço ao “novo”, as novas lógicas desenvolveram-se sob um quadro de forte conciliação com o atraso, assumindo a forma de um reformismo “pelo alto” que excluiu qualquer participação popular, negando todo tipo de concessão aos extratos subalternos e anulando inteiramente as possibilidades de sobreposições de classes que pudessem extirpar as oligarquias da centralidade do poder (Coutinho, 1924). Dessa forma, de acordo com Maciel (2013), a “via prussiana” consistiu em um processo onde a débil burguesia alemã, ao invés de optar por unir-se ao proletariado no combate contra a nobreza absolutista feudal, alia-se a

última para suprimir a ascensão popular. Após os eventos de 1848⁵⁰, a burguesia alemã passa a se fortalecer associada de forma subalterna à nobreza feudal e essa, por sua vez, passa também a converter-se em burguesia na medida em que seus latifúndios passam a se sustentar com base na agricultura mercantil, configurando o extrato social que viria a ser conhecido como “junkers⁵¹”, responsáveis pela unificação alemã e pelo consequente desenvolvimento industrial (Maciel, 2013).

Para Chasin (2000), o desenvolvimento através da via prussiana, isto é, sem sobreposição de classe entre a burguesia e a nobreza, implica em um desenvolvimento mais lento das forças produtivas na medida em que refreia o processo de industrialização, permitindo que esse avance apenas na medida em que extrai lentamente seu progresso do seio da conciliação existente entre os extratos dominantes (Chasin, 2000). O universo político que nasce dessa condição estrutural é também dos mais violentos para a classe trabalhadora, que excluída das transformações operadas “pelo alto”, torna-se incapaz de fazer valer suas demandas mínimas em troca de seu apoio, estando sujeita – especialmente durante o processo de transição e desenvolvimento – a formas híbridas de dominação, onde “se reúnem os pecados de todas as formas de Estado” (Chasin, 2000 p.137).

A respeito das diferenças engendradas pela via clássica de desenvolvimento e pela via prussiana, poderíamos incorrer, enquanto síntese, a explicação de Carlos Nelson Coutinho, um dos mais célebres autores a tratar sobre o tema no Brasil:

"A via "clássica" implica uma radical transformação da estrutura agrária: a antiga propriedade pré-capitalista é destruída, convertendo-se em pequena exploração camponesa. Nesse caso, não só desaparecem as relações de trabalho pré-capitalistas, fundadas na coerção extraeconômica sobre o trabalhador, mas também é erradicada a velha classe rural dominante, já que são eliminadas as formas econômicas em que ela se apoiava e de cuja reprodução dependia a sua própria reprodução como classe. Diverso é o caso da "via prussiana": aqui, a velha propriedade rural, conservando sua grande dimensão, vai se tornando progressivamente empresa agrária capitalista, mas no quadro de manutenção de formas de trabalho fundadas na coerção extraeconômica, em vínculos de dependência ou subordinação que se situam fora das relações "impessoais" de mercado, e que vão desde a violência aberta até a intromissão na vida privada do trabalhador. É evidente que isso permite a conservação (ou mesmo o fortalecimento) do poder político do velho tipo de proprietário rural, que continua a ocupar partes privilegiadas no aparelho do Estado da nova ordem capitalista. (...) Gramsci elaborou o conceito de "revolução passiva", vista como processo de modernização oposto à revolução popular "ativa" de tipo jacobino: enquanto este ocorre quando uma classe ou bloco de classes conquista a hegemonia, mobilizando efetivamente as massas populares, conduzindo-as a uma eliminação radical da velha ordem, a "revolução passiva" consiste numa sequência de manobras "pelo alto", de conciliações entre diferentes segmentos das elites

⁵⁰ No caso, refere-se à Primavera dos Povos, o conjunto de manifestações e revoluções ocorridas na Europa contra os regimes absolutistas.

⁵¹ Otto von Bismarck pode ser entendido como o mais célebre membro desse extrato social.

dominantes, com a consequente exclusão da participação popular. Decerto, a "revolução passiva" opera mudanças necessárias ao "processo", mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos, econômicos da velha ordem.". (Coutinho, 1989, p. 118, 122 e 123).

É justamente Coutinho (1980, 1989) que, ao analisar os elementos centrais que caracterizam a “via prussiana” de desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento tardio, “pelo alto”, com elevada centralidade da monolítica estrutura da propriedade latifundiária, sem verdadeiras rupturas com o poder dominante e sem qualquer participação popular, afirmaria que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro também poderia ser caracterizado como pertencente à mesma via, tal como o Japão e a Alemanha. Segundo Coutinho (1989) as experiências históricas brasileiras como a independência política feita através de um príncipe português em uma manobra “pelo alto”, a permanência da classe dominante colonial no período imperial, o domínio da velha oligarquia agrária sobre a República, a intocabilidade do latifúndio mesmo durante o processo de industrialização no período do Estado Novo, a cooptação dos extratos médios urbanos na realização do golpe de 1964 e, por fim, o desenvolvimento excludente e dependente promovido pela ditadura militar seriam elementos históricos inequívocos para a caracterização do desenvolvimento capitalista brasileiro na chamada “via prussiana”.

Embora respeitemos as colocações de Coutinho, pensamos que José Chasin (2000) e Antônio Carlos Mazzeo (2015) oferecem saltos qualitativos na análise a respeito da via de desenvolvimento do capitalista brasileiro. O empreendimento acadêmico realizado nas obras dos devidos autores não buscou negar completamente a existência de características típicas de uma “via prussiana” no modelo brasileiro, mas sim pontuar que existem gritantes especificidades no nosso desenvolvimento que o difere substancialmente do caso Alemão, Japonês ou mesmo italiano, nações cujas trajetórias de desenvolvimento são mais bem acomodadas no conceito clássico trabalhado por Lenin.

Para Chasin (2000) o capitalismo brasileiro não seria apenas tardio, mas **hiper-tardio**, pois se desenvolvera dentro de um quadro de **dependência**. Ao analisar as condições de objetivação do capitalismo mundial nos anos 20 e 30, constata-se que, enquanto a produção industrial crescia aceleradamente no centro – até mesmo nos países que representavam os elos débeis da cadeia imperialista, como a Alemanha e a Itália –, o Brasil ainda sustentava uma economia agroexportadora focada em pouquíssimos bens primários de interesse estrangeiro. Mais do que isso, o sistema agroexportador brasileiro estruturava-se com base no financiamento externo, de modo que os requerimentos desse financiamento acabavam por

consumir parte muito significativa do valor gerado pela própria produção agroexportadora, bloqueando as possibilidades de existência de um excedente capaz de ser investido na produção de mercadorias de realização interna e forçando a produção agroexportadora a se repetir realizar novamente para que possa pagar pela sua própria reprodução, em um círculo vicioso de dependência (Chasin, 2000; Oliveira 1997).

Com base nas especificidades do desenvolvimento brasileiro – hiper-tardio e dependente – José Chasin (2000) iria dar-lhe a alcunha de desenvolvimento de “via colonial”, em detrimento da “via prussiana”, sendo, para o autor, essa a via de desenvolvimento ao qual se enquadrariam muitos países africanos e asiáticos que também estiveram sob a influência do poder colonial. Embora os primeiros passos para a categorização das especificidades brasileiras no quadro das vias de desenvolvimento tenham sido dados por Chasin, acreditamos ser Antônio Carlos Mazzeo o responsável por conferir à questão os contornos mais robustos.

Em ressonância ao pensamento de Chasin, Mazzeo (2015) entende que o simples enquadramento da trajetória de desenvolvimento do capitalismo brasileiro na chamada “via prussiana” significa desconsiderar o fato concreto e nada leviano de que o Brasil surge no mercado mundial enquanto uma colônia de exploração e não de povoamento. No segundo caso, devidamente representado pelos EUA e pela Austrália, a ocupação territorial se dá majoritariamente por camponeses relativamente independentes cuja produção principal é a de subsistência, enquanto no primeiro caso, no qual o Brasil se categoriza, a especulação comercial possui centralidade desde o início e a produção busca o mercado internacional a partir da grande plantation e da mão de obra escrava (Prado-junior, [1942], 1963; Mazzeo, 2015).

Conforme aponta Prado Junior (1963), a ocupação nos EUA deveu-se a fatores econômicos e também político-religiosos responsáveis por permitir, ao longo de dois séculos, que o território norte americano recebesse os excedentes populacionais ingleses e outros renegados dos conflitos político-religiosos europeus, sendo as motivações econômicas da colonização, portanto, pouco centralizadas e definidas. Entretanto, em muitas regiões dos trópicos o processo foi absolutamente distinto, como no caso brasileiro, onde se fundou sob o absoluto domínio português uma vasta empresa colonial voltada à exploração centralizada dos

recursos naturais, cujo processo inicial deu-se sob a forma das capitanias hereditárias⁵² (Prado-junior, 1963; Mazzeo, 2015).

Nos EUA, enquanto os burgueses do norte desenvolviam diversas atividades livres como a exportação de produtos primários como peixes e carnes e alguns itens manufaturados para o Caribe e sua própria metrópole, no Brasil os surtos de desenvolvimento que ocorriam associados à atividade colonial exportadora, como o plantio de algodão e as pequenas manufaturas têxteis associadas às demandas da mineração eram constantemente suprimidas por Portugal⁵³, atrasando de forma considerável o desenvolvimento de quaisquer atividades não diretamente ligadas às demandas coloniais (Mazzeo, 2015).

Segundo Mazzeo (2015), com a chegada da família real portuguesa no Brasil – essa já considerada um extrato débil da burguesia europeia, subsumida aos interesses ingleses e acossada pelos rivais franceses – se concretiza a tendência já iniciada desde o início da ocupação colonial lusitana sobre o território brasileiro: a formação de uma sociedade nos trópicos que porta-se como um prolongamento da sociedade europeia, com predominância de seus elementos sobre a cultura e as instituições, onde se acrescentam os arcaísmos dos elementos latifundiários e escravistas e o perfil absolutamente dependente de uma elite dirigente portadora de “maneirismos aristocráticos, mas com uma sede de lucros burguesa” (Mazzeo, 2015, p.104).

Na medida em que o Brasil enquanto colônia se tornara mais pujante economicamente que sua metrópole – um raríssimo caso na história mundial –, as limitações impostas por Portugal, com destaque para o exclusivismo comercial⁵⁴, já desagradavam profundamente a burguesia brasileira. Foi o momento de impor o rompimento, não para que se pudesse alcançar verdadeira soberania interna e diversificação econômica, mas sim para que novos nexos de dependência pudessem ser estabelecidos com burguesias mais desenvolvidas e capazes economicamente (Prado-junior [1933] 2012; Mazzeo, 2015).

⁵² Mazzeo (2015) e Mauro (1975) afastam qualquer concepção ligada à possibilidade de existência de um “período feudal” na história do território brasileiro. De acordo com os autores, embora houvesse existido na colônia brasileira algumas leis reguladoras similares às feudais, essas não passavam de meros resquícios de um passado feudal português, que mesmo na metrópole jamais se apresentou de forma clássica. Não havia no Brasil um regime senhorial, as sesmarias não eram possessões camponesas, mas sim concessões feitas a um empresário capitalista que possuía como objetivo a monocultura exportadora. Tratava-se de ocupar um território cobiçado por outros países do centro do capitalismo no período mercantilista, não de distribuir terras a nobres para que pudessem fazer delas meios de subsistência e reprodução de classe através da exploração de servos ligados a terra.

⁵³ No caso específico da produção algodoeira e das manufaturas têxteis, foram desmobilizadas por decreto direto, em 1785 (Mazzeo, 2015).

⁵⁴ Esse já bastante debilitado, contendo diversas concessões a Inglaterra, como pondera Prado Junior (1963).

No caso estadunidense, caracterizado pela “via clássica”, no processo de emancipação, iniciado na Guerra da Independência (1776-1783) e concluído na Guerra da Secessão, a burguesia – sedenta por maior autonomia para que pudesse viabilizar de vez sua diversificação produtiva – cumpre seu papel revolucionário ao empreender uma luta nacional anticolonial que envolveu amplos setores da sociedade contra o conjunto de elementos que configuram o passado colonial⁵⁵ (Mazzeo, 2015; Lenin 1960). Entretanto, no caso brasileiro, os temores das burguesias internas a respeito da perda do controle sobre a integridade territorial e sobre as rédeas do proletariado⁵⁶ levaram a um processo de rompimento fortemente conservador, sem nenhuma participação das massas, onde a o príncipe herdeiro da metrópole é absorvido pela antiga colônia que conservou sua configuração de classes e suas estruturas econômicas e produtivas, adquirindo apenas uma “emancipação política” que sequer poderia assim ser considerada, visto que os mecanismos de realização econômica seguem dependentes (Mazzeo, 2015; Prado Junior, 1963).

A mesma articulação econômica “pelo alto” seria realizada no conhecido Golpe da Maioridade de 1840 que iniciou o reinado de D. Pedro II, imperador que viria a garantir às elites brasileiras sua desejada inserção subordinada ao capital inglês. De acordo com Da Costa (1998), sob a forma imperial o Brasil viria a prestigiar o desenvolvimento das cidades em associação com as demandas no campo, a expansão das pequenas fábricas e dos centros de crédito, o surgimento de novos extratos médios e relevantes inovações tecnológicas como as estradas de ferro, os navios a vapor e muitas outras modernizações advindas das econômicas industriais do centro do capitalismo. As frações burguesas mais avançadas no campo já adotavam amplamente a mão de obra assalariada e buscavam o aumento da produtividade através da instalação de inovações técnicas e tecnológicas em suas produções, distanciando-se dos setores mais arcaicos que ainda dependiam da mão de obra escrava.

Segundo Da Costa (1998) o trono do imperador, que tinha como seu principal suporte as arcaicas burguesias escravistas, passa a se ver ameaçado pelas novas elites, sobretudo paulistas, que seguiam disputando maior espaço no controle da política nacional a fim de

⁵⁵ Primeiro, na Guerra da Independência contra a dominação inglesa, depois, na Guerra da Secessão, contra as estruturas econômicas que eram reflexo dessa dominação, como os latifúndios escravistas concentrados na porção Sul do território (Mazzeo, 2015).

⁵⁶ Os burgueses brasileiros, ao observar os processos revolucionários nos EUA e no Haiti, compreendiam que a ampla participação popular poderia acarretar na diminuição dos seus poderes, ou, no limite, até mesmo em sua sentença de morte (Mazzeo, 2015).

volta-la aos seus interesses.⁵⁷ O desfecho desse impasse foi uma nova articulação excludente entre uma elite rural mais moderna que aliada aos nascentes setores urbanos foi capaz de destronar o imperador e instituir a República em 1889, garantindo maior autonomia aos poderes locais e o controle direto do Estado no que viria a ser conhecido como a “Política dos Governadores”.

Nota-se, conforme aponta Mazzeo (2015), a forma particular bonapartista do Estado brasileiro: se na França e na Alemanha o bonapartismo garantiu o desenvolvimento das forças produtivas e a consolidação de capitalismo soberanos e autônomos⁵⁸, no Brasil o bonapartismo das elites agrário-urbanas e das estruturas do Estado – que se comportam como seu reflexo – atuam de modo a garantir a constante conciliação com o padrão colonial através da submissão às burguesias centrais, renovando de forma permanente o arcaísmo nas relações sociais e de produção. Esse conjunto de semelhanças com a via prussiana de desenvolvimento, isto é, a inarredável tendência à completa supressão/exclusão popular dos processos econômicos e políticos somados às particularidades do desenvolvimento **hiper-tardio** de perfil **dependente** da burguesia nacional levariam Antônio Carlos Mazzeo (2015) a instituir o termo “**via prussiano-colonial**” para classificar a forma de entificação do capitalismo brasileiro⁵⁹.

Conforme apontado por Mello (2009) nos capítulos anteriores, a economia brasileira pautou-se inicialmente pela produção de produtos coloniais de alto interesse estrangeiro e de baixos custos de produção nas colônias – na medida em que tal produção era realizada através do trabalho forçado em um território provido de condições ambientais favoráveis para sua realização. Uma vez que os produtos coloniais eram exportados para o centro a baixos valores e vendidos por elevados preços no mercado europeu, os países centrais receberam um grande impulso para financiamento suas revoluções industriais. Desse ponto em diante, o novo papel da burguesia periférica e dependente brasileira foi o de manter sua associação às burguesias globais – ainda mais pujantes – sob a forma de produtores de bens primários que serviam como matéria prima para os produtos industrializados produzidos pelo centro.

⁵⁷ De acordo com Da Costa (1998) as burguesias mais dinâmicas do campo, aliadas aos emergentes setores urbanos, buscavam a expansão da mão de obra salarial através de custosas políticas de imigração e maior autonomia de atuação na escala local e regional. Os setores mais arcaicos, por sua vez, lutavam para direcionar o orçamento em direção à manutenção de suas velhas práticas como as relações de trabalho escravistas e os meios de produção arcaicos como os animais de tração e barcaças.

⁵⁸ Embora obviamente limitasse de forma autoritária as demandas populares.

⁵⁹ Pensamos que, nesse sentido, Mazzeo (2015) consegue contemplar parcialmente as semelhanças apontadas por Coutinho (1924) a respeito do caso brasileiro sobre a via prussiana sem deixar de considerar as especificidades apontadas por Chasin (2000).

O período da instituição da República (1889 – 1930) talvez possa ser considerado o período “áureo” da burguesia brasileira, pois configurou o que veio a ser o Estado Oligárquico. De acordo com Bresser-Pereira (2021), foi por meio do Estado Oligárquico que a burguesia interna⁶⁰, em seus distintos setores, pôde orientar a política nacional da forma mais conveniente à reprodução de seus capitais. Raymundo Faoro⁶¹, em sua clássica obra “Os Donos do Poder” ([1958] 2021) compreende que o poder político estatal estaria concentrado nas mãos de um estamento aristocrático-burocrático, composto também por juristas, letrados e militares, que, cada vez mais, derivam sua renda e seu poder através do controle do próprio Estado.

Dessa forma, para Faoro (2021), em um primeiro momento o regime político teria grande influência de uma oligarquia de senhores de terra, composta por senhores de engenho e coronéis de gado do nordeste, e em um segundo momento seria sucedido pelos cafeicultores do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, constituindo em conjunto da burguesia comercial a classe dominante brasileira. Esse estamento, que, embora burguês, possui um forte teor aristocrático, seria uma extensão brasileira da decadente nobreza portuguesa “aburguesada”, conforme nos informa Mazzeo (2015). Confunde-se então o público e o privado, de forma que esse dois elementos se unem, tornando-se únicos. A ausência de uma revolução burguesa clássica gerou no Brasil esse tipo de mazela, da qual Sérgio Buarque de Holanda (1936) foi um dos mais ilustres intelectuais a denunciar.

Durante séculos essa foi a forma de reprodução econômica brasileira dada a partir de seu regime burguês autocrático: a de servir como suporte ao centro através do fornecimento de matérias primas e produtos alimentícios. Se analisarmos a pauta de exportação nacional nesse período, entre 1821⁶² e 193 – como apresentados na tabela 1 – os resultados são assombrosos: o Brasil, mesmo superando economicamente seus colonizadores formais e parcialmente as amarras sobre sua diversificação produtiva, jamais abandonou seu perfil de

⁶⁰ A qual autores como Mazzeo (2015) e Florestan (1975) chamariam apenas de “interna” e não “nacional”, devido ao seu caráter dependente e absolutamente indiferente com os elementos de ordem interna.

⁶¹ Entendemos que Raymundo Faoro tende a partir de análises weberiana sobre o Brasil, entretanto, apesar de privilegiarmos uma linha dialética marxista nesse trabalho, entendemos que as considerações desse autor não podem ser desconsideradas. Também não nos comprometemos necessariamente em repetir linhas de pensamento já estabelecidas, mas sim em tecer diálogos entre autores afim de aproximá-los de uma interpretação geográfica, que por vezes, em nome de um exclusivismo demasiado, tende a se distanciar de obras clássicas produzidas por “outros campos do saber”

⁶² Faz-se importante ressaltar que, entre esse período, mais especificamente em 1888, a escravidão foi abolida no Brasil. Não pelo “desejo humanista” da burguesia nacional, mas pela baixa eficiência da produtividade escrava, pelas pressões de burguesias internacionais que já entendiam a escravidão como um possível empecilho à formação de mercados internos capazes de absorver bens industrializados produzidos pelo primeiro mundo, e muitas outras razões cujas numerações fugiriam do escopo desse trabalho (Melo 2009).

exportação primária e complementar, sendo esse um resultado inequívoco do perfil dependente e associado de nossa débil burguesia.

Tabela 1: Brasil - Principais produtos exportados – part. percentual (%) - 1821 a 1930

Período	Café	Açúcar	Algodão	Peles e couros	Borracha	Total
1821/30	18,63	32,21	19,96	13,77	0,06	84,63
1831/40	43,78	24,02	10,98	7,92	0,35	87,05
1841/50	41,29	26,74	7,47	8,62	0,39	84,51
1851/60	48,78	21,18	6,21	7,24	2,24	85,65
1861/70	45,25	12,04	18,37	6,01	3,18	84,85
1871/80	56,44	11,87	9,51	5,52	5,49	88,83
1881/90	61,70	9,96	4,24	3,19	7,69	86,78
1891/00	63,84	5,66	2,48	2,48	15,83	90,29
1901/10	51,46	1,24	2,12	4,36	27,94	87,12
1911/20	52,40	3,19	1,98	6,41	11,44	75,42
1921/30	69,56	1,44	2,41	4,62	2,50	80,53

Fonte: elaboração do autor com base em MDIC. Disponível em: <http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>. Acessado em 10/02/2023.

Interpretamos que esse processo particular e secular de desenvolvimento territorial capitalista brasileiro, que desde sua gênese é concentrador, autocrático, excludente e absolutamente avesso à participação popular deve ser entendido como um conjunto de **rugosidades territoriais** (Santos, 2002) de longo prazo, pois tratam-se de materialidades e ideologias instaladas no território que impõem condições para a realização de novas lógicas que, para se especializarem, devem sempre prestar contas a estrutura político-econômica já existentes. Em termos lúdicos, podemos afirmar que o intenso processo modernizador ocorrido entre os anos 1930 até os anos 1980 sofreu sob “a precipitação das lógicas imperialistas”, é lícito também apontar que esse mesmo projeto precisou caminhar pelo “árido solo das antigas estruturas sociais e econômicas que se colocaram como incessantes barreiras a qualquer modernização que altere minimamente a configuração de classes – e suas bases materiais – estabelecidas historicamente”.

2.3 Brasil: a clareza sobre a situação nacional e as dificuldades para o estabelecimento de um projeto nacional de desenvolvimento.

Segundo Furtado (1968), o gigantismo da economia cafeeira brasileira chegou a controlar $\frac{3}{4}$ da produção de café global, configurando uma situação de semi-monopólio, o que

possibilitou até mesmo a manipulação dos preços com a retirada de produtos do mercado, praticada a partir da queima do montante de café excedente em tempos oportunos ⁶³. Apesar dos resultados, de acordo com o autor, a situação mostrava-se insustentável no longo prazo, pois após a crise de 1929 o mercado mundial passou a absorver apenas 2/3 da crescente produção total e o Estado brasileiro encontrava grandes dificuldades de contratar empréstimos internacionais para financiar a queima do excedente⁶⁴ – que atingia volumes cada vez maiores. Assim, o fenecimento do modelo econômico era mais do que evidente.

Conforme se avançava a industrialização no centro do capitalismo, o café brasileiro, – seja na sua versão mais refinada que compunha a mesa das elites centrais ou sua versão mais modesta, possuidores da função de estimular a produção dos trabalhadores nos países industrializados – aumentava sua centralidade na produção nacional, ao ponto de tornar-se o elemento central da economia nacional, conforme já demonstrado na Tabalea 1 (Martins, 2002). Podemos afirmar, portanto, que o território brasileiro, nesse período, na medida em que era praticamente dependente de um único produto de exportação – ao qual quase toda sua dinâmica econômica se subordinava – estava sujeito a um altíssimo grau de vulnerabilidade⁶⁵ (Castillo; Frederico, 2010).

Com a decadência as vendas do café e as dificuldades de financiamento externo, a base econômica que sustentava as oligarquias passou a ruir e gerar fissuras em seu ordenamento. Determinados setores das forças armadas nacionais – cuja participação na política se acentuara após a Proclamação da República – mostravam-se descontentes com as constantes fraudes eleitorais e somavam suas insatisfações às dos trabalhadores urbanos e dos setores burgueses historicamente negligenciados e excluídos da “Política dos Governadores” que possuía como eixo central as regiões São Paulo e Minas Gerais. De acordo com Fausto (1970), tal coalizão de forças tornou-se a base para a deposição do presidente Washington Luís e para a ascensão de Getúlio Vargas.

⁶³ A queima do café, por sinal, era fruto do mais absoluto domínio da oligarquia autocrática burguesa sobre o Estado brasileiro que, após a instituição da república, como afirmou Coutinho (1924) e Mazzeo (2015), já controlavam o Estado sem a necessidade do intermédio do imperador. Trata-se da já citada “Política dos Governadores” – ou popularmente conhecida como “Política do Café com Leite” – onde as elites mineiras e paulistas, polos econômicos nacionais se revezavam no poder sem qualquer traço que pudesse caracterizar uma democracia.

⁶⁴ Dependência de financiamento já apontada anteriormente por José Chasin (2000), conforme citado.

⁶⁵ Embora os citados autores se refiram a outras situações, pensamos que as análises tecidas por Castillo e Frederico são absolutamente pertinentes para esse caso. De acordo com os autores, a vulnerabilidade territorial trata-se de uma situação em que altíssima especialização e dependência de um produto voltado para a exportação submete a nação ou a região em uma situação de extrema dependência de um cenário internacional absolutamente incerto.

Após derrotar a revolta armada do Estado de São Paulo e unir-se a determinados senhores de terras, de setores urbanos e dos militares que compuseram o chamado movimento “tenentista”, Vargas sobe ao poder com a plena consciência de que a superação da crise necessitaria de uma nova arquitetura política e uma nova matriz econômica que de fato pudessem garantir o desenvolvimento e soberania nacional. (Boito Junior, 2003; Bresser-pereira, 2009) Para que esses objetivos pudessem ser atingidos o Brasil não poderia continuar a ser um reles exportador de matérias primas de baixo valor agregado (Furtado, 1989, 1992).

É extremamente importante ressaltarmos que, ao tratar a respeito da ascensão de Vargas ao poder, compactuamos com a leitura realizada por Armando Boito Junior (2003): o projeto nacional modernizador capitaneado por Vargas não era desejado pela burguesia agroexportadora que se beneficiava do Estado oligárquico, não era apoiado pela burguesia mercantil cujos lucros oriundos de importações se beneficiavam da debilidade da produção interna e não se sustentou inicialmente nem mesmo através da burguesia industrial – como costumeiramente se acredita –, pelo simples fato de que essa fração de classe ainda era absolutamente incipiente em um Brasil majoritariamente rural. As bases varguistas no poder⁶⁶, portanto, concentravam-se no apoio dos militares do movimento tenentista que estavam tomados por verdadeiros ideais liberais modernizadores, pelos setores excluídos do jogo de poder do Estado Oligárquico e de sua “política do café com leite”, pelos setores liberais urbanos, pela crescente tecnoburocracia estatal que se desenvolvia junto às instituições do Estado e apenas **posteriormente** pela burguesia industrial que se desenvolvia a reboque das políticas desenvolvimentistas capitaneadas pelo governo, considerando que grande parte de sua estrutura apresenta-se em linkages com setores agrários (Suzigan, 1986; Boito Junior, 2003; Bresser-pereira, 2009).

Para além da necessidade de enfrentar no plano político as débeis burguesias que se alimentavam do atraso, era necessário combater também as **rugosidades** (Santos, 2002) territoriais que se expressavam através do extremo reacionarismo de uma elite que possui a mais completa aversão à participação popular na política e, devido às particularidades de sua formação histórica, prefere abrir mão da plenitude de seus poderes econômicos em prol do controle político absoluto. Por fim, como se esses elementos já não configurassem uma tarefa quase impossível, não poderíamos nos esquecer de citar as poderosas **verticalidades** (Santos,

⁶⁶ Não se trata aqui de afirmar que o Estado não é um instrumento de poder da burguesia, mas de afirmar que, devido às disputas internas no interior das classes burguesas e de eventos disruptivos, o equilíbrio de poder por vezes pode se mover de modo a gerar alguns elementos positivos para novas classes que disputam a hegemonia do aparato estatal, podendo, por vezes, pender até mesmo aos interesses da classe trabalhadora. Podemos dizer, nesse sentido, que Boito Junior entende que o Estado embora tenda a ser a extensão do poder dominante, é dotada de certa “autonomia relativa”, a depender da correlação de forças presentes em cada momento histórico.

2002) imperialistas, especialmente as estadunidenses, que jamais aceitariam uma potência econômica em seu “quintal” (Souza, 2017).

A despeito do desejo varguista de retirar o Brasil da crise de 1929 e direcionar o país para a rota da industrialização, mesmo diante da evidente falência do modelo agro exportador ainda imperava no pensamento econômico das elites Brasileiras a tentativa de inserção no mercado mundial através da *teoria das vantagens comparativas*⁶⁷. Acreditava-se, portanto, que a via mais eficiente para o desenvolvimento econômico nacional consistiria na ampliação da escala e da eficiência da produção agrícola, nossa “vocação nacional” por excelência (Bresser-pereira, 1989, 1991, 2003; Borges, 2004).

A adoção da *teoria das vantagens comparativas* no terceiro mundo, nesse momento histórico, tratava-se certamente de uma ideologia, isto é, de uma ferramenta de dominação empregada pelo centro, pois os países centrais não poderiam impor sua lógica de subordinação territorial aos países periféricos somente pela coerção. Fazia-se necessária a criação de um determinado consenso entre dominadores e dominados, ainda que esse consenso se estabelecesse sob condições fortemente desfavoráveis aos oprimidos (Arendt 1986 p.88 apud Perisinoto, 2004 p.124). A principal ferramenta de subordinação capaz de tal feito, portanto, não se encontrava em um complexo militar, mas sim na propagação de falsas visões de mundo, impostas aos dominados pelos dominadores.

Se não foram Marx e Engels os criadores do termo “ideologia”, seguramente pode ser atribuído aos autores seu significado mais potente. O conceito de ideologia em Marx e Engels ([1932] 2010) difere-se dos anteriores ao caracterizá-la como fruto da cisão entre a produção de ideias e as condições sociais nas quais são produzidas. Para os autores a ideologia consistiria em uma falsa visão de mundo que busca constantemente mascarar a realidade e apresentar interesses puramente particulares como se fossem os interesses coletivos. Era importante para o primeiro mundo que se fizesse acreditar que não existiriam desigualdades econômicas entre potencias industriais e potenciais agrícolas.

⁶⁷ A chamada “*teoria das vantagens comparativas*” foi cunhada por David Ricardo no século XIX e, de acordo com Nassif (2021), foram acrescentados a ela uma série de elementos por Eli Heckscher (1919) e Bertil Ohlin (1924; [1933] 1968). Ao fim, cunhou-se uma dominante concepção de que o desenvolvimento seria fruto do aumento de produtividade gerado pela especialização produtiva e tal especialização deveria ser realizada sob produtos cuja nação possuiria uma “vocação natural” para produzir, sendo mais eficiente e competitiva do que outras em sua realização. Ao fim, as nações especializadas seriam capazes de sanar suas demais necessidades no mercado mundial, onde encontrariam os produtos que necessitam através de outras nações têm bem fortemente especializadas nos mesmos, que o produziram com a melhor eficiência e poderiam vendê-los pelos melhores custos. Essas eram as grandes concepções que regiam o mercado internacional no século XIX e de parte do século XX.

Entretanto, nos 1950, um salto crítico foi oferecido pelos intelectuais da CEPAL, onde o economista argentino Raul Prebisch (1950) evidenciou os equívocos das teorias econômicas europeias vigentes em seu tempo ao apontar que não apenas que os produtos primários perdem valor em relação aos produtos industrializados ao longo do tempo – conforme exemplificado nos dados da tabela 2 –, mas também que a industrialização seria capaz de engendrar uma estrutura social muito distinta da existente nas economias fundadas em produtos primários. De acordo com o autor, os postos de trabalho mais exigentes em termos de qualificação existentes nas economias industriais geram maior poder de barganha aos trabalhadores, o que aumenta os salários, diferentemente das economias primário-exportadoras, onde o trabalho extensivo não exige qualificação e não absorve toda a mão de obra existente, o que contribui para os baixos salários e a falta de um mercado interno efetivo. Os ganhos de produtividade das economias primárias também seriam baixos, visto que essas precisam se submeter aos tempos da natureza, ao passo que na indústria os ganhos de produtividade tendem a se restringir ao nível da capacidade técnica vigente.

A discussão doutrinária, todavia, está muito longe de haver terminado. Em matéria de economia, as ideologias costumam acompanhar os acontecimentos com atraso, ou então sobreviver a eles por demasiado tempo. É certo que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio. A falha dessa premissa consiste em ela atribuir um caráter geral àquilo que, em si mesmo, é muito circunscrito. Se por coletividade entende-se tão somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro. Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade (Prebisch, 1950, p.72).

Tabela 2: Relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria (preços médios de importação e exportação, respectivamente, de acordo com os dados da câmara de comércio. base: 1876-80 = 100)

PERÍODO	Quantidade de produtos finais da indústria que podem ser obtidos com determinada quantidade de produtos primários
1876-80	100,0

1881-85	102,4
1886-90	96,3
1891-95	90,1
1896-1900	87,1
1901-05	84,6
1906-10	85,8
1911-13	85,8
1921-25	67,3
1926-30	73,3
1931-35	62,0
1936-38	64,1
1946-47	68,7

Fonte: Prebisch, 1950 p.81 apud Organização das Nações Unidas, *Postwar Price Relations in Trade Between Underdevelopment and Industrialized*.

Embora já fosse um fato conhecido pelos marxistas desde o fim do século XIX, após a publicação dos estudos de Prebisch (1950) e também de outros pensadores marxistas modernos⁶⁸, já não seria possível aceitar as ideologias dominantes produzidas pelo centro que rejeitavam o fato de que o subdesenvolvimento da periferia fosse fruto e reflexo do desenvolvimento acelerado do centro. Tornou-se inegável que a condição de subdesenvolvimento do terceiro mundo não se trataria meramente de uma condição de caráter conjuntural, mas sim de um elemento estrutural (Carcanholo, 2009; Nassif, 2021).

Era de se esperar, portanto, que os contundentes estudos apresentados por Raul Prebisch (1950) e outros como Andre Gunder Frank (1972; 1976) e Celso Furtado (1964) fossem mais do que o suficiente para comprovarem a inegável tendência a deterioração dos termos⁶⁹ de troca dos produtos agrícolas em relação aos industriais, encerrando de uma vez por todas a ideologia do crescimento com base na teoria das vantagens comparativas estáticas e levando os países periféricos, sobretudo o Brasil, a uma vigorosa corrida industrial. Entretanto, mesmo após as provas cabais apresentadas pelos referidos autores, os intelectuais brasileiros seguiam ligados aos princípios clássicos do liberalismo defendendo vorazmente a inserção no mercado global através das “vocações agrícolas nacionais” em detrimento do projeto industrializador desejado pelo governo Vargas, o que evidenciou a dimensão da

⁶⁸ Após o desenvolvimento das teorias de Prebisch e da Cepal no campo do estruturalismo, outras teorias que buscavam explicar a dependência foram produzidas tomando como base o marxismo. Entre seus (as) principais expoentes podemos citar Theotonio dos Santos (1968a, 1968b), André Gunder Frank (1966, 1972), Ruy Mauro Marini (1972, 1978) e Vânia Bambirra (1973, 1978).

⁶⁹ A “deterioração dos termos de troca” refere-se à tendência de queda dos preços dos produtos primários em relação aos produtos industrializados. Para Prebisch (2012) tal fator seria um dos principais responsáveis pelos desequilíbrios nos balanços de pagamentos dos países da periferia capitalista.

colonização epistemológica sofrido pelo Brasil e sua imensa capacidade de perpetuação do subdesenvolvimento (Bresser-pereira, 1989, 1991, 2003; Borges, 2004).

Consideramos que, embora os economistas heterodoxos cepalinos brasileiros e latino-americanos fossem intelectuais absolutamente brilhantes, suas análises não costumavam contemplar devidamente a estrutura das classes sociais brasileiras, faltando-lhes o entendimento a respeito do perfil dos nossos extratos sociais dominantes, que nesse período já era muito bem conhecido por sociólogos como Florestan Fernandes (1975). A falta desse entendimento, portanto, aparentava impedir que compreendessem devidamente natureza do liberalismo no Brasil e as possibilidades verdadeiramente concretas para o desenvolvimento econômico e social do país.

De acordo com André Guimarães Augusto (2021) o liberalismo tem como seu berço o continente europeu, onde foi capaz de cumprir um papel relevante, tornando-se um pensamento progressista diante do poder opressor da nobreza e sendo, posteriormente, a base ideológica para as revoluções burguesas que representaram um avanço em relação a sociedades estamentais anteriores. Se na França os ideais liberais correspondiam, ao menos do ponto de vista formal, uma tríade entre liberdade, igualdade e fraternidade, no Brasil, uma colônia escravista desde o princípio de sua exploração, o liberalismo portava-se, nas palavras de Roberto Schwarz (1992) como uma “ideia fora do lugar”, configurando uma ideologia de “segundo grau” que se caracteriza pela inadequação de uma referencial intelectual transposto para um contexto social absolutamente distinto e impróprio.

Embora seja de amplo conhecimento o fato de que o liberalismo refira-se apenas a elementos econômicos e que sua relação com a escravidão nunca tenha sido de fato proibitiva – conforme pode ser observado em teóricos como John Locke e Adam Smith – de acordo com Mazzeo (2015), o liberalismo no Brasil é completamente despido de qualquer teor revolucionário, sendo na verdade seu oposto: comporta-se como elemento de conciliação reacionária com o atraso e de constante manutenção com o *status quo* por que no Brasil molda-se como a ideologia que serve como ferramenta de uma classe dominante de perfil **dependente e associada**.

É óbvio, portanto, que as elites “liberais” defenderão até seus últimos suspiros teorias clássicas como a da inserção no comércio mundial através das “*vantagens comparativas*” ou mesmo as modernas teorias neoliberais que vieram a assolar a nação nos anos 1990, pois seu padrão de desenvolvimento consiste em sempre se submeter ao grande capital dominante enquanto uma sócia menor. A questão central é a de que não é no campo da lógica e das ideias que o arcaico liberalismo brasileiro poderá ser derrotado, mas sim por intermédio de

uma revolução social que resulte no desmantelamento da atual classe dominante, um elemento que jamais esteve no horizonte dos economistas heterodoxos, mas que configurou-se como a conclusão final de Florestan Fernandes (1975) à respeito das possibilidades de desenvolvimento brasileiro.

Se Schwarz (1992) já compreendia essa transposição indevida dos elementos liberais para o Brasil e seus impactos sobre o desenvolvimento brasileiro, Quijano (2008), por sua vez, tratou de cunhar o termo “colonialidade do poder” para explicar o mesmo processo. De acordo com os autores, para que o domínio econômico seja estabelecido de forma plena, se faz necessário também o domínio na esfera cultural e, sobretudo intelectual.

O ciclo vicioso que parecia limitar a América Latina, para Quijano, passava pela ideia de que as elites do continente deviam copiar as elites europeias; e pelo fato de essas elites nacionais, nesse processo, continuarem agindo como elites coloniais, mesmo quando essas práticas dificultavam o desenvolvimento das economias periféricas e dessas próprias elites. Isto é, a certeza de que desenvolvimento cultural e econômico se davam de forma teleológica, numa linha na qual a Europa estava anos à frente da América e precisava ser alcançada, levava as elites culturais e políticas latino-americanas a identificarem-se com as elites europeias, apostando que copiá-las era o melhor que poderiam fazer para alcançá-las. Nessa lógica, entender as necessidades específicas de seus países e tentar repensar sua história de forma independente dos preconceitos coloniais não era uma tarefa prioritária. A mesma noção de desenvolvimento teleológico que a teoria da dependência viera combater, portanto, também marcava as elites culturais da América Latina, fazendo-as adotar uma visão de mundo eurocêntrica contrária aos interesses coletivos desses países (Lotofu, p. 43, 2016).

O projeto nacional de desenvolvimento capitaneado por Vargas partia do entendimento de que somente a industrialização poderia ser capaz de desenvolver e emancipar a nação e que esse processo só poderia desenvolver-se por meio da orientação e planejamento do Estado⁷⁰ (Bielschowsky, 1988). Em termos territoriais, **entendemos, portanto, o projeto nacional como uma horizontalidade de potencial emancipatório gestada no interior do território**, como resposta ao choque adverso e ao esgotamento da forma de reprodução econômica da burguesia oligárquica. Tal projeto, a partir da formação de um novo bloco no poder, buscou o rompimento com as estruturas rugosas apresentadas pelo território em seu tempo – a produção material pela via da exportação de commodities e as ideologias liberais perpetuadoras do *status quo* – e com as verticalidades imperialistas que buscavam a constante

⁷⁰ Cabe ressaltar que Getúlio Vargas iniciou seu projeto desenvolvimentista em 1937, antes mesmo dos postulados teóricos apresentados por Prebisch e pela Cepal. Nesse ponto assemelha-se ao presidente americano Dwight Eisenhower, que em 1953 encabeçou seu projeto de desenvolvimento antes mesmo das teorias elaboradas por John Maynard Keynes. Pode-se dizer que nesses casos a política esteve passos à frente das teorias acadêmicas que lhes deveriam servir como subsídios.

renovação dos nexos coloniais expressos na perpetuação do Brasil sob um papel subordinado e complementar na divisão internacional do trabalho.

3 ENTRE VERTICALIDADES, HORIZONTALIDADES E RUGOSIDADES: O PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E A MODERNIZAÇÃO TÉCNICA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

Nesse capítulo tratamos da forma como se efetivou o projeto nacional de desenvolvimento iniciado por Vargas nos anos 1930 e finalizado após a ditadura militar nos anos 1985, apresentando as principais modernizações institucionais instauradas sobre o aparato Estatal, as mudanças sociais constituídas e o intenso desenvolvimento das forças produtivas nacionais ao longo do período. Buscamos apresentar como a dialética entre o “velho”, representado pelas seculares rugosidades apresentadas pelo território brasileiro se digladiaram com o “novo”, representado por forças políticas progressistas, sem deixar de abordar também as intensas verticalidades imperialistas que buscaram intensamente a subordinação do território e sua consequente alienação.

Para que a extensa exposição possa ser devidamente organizada, a dividimos em quatro sub capítulos, onde primeiro abordamos a primeira etapa, capitaneada por Vargas e conhecida como “nacional desenvolvimentismo”, depois a segunda etapa, encabeçada por Juscelino Kubitschek, conhecida como “desenvolvimentismo internacionalista”, seguida por uma terceira etapa, em que nos debruçamos sobre processo de interrupção da participação popular na política através do golpe de 1964, culminando na quarta e última etapa, em que trataremos a respeito do “desenvolvimentismo internacionalista autoritário”, período encabeçado pela ditadura “empresarial-militar”.

3.1 A formação de um novo bloco no poder e o nacional desenvolvimentismo

Para Octavio Ianni (1986), a partir da revolução de 1930, capitaneada por Getúlio Vargas, o Brasil deixou de ser um Estado oligárquico para tornar-se efetivamente um Estado burguês, culminando em uma série de mudanças institucionais que marcaram uma nova fase nas relações entre Estado e o sistema político-econômico. Para ascender ao poder e encerrar os governos oligárquicos, Vargas aproveitou-se do momento de fragilidade da burguesia cafeeira para mobilizar as crescentes classes urbanas, operárias, militares e burocratas, que viam suas condições de vida se deteriorarem devido ao crescente dreno da riqueza nacional

realizado pela classe cafeicultora por meio das políticas típicas do Estado oligárquico, como a “socialização dos prejuízos” através da compra e queima do café pelo Estado.

Em 1932, após a formação da aliança Liberal, Vargas derrotou as forças da Primeira República representantes dos cafeicultores, instaurando o Estado Novo e levando à presidência seu pensamento desenvolvimentista (Fausto, 1970; Ianni, 1986). Considerando que não seria possível sustentar seu poder através dos extratos sociais dominantes da sociedade brasileira, as quais buscou combater, Vargas tornou-se o primeiro grande líder político no Brasil a buscar sua legitimidade no povo, especificamente na crescente classe dos trabalhadores urbanos, que já apresentavam manifestações organizadas de seus interesses (Bresser-pereira, 2009). Inaugura-se, portanto, uma nova forma de governar, conhecida como “populismo⁷¹” ou “trabalhismo⁷²” em que o poder político do líder carismático fundamenta-se no seu contato direto com as massas, as quais podem legitimar projetos políticos uma vez devidamente convencidas a tal (Gomes, 2001, 2002; Ianni, 1968; Weffort, 1989).

A coalizão realizada por Vargas envolveu diversos setores sociais em torno do desenvolvimento industrial. Buscou beneficiar o setor burguês não hegemônico – que consistia em agroexportadores excluídos do jogo de poder oligárquico, cafeicultores que buscavam diversificar seus negócios e pequenos industriais que conduziam seis empreendimentos de forma complementar a economia cafeeira –, os trabalhadores urbanos que desejavam melhores condições de vida e também aos militares do movimento tenentista⁷³ que ansiavam pela modernização industrial, por maior lisura do processo eleitoral e pela ampliação da soberania nacional (Bresser-pereira, 1989; Seitenfus, 1985).

Dessa forma, entendemos que as circunstâncias históricas ao qual o Brasil se encontrava nesse período possibilitaram a constituição de um novo *bloco no poder*⁷⁴ capaz de

⁷¹ O termo populismo, na concepção de autores clássicos como Octavio Ianni (1968) e Francisco Weffort (1989), trata-se de um fenômeno no qual um líder carismático, aproveitando-se da falta de consciência de classe e do atraso cultural das massas, as manipula e as instrumentaliza através de seu carisma.

⁷² O termo “trabalhismo” é usado por autores (as) contemporâneos, como Ângela de Castro Gomes (2001, 2002) ao indicar que o termo clássico “populismo” tratar-se-ia de um mito político fundado na desesperança e no ceticismo, que rebaixaria a sociedade brasileira ao supor que as massas eram desprovidas de consciência crítica e que o pensamento seja proveniente apenas das lideranças. Para a autora, tal conceito seria utilizado nos dias atuais como forma pejorativa para se referir amplamente a líderes que tecem acenos à classe trabalhadora. Sendo assim, o conceito de *pacto trabalhista* “[...] tem nele, de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que, sem dúvida, teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente re-construção” (Gomes, 2001, p. 48).

⁷³ O tenentismo tratou-se de um movimento de revolta promovido por jovens oficiais do exército diante dos desmandos da velha oligarquia burguesa agroexportadora (Santa Rosa, Sodré, 1976).

⁷⁴ De acordo com Jaime Osório (2014) as heterogeneidades da classe burguesa e de suas formas de acumulação se traduzem em um intenso conflito, do qual emergem distintas frações vencedoras em diferentes períodos históricos. A fração vencedora tende a receber o controle do Estado, configurando um “bloco no poder” capaz de dirigir a política em favor de seus interesses.

levar adiante o processo de acumulação após o *choque adverso*⁷⁵ sofrido pela economia brasileira com a crise de 1929 (Osório, [2004] 2014; Furtado, 1968). Seu projeto consistia, como já afirmado, na construção de um padrão econômico pautado em **novas horizontalidades** internas, capazes de gerar um padrão de acumulação distinto e responsáveis por atender a novos interesses.

Vargas manteve-se à frente da presidência em distintos contextos, sendo eles o governo provisório (1930 – 1933), o governo constitucional (1934 – 1937), o período ditatorial chamado de Estado Novo (1937 – 1945) e o período democrático, como presidente eleito, sucedendo Eurico Gaspar Dutra de 1951 até 1954. Em todos esses períodos, os principais adversários políticos das novas concepções e do novo bloco de poder foram as arcaicas burguesias representadas pelo grande capital cafeeiro, que o combateram primeiro através de uma guerra civil – capitaneada pela Frente Única Paulista em 1932 – e depois através da disputa política organizadas no partido “União Democrática Nacional” (UDN), que tornou-se um polo de representação para as velhas elites brasileiras e para as frações superiores da classe média, setores sociais historicamente marcados pela mais completa aversão à participação popular no poder e que, embora burgueses ou “aburguesados”, são portadores de um elitismo repleto de elementos aristocráticos (Mazzeo, 2015; Boito Junior, 2003; Souza, 2017).

Segundo Ianni (1986), no período capitaneado por Vargas, ocorreram – a contra gosto das frações hegemônicas da burguesia interna – profundas modificações que se expressaram na democratização do sistema político, no exercício efetivo dos poderes, no estabelecimento de novos padrões culturais e na ampliação e melhoria do sistema educacional. No escopo do projeto nacional de desenvolvimento, tais medidas se faziam fundamentais, visto que o país ainda conservava estruturas semicoloniais, verdadeiros reflexos da organização social referente a economia agroexportadora sob égide do Estado oligárquico.

A estrutura semicolonial do Estado brasileiro no período, fruto da secular construção engendrada pelas elites autocráticas, era fortemente marcada pelo patrimonialismo e pelo clientelismo, com pouca distinção entre o público e o privado. A construção de um Estado propriamente burguês capaz de capitanear um projeto de desenvolvimento demandou uma série de esforços que passaram desde a criação de órgãos ligados à administração pública e do estabelecimento de concursos públicos para o ingresso em tais estruturas estatais, como

⁷⁵ Para Furtado, trata-se de uma mudança brusca nas condições de acumulação que obrigam uma intensa reorientação econômica.

também o desenvolvimento de um conjunto de empresas estatais capazes de viabilizar o desenvolvimento econômico (Bresser-pereira, 2009).

Entre os órgãos públicos e empresas que nasceram com o objetivo de elevar a capacidade de intervenção do Estado brasileiro e desencadear o processo de desenvolvimento econômico no período Vargas encontram-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Educação (ME), a Superintendência da Moeda e do Comércio (SUMOC), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco do Brasil, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce, a Eletrobrás e a Petrobras (Ianni, 1986; Bresser-pereira, 2009; Caputo, Melo, 2009; Aranha, 2014).

Entretanto, as mudanças necessárias não eram apenas de ordem técnica e administrativa, sendo necessárias também profundas mudanças no âmbito cultural. Como apontado por Carvalho (1995), na década de 1940, para que as massas populacionais – cada vez mais urbanas – pudessem se converter em um exército de reserva apropriado para a ampliação e desenvolvimento da indústria, uma nova concepção de sujeito deveria ser criada. O projeto, encabeçado pelo MTIC, tinha como pontos centrais a valorização do trabalho como atividade enobrecedora do homem e como principal virtude cívica, fazendo do trabalhador o cidadão por excelência na democracia social que se implantava. Em um país em que o legado da escravidão ainda contribuía para desmerecer o trabalho, sobretudo o trabalho manual do operário, a nova pregação era surpreendente e positiva, sobretudo por vir do governo⁷⁶.

A partir de concepções ilusórias como as de Gilberto Freyre ([1933] 2019), as raízes portuguesas foram revalorizadas e vendidas como elementos positivos, sobretudo em seus aspectos religiosos católicos, portadores de uma suposta tolerância racial. Os brasileiros passaram a serem representados como pessoas fraternais, cooperadoras, generosas e ao mesmo tempo honestas e trabalhadoras, os verdadeiros “homens cordiais⁷⁷”. Nessa nova concepção de sujeito, não caberiam os embates raciais ou a insubordinação às relações de trabalho e os conflitos deveriam ser resolvidos através da cooperação e do entendimento (Carvalho, 1995).

⁷⁶ Tal fato pode ser observado nas ruas brasileiras até os dias atuais. De acordo com Da Silva (2009) os sujeitos, geralmente os pobres e pretos das periferias, ao serem abordados por forças policiais, costumam exclamar frases como “não sou bandido, sou trabalhador”. Revela-se então, que a dignidade humana só pode ser entendida como tal se for mediada pelo exercício do trabalho, ainda que esse se configure no capitalismo enquanto uma atividade exploratória. Embora no período histórico varguista, marcado por um Brasil recém-liberto da escravidão, essa forma de “conferir dignidade” representasse um avanço, muito progresso precisa ser realizado nesse sentido.

⁷⁷ E aqui, que jamais se confunda a expressão crítica utilizada por Sérgio Buarque de Holanda (1968) com a expressão ilusória propagada por Gilberto Freyre (2019), como costumeiramente se faz. Tratam-se de autores que apresentam concepções completamente distintas.

Em termos econômicos, Furtado (2020), Mello (1992) e Tavares ([1963] 2000) entendem que o processo de industrialização brasileiro já havia começado no período de “crescimento para fora”, isto é, no período de hegemonia da economia cafeeira, de forma complementar a atividade agrícola principal, ligando-se a produção de vestuário, de embalagens de sacas de café e às necessidades do sistema ferroviário⁷⁸. Nesse período a industrialização brasileira ainda se expressava de forma incipiente, estando ligada e condicionada pelo setor primário exportador, só podendo se desenvolver mediante ao crescimento do próprio setor primário e de outras atividades minoritárias também ligadas a ele.

O que interessa assinalar, porém, é o fato de que essa reduzida atividade industrial (diria diferentemente Furtado: essa industrialização induzida pela expansão das exportações) juntamente com o setor agrícola de subsistência eram insuficientes para dar à atividade interna um dinamismo próprio. Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa, dando o caráter eminentemente dependente e reflexo de nossas economias (Tavares, 1972 p.31).

O estrangulamento do mercado internacional após a crise de 1929 que veio a ser chamado por Furtado como *choque adverso* obrigou os produtores de café a buscarem novos nichos de comercialização, voltando seus olhares ao mercado interno que, em detrimento da crise internacional, passou a apresentar uma maior rentabilidade.

A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação (Furtado, 2020 p. 195).

A busca pela inversão de parte do excedente originado dos circuitos espaciais do café em atividades que possuíam como alvo o mercado interno levou não só a intensificação do uso da incipiente capacidade industrial já instalada no país, como também sua ampliação por meio de importações de maquinários, como afirma Furtado (2020 p.195/196):

⁷⁸ Após a independência brasileira, Portugal já não era capaz de suprimir tais atividades que eram realizadas de forma complementar a produção mercantil exportadora, podendo estas se desenvolverem sem as antigas amarras.

É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem importar equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros com a depreciação do valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida. Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado; criando os fundos necessários, dentro da própria Indústria para sua expansão subsequente. Outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que se apresentou de adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão. Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamente atingidos pela crise industrial.

Percebe-se, a partir das colocações de Furtado (2020), que de certa forma os antigos e principalmente os novos industriais brasileiros seriam justamente os antigos cafeicultores que, devido ao seu acúmulo de capital, foram capazes de diversificar seus investimentos e explorar novos nichos de mercado. Se realizarmos uma associação com o pensamento apresentado por Mazzeo (2015) e Chasin (2000), podemos afirmar que a crescente burguesia industrial brasileira carrega em seu interior os mesmos elementos culturais e a mesma gênese dependente e associada das antigas burguesias rurais brasileiras, sendo, portanto, uma classe burguesa que, embora industrial, é absolutamente distinta da burguesia industrial existente nos países cujos capitalismo se desenvolveram através da “via clássica” ou mesmo “prussiana”. Optamos por ressaltar essa reflexão nesse momento para que o conservadorismo dos industriais brasileiros possa ser devidamente entendido, visto este se trata de um elemento de grande relevância para a compreensão das rugosidades apresentadas pelo território brasileiro e seus impactos no desenvolvimento do processo histórico nacional.

No plano econômico, uma vez constituídos os sujeitos apropriados para o novo padrão de desenvolvimento, que deixaria de ser majoritariamente voltado “para fora” para voltar-se “para dentro”, tornou-se fundamental a construção de um mercado interno capaz de absorver ao menos uma parte significativa da produção industrial e cooperar com o desenvolvimento. Para tal, a instituição do salário mínimo e as políticas de valorização do mesmo foram fundamentais⁷⁹ (Furtado, 1968).

Inicia-se então o processo que veio a ser conhecido como *substituição de importações* (PSI), em que mecanismos foram estabelecidos visando dificultar a importação de determinados itens supérfluos e estimular a importação de bens de capital, incentivando a

⁷⁹ Cabe lembrar que essas leis trabalhistas foram criadas apenas para os trabalhadores urbanos. Nesse momento Vargas ainda não ousaria expandi-las para os trabalhadores rurais, cujos patrões representavam seus principais opositores.

produção interna de elementos antes importados ⁸⁰ (Furtado, 1968; Tavares, [1963] 2000). De acordo com Tavares ([1963] 2000), a essência do modelo de substituição de importações estaria em reduzir a centralidade da exportação como variável chave do desenvolvimento econômico e conferir ao investimento interno um novo protagonismo, gerando a mudança do centro dinâmico de acumulação. Segundo os diagnósticos da CEPAL, após o estrangulamento externo sofrido pelo café, o PSI se configuraria como a única alternativa concreta para o desenvolvimento econômico brasileiro e para a consequente redução das disparidades características do modelo centro-periferia.

Entretanto, a produção interna de bens outrora importados apresentava inúmeras dificuldades. Inicialmente, o PSI tende a começar por bens de consumo terminados, de alta demanda, baixa tecnologia agregada e não demandadores de grandes volumes de capital, para posteriormente rumar em direção aos produtos mais complexos. Na medida em que os primeiros são substituídos, cresce a demanda para a substituição dos novos, renovando o ciclo de substituições sob novas e mais profundas dificuldades, que se apresentam na dimensão interna – através da baixa taxa de poupança interna, da alta demanda de capital e na baixa capacidade de consumo do mercado interno – e na dimensão externa – expressa nas dificuldades de importação que caracterizaram alguns períodos históricos (Tavares, [1963] 2000).

De certo modo, para Tavares ([1963] 2000), o processo de substituição de importações consistiria em internalizar continuas mudanças qualitativas na estrutura econômica através do salto de uma situação de desequilíbrio para outra situação de desequilíbrio.

Por um lado, a instalação de unidades industriais para produzir internamente bens de consumo final que antes se importavam tende a expandir o mercado interno desses mesmos bens, não só pelo próprio crescimento da renda decorrente do processo de investimento, como pela inexistência de restrições internas análogas às que limitavam as importações desses produtos. Por outro lado, a sua produção, como já vimos, apenas substitui uma parte do valor agregado, anteriormente gerado fora da economia. Em consequência, a demanda derivada por importações de matérias-primas e outros insumos cresce rapidamente tendendo a ultrapassar as disponibilidades de divisas. Caracteriza-se assim, portanto, pela primeira vez, uma das faces da contradição interna do processo, atrás mencionada, entre sua finalidade que é o crescimento do produto (do qual decorre a necessidade de elevar, pelo menos em alguma medida, as importações) e as limitações da capacidade para importar.

Em resposta a este desafio, segue-se uma nova onda de substituições para o que se torna necessário comprimir algumas importações menos essenciais liberando assim as divisas indispensáveis à instalação e operação das novas unidades produtivas. De novo, com o crescimento do produto e da renda, se reproduz em maior ou menor medida o fenômeno acima descrito. Na superação contínua dessas contradições

⁸⁰ Ao qual devemos ressaltar a instrução 70 da SUMOC, que dificultava determinadas importações e incentivava exportações visando incentivar o PSI.

reside a essência da dinâmica do processo de substituição de importações. Teoricamente, o processo poderia continuar mediante uma seleção rigorosa do uso de divisas, até um ponto na divisão do trabalho com o exterior que correspondesse ao aproveitamento máximo dos recursos internos existentes.

Na realidade, porém, à medida que o processo avança através de sucessivas respostas à “barreira externa”, vai-se tornando cada vez mais difícil e custoso prosseguir não só por razões de ordem interna (dimensões de mercado, tecnologia etc.), como também porque, dadas as limitações da capacidade para importar, a pauta de importações tende a tornar-se extremamente rígida, antes que o processo de desenvolvimento ganhe suficiente autonomia pelo lado da diversificação da estrutura produtiva (Tavares, [1963] 2000 p.232).

Portanto, o financiamento do PSI ainda dependia, em grande parte, das divisas geradas pelas exportações de produtos primários, que continuaram a ser protegidos pelo governo. Nesse período, Vargas tratou de aproveitar-se do contexto da segunda guerra mundial para adotar uma posição internacional dúbia entre as forças do eixo e as forças aliadas, sendo capaz de garantir o mercado americano para os produtos brasileiros, bem como o financiamento para a construção de parte da infraestrutura produtiva brasileira, mais especificamente a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (Seitenfus, 1985; Bresser-pereira, 2009).

A crescente burguesia industrial aliada ao projeto desenvolvimentista de Vargas veio a ser tratada pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como a “burguesia nacional⁸¹”. Entretanto, concordamos com a análise de Boito Junior (2003) ao considerar que, embora a burguesia industrial tenha se tornado a maior beneficiada pelas políticas de desenvolvimento, não se pode afirmar que Vargas era necessariamente um representante direto desse extrato social. Conforme já colocado, no período getulista o comando do Estado não se encontrava nas mãos da incipiente burguesia industrial ou da enfraquecida burguesia oligárquica, mas sim da burocracia estatal dirigente e na cúpula das forças armadas, que possuíam o desafio de zelar pelo equilíbrio entre interesses distintos e conflitantes (Boito Junior, 2003).

Quem define, em última instância, a política de desenvolvimento, isto é, a política econômica e a política social no decorrer do período 1930-1964 é a burocracia de Estado – as cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas. Essa tese encontra-se no centro da análise que fazemos do golpe de 1954. A relação da burocracia de Estado com a burguesia industrial nacional não é uma relação de representação no sentido pleno do termo, pois se a burocracia defende e implementa uma política industrialista, ela o faz à sua maneira, recorrendo a expedientes e propondo objetivos que não são aceitos pela burguesia industrial. (Boito Junior, 2003 p. 18).

⁸¹ Autores como Chasin (2000), Mazzeo (2015), Boito Jr (2003) e Prado-Junior (1963) discordam termo, preferindo o conceito de “burguesia interna”, visto que a reprodução econômica da burguesia brasileira jamais demandou um intenso fortalecimento do Estado e da dimensão nacional frente a outros blocos de capitais capitaneados pela burguesia internacional.

Se era fato que Vargas precisava beneficiar a burguesia industrial para viabilizar seu projeto de desenvolvimento e estabelecer sua base de apoio, também era fato que não podia se abster de ter o proletariado urbano ao seu lado. Para isso uma série de benefícios – todos coerentes e indispensáveis ao projeto de desenvolvimento, na medida em que contribuíam para a criação de um mercado interno – foram ofertados, desde a instituição da carteira de trabalho, do estabelecimento de oito horas de trabalho por dia, o direito a férias e a possibilidade de organização em sindicatos reconhecidos e amparados legalmente⁸² (Bresser-pereira, 2009). Esse conjunto de benesses concedidas ao trabalho – ainda que mínimas do ponto de vista de um Estado burguês moderno – desagradaram profundamente o capital e a classe burguesa de forma geral (Bresser-pereira, 2009; Boito Junior, 2003).

A forte inflação sofrida durante o último governo de Vargas (1951 – 1954) abalou o delicado equilíbrio entre os interesses dos industriais e da classe média liberal, desencadeando também um conjunto de greves para as quais o governo possuiu grandes dificuldades para controlar (Benevides, 1981). Tal como é característico de países cujo desenvolvimento capitalista se deu pela “via prussiana”, – ou “prussiano-colonial”, no caso brasileiro – o menor sinal de força apresentado pela classe trabalhadora gera nos setores burgueses a aglutinação e o recrudescimento, o que se expressou também no Brasil: a crescente burguesia industrial, acompanhada da classe média liberal⁸³, aliou-se às antigas burguesias oligárquicas que mantiveram-se no setor agroexportador, combatendo, através da UDN, os avanços sociais capitaneados pelos governos de Getúlio Vargas (Benevides, 1981; Boito Junior, 2003).

Segundo D'Araujo (1992), embora o Brasil não tenha sido alvo de pesadas pressões imperialistas durante o período encabeçado por Vargas, não se pode desconsiderar completamente a influencia do enrijecimento estadunidense para com os países da América do Sul, que ao abandonarem a “política da boa vizinhança” pautada por empréstimos, assumiram uma postura mais espoliadora, focada na exportação de seus capitais:

Os Estados Unidos, particularmente mostram certa apreensão diante dos movimentos e iniciativas que têm por objetivo criticar o imperialismo ou exigir do Governo posições de maior independência nacional. Essa preocupação norte-americana estende-se a toda a América Latina, região considerada politicamente estratégica na consolidação e integração do continente ao bloco ocidental. A esse respeito, pressões

⁸² Ao trazer os sindicatos para dentro da burocracia do Estado, Vargas pretendia também controlá-los, limitando as manifestações mais radicais das lutas operárias.

⁸³ De acordo com Chauí (2017), os extratos médios, embora não sejam setores burgueses, portam-se como os porta-vozes da classe dominante.

econômicas e diplomáticas, diretas ou sutis, fazem parte das relações entre Brasil e Estados Unidos, e contribuem para desestabilizar o Governo brasileiro. Além disso, a substituição do Governo democrata de Harry Truman pelo republicano de Eisenhower, em 1952, interfere nas negociações entre os dois países. Na prática, os Estados Unidos interrompem a política de financiamento de governo a governo iniciada a partir da Segunda Guerra Mundial. Abandonando a política de "boa vizinhança", o Governo norte-americano muda as regras do jogo e passa a incentivar os investimentos dos grandes capitais privados. Desse modo, cria obstáculos à concessão dos empréstimos negociados através da Comissão Mista⁸⁴ (D'Araujo, 1992 p.30).

Apesar da união das burguesias com os extratos médios superiores da população e a influencia norte americana – ainda que modesta –, o fator verdadeiramente decisivo para o colapso do governo de Getúlio foi a gradativa perda de sua influencia no interior das forças armadas (D'Araujo, 1992; Boito Junior, 2003). Desde a revolução de 1930 até sua designação ao governo democrático em 1951, Vargas havia contado com a chancela dos militares; primeiro através de promessas de reformas e combate ao poder oligárquico e posteriormente através do compromisso com o desenvolvimento, a soberania e o combate ao comunismo. Foi capaz, portanto, de estabelecer relações com os setores nacionalistas e relativamente progressistas das forças armadas, mas este, por não tratar-se de um grupo homogêneo, seguiu oferecendo determinada resistência através de suas alas mais conectadas com a UDN, de perfil “antiestatista”, moralista e elitista, que viam com maus olhos as concessões ao proletariado e sua ampliação na participação da política (D'Araujo, 1992).

O cerco militar passou a crescer exponencialmente em torno do governo após 1952 quando a Cruzada Democrática, ala adversária de Vargas, vence as eleições para o Clube Militar contra a chapa nacionalista encabeçada por Estillac Leal e Horta Barbosa. O descontentamento dos militares em relação às dificuldades do governo em repreender as grandes greves atingiu seu ápice após a nomeação de João Goulart – também conhecido como Jango – para o MTIC, um sujeito historicamente ligado às demandas sindicais (D'Araujo, 1992).

A deposição de Goulart, realizada com apenas oito meses de exercício à frente do ministério não foi o suficiente para apaziguar os militares que seguiam sendo inflamados pela UDN. Abandonado pela sua base burguesa e militar, restou a Vargas abraçar sua base popular, para qual instituiu novos índices salariais que, apesar de lhe renderem frutos em termos de popularidade, também despertaram intensa resistência da já descontente burguesia

⁸⁴ Fundada em 1951, a Comissão Mista Brasil-Estado Unidos (CMBEU) foi criada por ambos os países visando à cooperação política-militar brasileira em troca de ajuda econômico-financeira e técnica norte americana. Após uma série de divergências, teve seu fim decretado em 1953, devido às distintas concepções sobre o desenvolvimento econômico da América do Sul e pela assimetria de poder nas negociações entre os dois países (Dalio, Miyamoto, 2010).

que optou pelo boicote, culminando na intensificação das greves (D'Araujo, 1992). Pode-se afirmar que, nesse período, as rugosidades territoriais brasileiras expressas no ultraconservadorismo da burguesia interna não permitiam que o projeto nacional de desenvolvimento varguista seguisse avançando da maneira como foi concebido, visto que a formação de um mercado interno requer melhorias nas condições de trabalho e no poder de consumo do proletariado, elementos considerados intoleráveis pelas elites, ainda que representem um aumento nas taxas de crescimento econômico e de lucros.

Em uma última tentativa legal de destituir Vargas do poder, a UDN, através do parlamentar Afonso Arinos protocola um pedido de impeachment na câmara em junho de 1954, que foi derrotado, ressaltando o grau de popularidade de Getúlio mesmo sob amplo cerco midiático (D'Araujo, 1992). Após o fracasso dos mecanismos legais para a derrubada do governo, a UDN parte para a organização de um golpe de Estado – que já vinha sendo amadurecido desde 1953 – e após o atentado da Rua Tonelero⁸⁵ encontrou seu momento ideal para se realizar (Boito Junior, 2002; D'Araujo, 1992). Revelam-se então as estruturas bonapartistas do Estado brasileiro, sempre prontas para serem acionadas pela burguesia interna, conservadora e arcaica, a fim de conter o poder popular e restaurar novamente o “*status quo*”, conforme indica Mazzeo (2015).

[...] a UDN mantém contatos estreitos com militares, que são intensificados a partir da gestão Goulart no Ministério do Trabalho. Apesar das divergências internas, a UDN consegue manter, segundo Benevides, uma identidade comum expressa principalmente através do anti-getulismo, mas também do anticomunismo, do moralismo, do elitismo e do antiestatismo. Consegue, além do mais, manter uma retórica em prol das conquistas liberais, que na prática é transformada, historicamente, numa atuação golpista e de apelo às armas. No cerne desse comportamento está a preocupação de limitar a participação popular e reservar a direção do processo político aos grupos que considera mais bem preparados para assumir as tarefas de governo. A UDN sustenta a crença na capacidade superior das elites, bem como no despreparo político e na imaturidade do povo, que o deixariam na condição de ser educado e conduzido (D'Araujo 1992, p.124).

1Frente ao inevitável, após recusar os pedidos de renúncia propostos pelo vice-presidente Café Filho e em uma tentativa final de impedir que forças oposicionistas tomassem o poder e desmontassem o projeto de desenvolvimento capitaneado pelo Estado, Vargas comete suicídio no dia 24 de agosto de 1954, causando grande comoção popular e

⁸⁵ Trata-se de um atentado ocorrido no dia 05 de agosto de 1954, em que o jornalista Carlos Lacerda sofreu uma tentativa de assassinato que, embora não obtivesse êxito, acabou por assassinar o major Rubens Florentino Vaz e ferir Lacerda.

inviabilizando a tomada completa do poder previsto pelos interesses antinacionalistas expressos no udenismo⁸⁶ (Benevides, 1981).

Para D'Araujo (1992), a dramaticidade em torno do suicídio de Getúlio foi capaz de revitalizar o pensamento varguista e promover o revanchismo contra as forças golpistas. A UDN, agora popularmente entendida como centro de gravidade do golpismo é empurrada para o isolamento tornando-se incapaz de alçar suas lideranças ao poder. De acordo com a autora, devido ao contexto da morte de Vargas, o que se tem, após a ausência do líder populista, é o fortalecimento das organizações partidárias e o consequente fortalecimento do poder civil,

O impacto da morte de Vargas teve de fato um caráter desestabilizador para os planos da UDN, e se transformou, gradativamente, num forte argumento, com respaldo popular, para a manutenção do poder civil. A UDN reage ao seu isolamento investindo novamente numa solução unitária para a sucessão presidencial: tentaria chegar a um candidato comum com o PSD. Mais uma vez malogra essa busca consensual do candidato único, mas a pluralidade de candidaturas não assume as mesmas conotações de que se revestira em 1950. A candidatura Juscelino Kubitschek acaba por representar interesses e tendências partidárias mais sólidas, através da aliança entre PSD e PTB. Com a morte de Vargas, a resolução da crise que se prenunciara adquire características diferentes. A ausência do líder impele a corrente getulista, agora fortalecida, a se expressar de forma partidária mais clara. A relação pessoal líder-massa dá lugar a uma relação partido-eleitorado; são agora agremiações como o PSD e o PTB que se dizem depositárias da herança política do ex-Presidente. Nesse sentido, o desaparecimento de Vargas fortalece de fato as instituições políticas, só que numa direção não-prevista pelos mentores da deposição. A rearticulação das forças políticas se dá nitidamente em torno de posições favoráveis ou contrárias ao getulismo, fazendo com que a UDN se veja duplamente derrotada: perdera a imediata razão de ser de sua coesão partidária, ou seja, a figura de Vargas, e via-se obrigada a conviver com a força político-ideológica da herança getulista, expressa através de manifestações populares e dos próprios partidos (D'Araujo, 1992, p.143).

Após o fim dos governos de Vargas (1934 –1945 e 1951 – 1954), o então vice-presidente Café Filho foi alçado à presidência, promovendo o que poderia ser considerado um curto lampejo udenista durante seu governo. Em seu curto período de um ano e três meses no poder, Café Filho buscou emplacar uma política de ajuste ortodoxo através da nomeação de Eugenio Gudin, um dos mais destacados e combativos liberais brasileiros, para o Ministério da Fazenda.

Embora o período de governo de Café Filho tenha sido curto, julgamos que seja importante oferecer detalhes sobre as concepções teóricas de Gudin e sobre sua curta empreitada à frente do Ministério da Fazenda, pois este, além de tomar medidas que influenciaram todo o processo de desenvolvimento que seria construído posteriormente, foi

⁸⁶ A influência da UDN, de acordo com Benevides (1981), extrapolou a organização partidária, configurando-se em um movimento que veio a ser conhecido como “udenismo”. Enquanto movimento, suas principais características foram o liberalismo econômico traduzido no antiestatismo, o liberalismo político restrito, o moralismo, o bacharelismo e, sobretudo, o antigetulismo.

um grande representante da síntese do pensamento liberal ortodoxo no Brasil. Seu alinhamento ideológico permaneceria vivo em outros intelectuais liberais com grande participação nas futuras definições da política brasileira, como Roberto Campos, Pedro Malan, Antônio Palocci, Henrique Meireles e Paulo Guedes.

De acordo com Bielschowsky (2001) o pensamento econômico de Gudin partia da premissa clássica de que a economia capitalista tenderia naturalmente a um equilíbrio⁸⁷ de máxima eficiência sempre que os mecanismos de mercado pudessem funcionar livremente. As intervenções do Estado, desde que mínimas e muito bem acertadas, poderiam neutralizar determinadas oscilações cíclicas, mas jamais poderiam ser realizadas em períodos de prosperidade, sob pena de contrabalancearem a tendência à eficiência alocativa dos mecanismos de mercado. Partindo dessas premissas, Eugênio Gudin advogava que o Estado não deveria ter um papel ativo⁸⁸ na indução da industrialização e tampouco os países produtores de produtos primários estariam em desvantagem frente aos países exportadores de bens manufaturados, não havendo, portanto, um conflito entre os princípios das vantagens comparativas e as teorias do desenvolvimento. A suposta deterioração dos termos de troca, na ótica do pensamento de Gudin seria fruto da má gestão da política monetária interna dos países subdesenvolvidos (Bielschowsky, 2001; Borges, 2004).

Segundo Bielschowsky (2001), Gudin não era avesso à industrialização em si, mas acreditava que seu desenvolvimento jamais poderia se dar a partir de intervenções do poder público. Pelo contrário, tal desenvolvimento industrial aconteceria naturalmente através do progresso técnico da agricultura, que deveria ser incentivada devido às vantagens comparativas oferecidas por ela. Conforme o primeiro setor se mecaniza a mão de obra dispensada e ociosa acabaria por configurar o momento ideal para a industrialização, desde que os padrões técnicos e educacionais no país fossem altos o suficiente para fomentar seu desenvolvimento (Bielschowsky, 2001; Borges, 2004; Gennari, 2009).

⁸⁷ Na estrutura de pensamento de liberais como Gudin, o homem, enquanto sujeito, está perpetuamente em conflito com as limitações de seus recursos e, por consequência, sempre buscando conferir a estes formas de uso mais eficientes e racionais, configurando o que veio a ser entendido como “*homo eoeconomicus*”. Dessa forma, por traz do sistema econômico existiriam forças naturais irresistíveis, que seriam as responsáveis não só pela naturalidade do sistema capitalista como também pela sua “tendência” constante ao equilíbrio (Belluzzo, 2004).

⁸⁸ Ao entender que o funcionamento da economia se dá a partir de pressupostos naturais, intrínsecos a natureza humana, Gudin compreende que existe uma separação entre a política e a economia. O Estado deveria limitar-se à posição de guardião da livre concorrência e assegurador da integridade das finanças e da moeda, promovendo o mínimo de “externalidades” através do investimento em infraestrutura, mas sempre assegurando que os “interesses espúrios” fossem mantidos longe do equilíbrio da ordem natural. Tais pressupostos fazem da “cientificidade” econômica liberal uma aliada natural do status quo e naturalmente avessa à reivindicações populares ou qualquer mudança significativa (Belluzzo, 2004).

Nos postulados teóricos de Gudin a política monetária seria o verdadeiro foco de preocupação para os dirigentes do Estado, sendo necessário grande zelo pela estabilidade monetária e cambial. Embora não possa ser considerado o adepto mais restrito à clássica *teoria quantitativa da moeda*⁸⁹, o mesmo entende que os problemas da inflação brasileira estavam majoritariamente ligados à demanda e sua cura passaria por um ajuste ortodoxo clássico, envolvendo contenções sobre o crédito e sobre o aumento dos salários, redução do investimento público e do déficit geral do governo (Bielschowsky, 2001; Borges, 2004).

Ao analisarmos o pensamento de Gudin – talvez o mais célebre pensador liberal brasileiro em seu tempo – nos deparamos com a prova inequívoca da veracidade das análises realizadas por Antônio Carlos Mazzeo (2015) a respeito da natureza do liberalismo no Brasil: o que poderia ser mais conveniente para a burguesia autocrática, estacionária e apegada ao *status quo* do que um arcabouço teórico defensor de um Estado inerte, cujas ações em direção às melhorias sociais e mudanças econômicas seriam, em potencial, mais danosas do que benéficas? O que poderia ser melhor para a burguesia dependente e associada – cuja vocação encontra-se na vassalagem a outras burguesias mais dinâmicas – do que a afirmação de que a inserção na divisão mundial do trabalho através da mera exportação de produtos primários não representaria qualquer tipo de desvantagem? Nesse ponto, Gudin receberia críticas até mesmo de Celso Furtado (1985, p.160), que afirmaria que o pensamento do ilustre liberal brasileiro estaria ainda imbuído dentro da perspectiva do determinismo geográfico e que o mesmo não era capaz de enxergar que após o choque adverso ocorrido nos anos 1930, mudanças de rumos precisariam ocorrer, ainda que “aos trancos e barrancos”.

Retomamos então as análises realizadas por André Guimarães Augusto (2021) que nos indica que se as teorias liberais encabeçadas por Adam Smith no século XVIII foram progressistas no combate aos elementos feudais e embasaram o avanço social através do desmantelamento da existência da nobreza enquanto forma social, entretanto, segundo o autor, após a conquista da hegemonia pela burguesia “[...] a ideologia liberal se transforma, progressivamente, de um elemento de defesa da realização de possibilidades emancipatórias reais em uma ideologia reacionária, que cria obstáculos para a realização de possibilidades emancipatórias” (Augusto, 2021 p.44). Mazzeo (2015), portanto, foi assertivo ao compreender que o arcabouço teórico liberal no Brasil, essa “ideia fora do lugar”, nas palavras de Schwarz

⁸⁹ De acordo com Bielschowsky (2001), uma das características centrais de Gudin era transpor as teorias liberais ortodoxas à realidade brasileira e acrescentar a elas sensíveis adaptações que conferiam algum grau de originalidade ao seu pensamento. Acreditava, portanto, que a relação entre moeda e preços era mais complexa do que os defensores da teoria quantitativa da moeda supunham, ainda que como ministro tenha optado por um ajuste ortodoxo clássico.

(2000), trata-se de uma sofisticada ideologia que vende-se como ciência quando em verdade trata-se apenas de uma ferramenta conservadora dos privilégios de uma burguesia débil, autocrática e dependente.

Ao fim, os ajustes ortodoxos realizados por Gudin à frente do Ministério da Fazenda implicaram na contenção do crédito e dos incentivos fiscais que acabaram por desagradar profundamente a burguesia industrial brasileira – que já compreendia tais benesses como verdadeiros “direitos” –, levando ao fracasso do plano de estabilização e a queda do ministro, que optou por deixar o cargo. Entretanto, Gudin teria cumprido seu papel diante da burguesia dependente e associada através do estabelecimento da instrução 113 da SUMOC, que foi responsável por autorizar a importação de bens de capital sem cobertura cambial, concedendo grandes vantagens para o investimento do capital estrangeiro no território brasileiro (Borges, 2004; Gennari, 2009). Tal medida cooperou enormemente para que as portas nacionais fossem abertas ao grande capital estrangeiro que adentraria o Brasil nos governos posteriores, modificando profundamente os fixos e fluxos do território brasileiro e inaugurando novas horizontalidades que alterariam a correlação de forças na política nacional de forma desvantajosa para o desenvolvimento de base nacionalista.

O nacionalismo (...) é outra manifestação de burrice coletiva, numa época em que o imperialismo econômico já está enterrado com todos os sacramentos, em que o México despacha sem cerimônia os concessionários americanos do petróleo e em que Mossadegh expulsa arbitrariamente os ingleses, sem sofrer represálias políticas. O nacionalismo latino-americano de hoje é um triste complexo de inferioridade que está dificultando a colaboração do capital estrangeiro, que tanto contribuiu para o progresso de países já hoje mais do que emancipados, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália etc. (Gudin, 1952, p. 66).

3.2 O desenvolvimentismo internacionalista, a ampliação das verticalidades imperialistas e a intensificação da tecnificação do território brasileiro

Segundo Jorge Ferreira (2004), Após a morte de Vargas, nas eleições para presidente e vice-presidente em 1955, dois grandes projetos de governo se confrontaram nas urnas; de um lado o projeto encabeçado pelo mineiro Juscelino Kubitschek (JK) através da coligação entre PTB e PSD, prevendo o fortalecimento do capitalismo brasileiro através da industrialização baseada em bens de capital e intervenções estatais em setores estratégicos e do outro lado o projeto liberal-conservador encabeçado por Juarez Távora e a UDN, que representava o moralismo, o antigetulismo, o fim das intervenções estatais na economia e a abertura do país ao capital estrangeiro.

Já prevendo a possível derrota na presidência para Juscelino e na vice-presidência para o então candidato João Goulart, a UDN, em associação com determinados setores militares, já apresentava sinais de que poderia não aceitar o resultado das eleições, alegando a associação de Juscelino com Goulart e esse com o comunismo. Após de fato ser derrotada nas eleições, tanto para presidência como para vice-presidência, a UDN buscou aproveitar-se do governo provisório de Carlos Luz, ex-presidente da Câmara dos Deputados, um apoiador do golpe que havia assumido a presidência temporariamente após o ataque cardíaco sofrido pelo presidente Café Filho em três de novembro de 1955 (Badaró, 1996; Bojunga, 2001). Nas palavras de Carlos Lacerda, um dos principais políticos da UDN, “Kubitschek não será candidato; se for candidato, não será eleito; se for eleito, não tomará posse; se tomar posse, não governará” (Badaró, 1996 p.226).

O então Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott, prevendo a movimentação golpista encabeçada pelo presidente interino Carlos Luz e a UDN, decide em dez de novembro de 1954 enviar o exército para as ruas, ocupando pontos estratégicos de Brasília para garantir as posses do presidente e do vice-presidente eleitos (Bojunga, 2001; Skidmore, 1975) Tal movimento culminou na derrubada tanto de Carlos Luz como de Café Filho como presidentes da República e da Câmara dos Deputados e na ascensão do então presidente do senado Nereu Ramos, que conduziu o poder nos meses finais até a data da posse dos novos dirigentes.

Os custos políticos do golpe preventivo realizado por Lott foram altos ao PSD e a ação só foi possível devido à grande força do PSD em conjunto do PTB no congresso, bem como a existência de uma grande fração de militares legalistas no interior das forças armadas. (Martins Filho, 2003). É lícito afirmar que, sem o golpe preventivo encabeçado pelo Marechal Lott, o projeto desenvolvimentista de base trabalhista poderia ter sido substituído de forma autoritária pelo projeto liberal de base conservadora precocemente, o que nos revela novamente a dimensão e a intensidade apresentadas pelas rugosidades do território brasileiro – devido à sua estrutura de classes – diante de avanços sociais modernizadores.

Após eleito, visando enfrentar a forte oposição dos liberais que eram expressas através do udenismo, Kubitschek ampliou as dimensões do poder Executivo em detrimento do Legislativo através da construção de órgãos extra-constitucionais⁹⁰ criados por meio de

⁹⁰ Entre os órgãos criados encontram-se os Grupos de Trabalho (GTs) que visavam assessorar e elaborar projetos de lei ou de regulamentações específicas, os Grupos Executivos (GEs) que buscavam a execução de metas prioritárias e o Conselho de Política Aduaneira (CPA) que zelava pela compatibilização das tarifas alfandegárias. Tais órgãos somavam-se aos antigos órgãos criados por Vargas, como a SUMOC e o BNDE, constituindo um robusto corpo técnico para a implantação de políticas econômicas.

decretos. O presidente em exercício, ao acreditar que os bons resultados das políticas governamentais resultariam em aprovação popular e, por consequência, na legitimação política, levou o desenvolvimentismo à sua potência máxima com o estabelecimento do Plano de Metas conhecido como “50 anos em 5”, que de acordo com Carlos Lessa (1982, p.27) “constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”.

O desenvolvimentismo encabeçado por Vargas, embora efetivo, não se deu com base em um planejamento sólido, mas sim a reboque das situações que se colocavam historicamente. Kubistchek, por sua vez, herdou um Estado muito mais capaz do ponto de vista administrativo e organizacional, o que foi indispensável para um projeto da magnitude do Plano de Metas (Bresser-pereira, 2009).

Segundo Lessa (1982), o plano de metas foi formulado a partir da Comissão Mista Brasil e Estados Unidos (CMBEU) e pelo Grupo Misto Cepal-BNDE, conferindo prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada, fornecendo também o capital básico de apoio a essa estrutura, mas dedicando pouca atenção à transformação estrutural do setor agropecuário e ao combate a má distribuição de renda. De acordo com o autor (1982), o Plano de Metas consistiu em um planejamento de 30 metas prioritárias, distribuídas em cinco grandes grupos, com adição da construção de uma nova capital para o país. Os cinco grandes grupos, a saber, foram:

- a) A indústria de base, focada na siderurgia, metalurgia, petroquímica e cimento;
- b) O setor energético, com destaque para energia elétrica, nuclear, aproveitamento do carvão, produção e refino de petróleo;
- c) O setor dos transportes com construção e reequipamento das estradas de ferro, pavimentação das estradas de rodagem, construção de infraestrutura aérea e naval e etc;
- d) O setor alimentício, com foco em dinamização da produção de trigo, fertilizantes, mecanização da produção agrícola, construção de novos armazéns, silos, frigoríficos e matadouros;
- e) O setor educacional, com prioridade na formação de pessoal técnico para as atividades produtivas.

O setor industrial privado nacional, que já se encontrava em processo de desenvolvimento, apesar de sofrer grande dependência de matérias-primas e demais insumos importados, jamais possuiu interesse em investir nos setores de base, que demandavam

grandes volumes de capitais e longos períodos de maturação. Portanto, o plano de metas foi recebido com euforia não apenas pelas classes populares urbanas tomadas pelo profundo otimismo ensejado pelas promessas desenvolvimentistas de JK, mas também pela crescente burguesia industrial brasileira, que via com bons olhos a constituição de um “estado empresário industrial” disposto a preencher as lacunas e gargalos que diminuiriam os custos de praticamente toda produção industrial nacional (Lessa, 1982).

Embora JK compartilhe dos ideais desenvolvimentistas de Vargas, existem relevantes diferenças entre suas percepções. Segundo Arend (2009; 2013), o nacional-desenvolvimentismo de Vargas possuía um caráter mais nacionalista, com estrito controle do Estado sobre a infraestrutura básica e sobre a indústria de base, com preferência por financiamentos através de empréstimos e pouca participação direta do capital estrangeiro. Em contraposição, o desenvolvimentismo-internacionalista de JK defendia um projeto sustentado em três eixos: capital do Estado na infraestrutura básica e na indústria de base, capital privado nacional na indústria de bens de consumo não duráveis e capital estrangeiro na indústria de bens de consumo duráveis. (Arend, 2009; Mourão, 2012).

Note que o ideário não deixa de ser desenvolvimentista, mas deixa de ser nacionalista e preocupado em cristalizar os centros internos de decisão. Também, a transformação abrupta da matriz industrial brasileira, a forte presença do capital estrangeiro nos setores dinâmicos do processo de industrialização e a ruptura com a estratégia nacional de desenvolvimento encabeçada pelo governo Vargas, tanto trariam efeitos imediatos quanto exerceriam impactos na dinâmica de longo prazo da economia. A política econômica nacional teria que lidar agora com um novo arranjo de forças, já que os setores dinâmicos do processo de industrialização, internalizados, estavam de posse do capital internacional (Arend, 2013 p.134).

Nota-se aqui um fato relevante: apesar da vitória dos setores progressistas nas eleições através da eleição de JK e de seu projeto desenvolvimentista, a burguesia brasileira foi capaz de emplacar um modelo de desenvolvimento mais condizente com sua natureza **dependente e associada**. Enquanto o Estado brasileiro arcaria com os custos mais pesados da industrialização e o capital estrangeiro assumiria a porção mais lucrativa da extração interna do valor, restaria a burguesia brasileira o papel de desenvolver-se de forma associada ao grande capital monopolista internacional, cumprindo, portanto, seu recorrente papel de “**sócia menor**” do desenvolvimento.

Ao exemplo de Vargas, Juscelino seguiu fazendo da política cambial o principal instrumento de política econômica, mantendo a instrução 70 da SUMOC que implantava taxas múltiplas para câmbio que facilitavam exportações e dificultavam importações, bem como a instrução 113, que era responsável por autorizar a importação de bens de capital sem

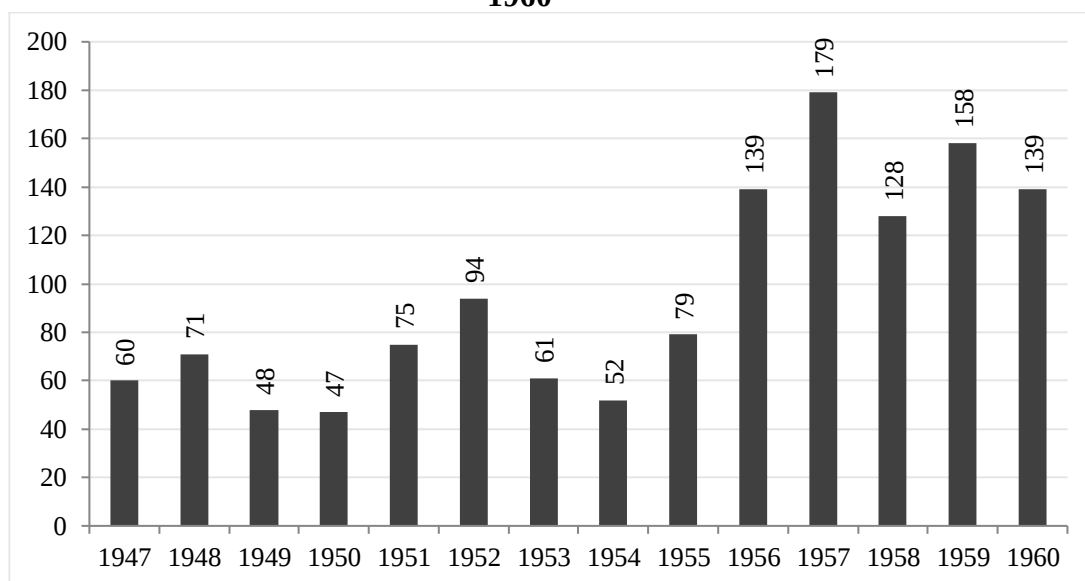
cobertura cambial, o que concedeu grandes vantagens ao capital estrangeiro operante em solo nacional.

Com a ajuda do governo brasileiro, o capital estrangeiro passou a dominar ramos como o da indústria automobilística, o da construção naval, o da construção de máquinas agrícolas, tornos, produção e instalação de indústrias farmacêuticas e etc. ‘estimava-se a participação dos capitais estrangeiros nos diversos setores da produção industrial em níveis muito altos, em alguns casos: 90% na indústria automobilística, 85% na de cigarros, 82% na de eletricidade, 70% na farmacêutica, 70% na de máquinas, 50% na química, 45% na de plástico, 35% na de autopeças, 20% na de cimento’ (Sodré, 1994 p. 352 apud Ribeiro, 2011 p.49).

Em decorrência de tais arranjos, o volume do capital estrangeiro cresceu significativamente durante os anos de JK, chegando a ser duas vezes maior que o volume adentrado durante os anos de Vargas. Esse aumento relaciona-se não apenas com as novas políticas nacionais, mas também com a mudança de estratégia estadunidense, que abandonou a “política da boa vizinhança” pautada em empréstimos para a adoção da exportação de capitais para as periferias globais, sobretudo latino americanas, conforme já demonstrado por D’Araujo (1992). Se considerarmos a prática espoliadora que esses capitais tendem a desempenhar na periferia, conforme apontam autores clássicos e contemporâneos como Lenin ([1916] 2011), Mandel (1972), Harvey (2008) e Mello (1982), podemos afirmar que foi durante o governo de JK que as **verticalidades** (Santos, 2002) imperialistas estadunidenses passaram a se consolidar com maior intensidade sobre o território brasileiro.

Nesse período grandes empresas estrangeiras, representantes do capital monopolista internacional, como General Motors, Ford, Volkswagen, Renault, BMW, Robert Bosch, Fried Krupp, se instalam no Brasil buscando a captação do crescente mercado interno nacional. Conforme demonstrado no Gráfico 1, tais investimentos se intensificaram principalmente após 1956, ano inicial do Plano de Metas e marco da ampliação do domínio estrangeiro sob o espaço nacional.

Gráfico 1: Brasil - Investimento Direto Estrangeiro (em US\$ milhões) - 1947 a 1960



Fonte: elaboração do autor com base em IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>

De acordo com Caputo e Melo (2009 p. 514) 97,69% dos investimentos realizados pelas empresas estrangeiras pela via da instrução 113 da SUMOC foram alocados na indústria de transformação, como planejado através do Plano de Metas de JK. Segundo as autoras, a maior parte do capital estrangeiro recebido foi destinado a produção automobilística, que se tornou um dos grandes símbolos do governo de Kubitschek.

Tabela 3: Investimento Direto Estrangeiro entre 1955 e 1963 via instrução 113 da SUMOC e decreto 42.820 – Setores da Economia

Sector da Economia	Investimento em Milhões de US\$	(%)
Indústria de transformação	486,2	97,7
Indústrias extrativas	9,3	1,8
Não identificado	0,9	0,2
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	0,6	0,2
Transporte, armazenagem e comunicações	0,6	0,1
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	0,0	0,0
Total	497,7	100,00

Fonte: SUMOC. Boletins, vários anos, 1955 -1964. Elaboração própria com base em Caputo e Melo, 2009.

Para que os automóveis se tornassem efetivamente parte da realidade brasileira, composta majoritariamente por precárias estradas de terra, foi necessária uma intensa modernização das estradas já existentes, bem como a construção de novas. Dessa forma, durante os cinco anos de Plano de Metas, foram construídos 13400 km de estradas, enquanto outros 6200 km já existentes foram pavimentados, superando a já ambiciosa meta estabelecida para o setor. (Albuquerque, 2015).

Devido ao desenvolvimento histórico dependente, voltado principalmente para atender demandas externas, a urbanização e tecnificação do território brasileiro havia se concentrado em poucas grandes cidades, geralmente próximas ao litoral, pois eram justamente os pontos de exportação de mercadorias – como foi o caso de Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Santos e etc. Milton Santos (2002) viria a afirmar que tal concentração geográfica das atividades econômicas – e consequentemente políticas – configuraria a chamada “economia de arquipélagos”. A construção de Brasília – e dos macrossistemas técnicos voltados para o transporte e comunicação – foi fundamental nesse contexto, pois ao mover a capital nacional para o interior do território forçou a interiorização do desenvolvimento, bem como a necessidade de conexão entre as capitais dos estados com a nova capital federal, culminando na criação de grandes eixos rodoviários como Belém – Brasília, Brasília – Rio Branco e Cuiabá – Porto Velho (Lessa, 1982).

A entrega do setor de bens de consumo duráveis ao capital estrangeiro durante o Plano de Metas não foi realizada sem contrapartidas. Através do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) uma série de regulações e exigências foram estabelecidas buscando negociar o ingresso das empresas automobilísticas no país. Ainda que o governo considerasse indispensável o ingresso de tais empresas, diversas medidas foram tomadas visando estabelecer metas de produção e planos de gradativa nacionalização e caso os projetos apresentados não cumprissem os requisitos estabelecidos, não poderiam contar com a totalidade dos incentivos concedidos pelo governo (Amsden, 2009; Pompeu, 2017). Essas exigências do governo brasileiro frente ao capital internacional configuraram o teor nacionalista do projeto de JK, ainda que contivesse em seu interior a contradição de ampliar a dependência externa em novos termos.

As montadoras tinham de acompanhar um cronograma de conteúdo interno muito audacioso para serem elegíveis para a completa gama de subsídios financeiros. A cada ano, seus automóveis tinham de conter uma percentualidade maior de itens adquiridos internamente. Em 1º de julho do ano de 1960, os caminhões e veículos utilitários necessitavam possuir 90% de conteúdo nacional, e os jipes e carros, 95% (Shapiro *apud* Amsden, 2009 p.274).

O capital estrangeiro automobilístico, por sua vez, tratou de aproveitar devidamente o cenário, produzindo em solo nacional uma estupenda quantidade de automóveis, bem como bens de capital como ônibus, jipes, caminhões leves, médios e pesados, todos com elevado teor de nacionalização em suas tonelagens. Nesse sentido, a partir da Tabela 4, elaborada através dos boletins informativos da SUMOC, podemos observar de forma mais detalhada a origem do capital monopolista estrangeiro e seu volume de investimento.

Tabela 4: Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias Principais Investidores via Instrução 113 e Decreto 42.820 – Entre 1955 e 1963 (Em Milhões de US\$)

Investidor	País de Origem	Valor (em milhões de US\$)	(%)
General Motors Corporation	EUA	25,02	13,2
Ford Motor do Brasil S/A	EUA	22,42	11,8
Volkswagenwerk G.m.b.H	Alemanha	14,32	7,6
Willys Motors Inc e Regie Nationale des Usines Renault	França, Bélgica, Suíça e EUA	13,34	7,0
Fried. Krupp	Alemanha	11,55	6,1
Willys Motors Inc	EUA	10,30	5,4
Bendix Aviation Corp. e Bendix Westinghouse Automotive Air Brake Company	EUA	8,13	4,3
Aktiebolaget Svenska Kullagerfabriken	Suécia	7,31	4,3
Brasfinaz A.G	Alemanha e Suíça	6,76	3,6
Société Anonyme Simca	França	6,45	3,4
Não declarado	Alemanha	6,02	3,2
International Harvester Co	EUA	4,58	2,4
Willys Motors Inc. – U.S. Equipment Co. – E.W. Bliss Corp – Dana Corporation	EUA	4,06	2,1
Clark Equipment International, C.A.	Venezuela e EUA	3,33	1,8
Alfa Romeo S/A	Alemanha e Itália	3,22	1,7
Carl F. W. Borgward	Alemanha	2,40	1,3

G.m.b.H.			
Ross Gear and Tool Co. Inc.	EUA	2,32	1,2
B.W.I. Panamá Inc.	EUA	2,29	1,2
Outros		22,79	12,0
Total		189,61	100,0

Fonte: SUMOC. Boletins, vários anos, 1955 -1964. Elaboração própria com base em Caputo e Melo, 2009.

Ao fim do Plano de Metas, em 1961, a produção nacional de veículos já havia crescido exponencialmente, passando das 30.452 unidades produzidas em 1957 para atingir o pico de 145.584 auto veículos em 1960, considerando caminhões, ônibus, automóveis e outros veículos comerciais leves.

Tabela 5: Quantidade de autoveículos produzidos - 1957 a 1961

Período	Quantidade de autoveículos produzidos (automóveis, veículos comerciais leves, caminhões, ônibus).
1957	30452
1958	60983
1959	96114
1960	156224
1961	145584

Fonte: elaboração do autor com base em ANFAVEA. Disponível em: <https://anfavea.com.br/site/>

A explosão dos automóveis no Brasil – ainda que inacessíveis para a maior parte da população brasileira – engendrou profundas transformações na psicosfera popular, sobretudo para as classes médias urbanas. Sinônimos de modernidade, os automóveis foram o símbolo tecnológico do século XX, uma encarnação do desenvolvimento e da prosperidade. Sua entrada no cotidiano brasileiro modificou profundamente as percepções de tempo e espaço, introduzindo novas lógicas e possibilidades de circulação, novas modelagens urbanas, novos esportes, lazeres, formas de distinção social e uma forte percepção de que o subdesenvolvimento se tornaria uma página pertencente ao passado (Hobsbawn, 1995; Melo, 2008; Santos, 1997).

O Estado brasileiro sob o governo de JK realizou, como prometido, grandes investimentos não apenas na infraestrutura, com destaque para os transportes, mas também na indústria de base, consolidando o investimento público do governo e de suas estatais como os grandes dinamizadores do crescimento econômico. Nesse período, o foco dos investimentos públicos na indústria de base esteve ligado principalmente ao setor energético, que precisava

atender uma demanda estimada em 10% ao ano para que o crescimento da capacidade industrial pudesse ser sustentado sem interrupções ou gargalos (Ianni, 1986; Orenstein, Sochaczewski, 1990; Lessa, 1982).

Para atingir tais objetivos do setor energético, houve uma tremenda ampliação da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica através de empresas estatais como o conglomerado CHESF⁹¹ e Furnas, bem como a expansão do poderio da Petrobras, que visava o estabelecimento da soberania nacional em combustíveis através da substituição integral das importações de petróleo (Lessa, 1982). A indústria carvoeira, em crise devido a dieselização da economia nacional, também passou por transformações, sendo reorientada para o atendimento das usinas termoeletricas, que funcionavam de forma complementar as crescentes usinas hidroelétricas. (Orenstein, Sochaczewski, 1990; Lessa, 1982).

No campo do fornecimento de insumos industriais, a expansão se deu principalmente no campo siderúrgico, encabeçado por empresas como CSN, Cosipa e USIMINAS, com grande sinergia com a indústria mineral nacional, encabeçada pela Vale do Rio Doce. Grandes incentivos e investimentos também foram realizados na indústria nacional de cimento, materiais não ferrosos, álcalis, celulose, papel de impressão, borracha e fertilizantes (Lessa, 1982).

Ao fim, em 1961, o Plano de Metas havia apresentado um resultado extraordinário na expansão de diversos setores, mas muito modestos em outros, como pode ser observado na seguinte tabela:

Tabela 6: Plano de Metas: Expansão Prevista e Resultados - 1957 - 1961

Setor	Previsão	Realizado	%
Energia elétrica (1000 kw)	2000	1650	82
Carvão (1000 t)	1000	230	23
Produção de petróleo (1000 barris/dia)	96	75	76
Refino de petróleo (1000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1000 km)	3	1	32
Rodovias – construção (1000 km)	13	17	138
Rodovias –	5	-	-

⁹¹ A intitulada Companhia Hidro Elétrica do São Francisco foi uma empresa criada no governo de Getúlio Vargas para atuar no setor elétrico da região nordeste, administrando tanto a geração como a transmissão de energia.

pavimentação (1000 km)			
Aço (1000 t)	1100	650	60
Cimento (1000 t)	1400	870	62
Carros e caminhões (1000 unid.)	170	133	78
Nacionalização de carros (%)	90	75	-
Nacionalização de caminhões (%)	95	74	-

Fonte: Orenstein e Sochaczewski, 1990 p.180 com base em Banco do Brasil, Relatório e Anuário Estatístico, vários anos.

Visando alavancar o terceiro pilar do tripé desenvolvimentista – o capital privado nacional na indústria de bens de consumo não duráveis – o estabelecimento da Lei do Similar Nacional manteve altas taxas de importação para produtos estrangeiros que já possuíam versões similares produzidas internamente, o que culminou por garantir reservas de mercado para a indústria nacional e assegurar seu papel no desenvolvimento.

A própria escolha pela expansão do sistema rodoviário e pela atração da indústria automobilística internacional esteve ligada ao fato de que o alto teor de complexidade da fabricação de automóveis necessitava de um conjunto de industriais complementares capazes de fornecer insumos e componentes indispensáveis à sua produção. A indústria nacional de autopeças, por exemplo, já apresentava, em 1960, mais de 1200 fábricas que investiam em solo nacional valores que se aproximavam a 81 bilhões de cruzeiro – medida equivalente a 161,1 milhões de dólares no período (Lessa, 1982 p.48).

Entretanto, não é possível negar que na tríplice aliança desenvolvimentista estabelecida pelo governo JK, o capital nacional configurou-se como sócio minoritário, embora isso já fosse não apenas previsto, como também desejado pela burguesia nacional, pois é essa a sua natureza e sua vocação histórica: desenvolver-se de forma subalterna a capitais maiores e mais pujantes. A tendência de redução da centralidade dos bens de consumo não duráveis sob direção do capital nacional em relação ao de bens de consumo duráveis, intermediários e de bens de capital encabeçados pelo capital estrangeiro pode ser observada a partir dos dados expostos na Tabela 7.

Tabela 7: Valor adicionado industrial em 1952 e 1961

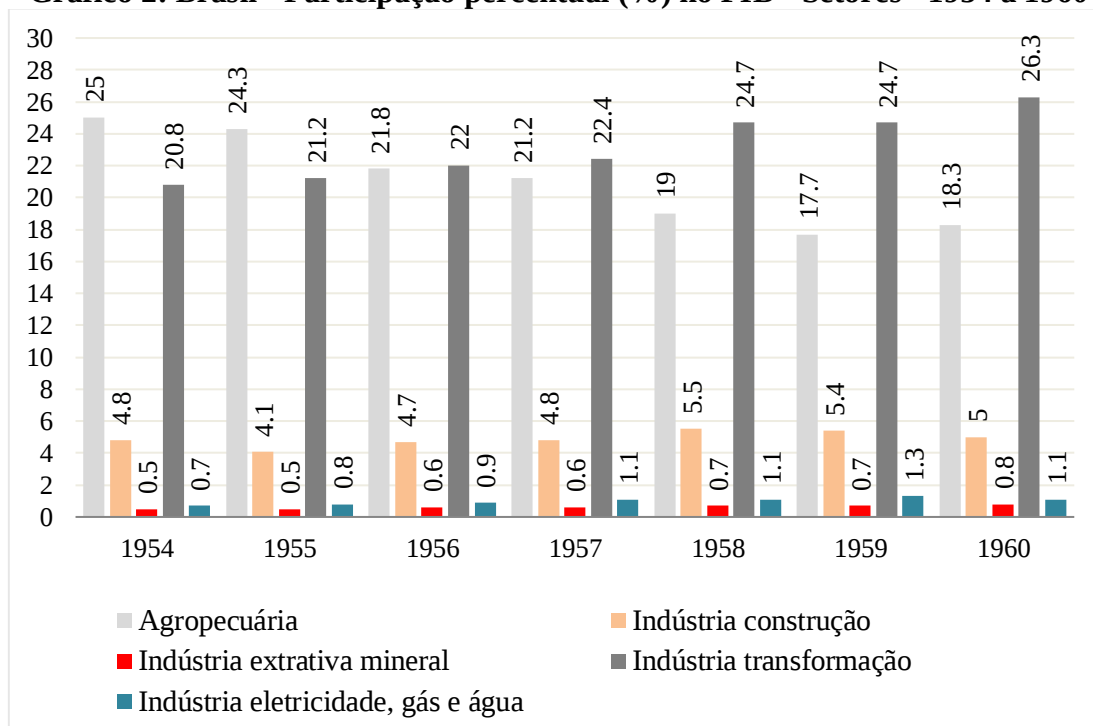
Subsetor	Participação em % - 1952	Participação em % - 1961	Taxa de crescimento anal em % - 1952 a 1951
----------	-----------------------------	-----------------------------	---

Não duráveis	55,4	40,0	7,7
Duráveis	6,0	12,0	18,2
Intermediários	32,5	35,7	12,8
Capital	6,1	12,3	20,3
Total	100,0	100,0	11,6

Fonte: Sochaczewski, 1993 p.79

A somatória dos investimentos estatais junto da atração do capital privado internacional e da participação do capital privado nacional acabou por modificar de forma significativa o perfil da economia brasileira, fazendo do país a nação mais industrializada do terceiro mundo (Amsden, 2009). Logo, foi através de Juscelino e seu Plano de Metas que, de acordo com Tavares ([1963] 2000), o processo de substituição de importações superou seu primeiro paradigma de “industrialização restringida” vigente entre 1933 e 1955 para finalmente subir de patamar em direção à instalação da uma indústria mais sólida de bens de capital em solo nacional. Nesse período a industrialização brasileira havia alcançado uma dinâmica própria, deixando de ser um mero processo induzido pelo estrangulamento do setor externo e passando a orientar-se pelas determinações do sistema econômico já instalado no país (Ianni, 1986).

Conforme os dados expostos no Gráfico 2, a participação da produção agropecuária na composição do PIB diminuía na medida em que a produção industrial – principalmente ligada a indústria de transformação – se ampliava, fazendo de 1957 o primeiro ano em que a dinâmica econômica brasileira foi mais influenciada pela produção industrial do que pela produção agrícola.

Gráfico 2: Brasil - Participação percentual (%) no PIB - Setores - 1954 a 1960

Fonte: elaboração do autor com base em IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>
Acessado em 05/01/2023

Apesar do grande fluxo de capitais estrangeiros, o financiamento do Plano de Metas precisou contar com constantes expansões dos meios de pagamento realizadas pelo Banco Central para cobrir os déficits de caixa do Tesouro, o que foi considerado pelos liberais brasileiros a causa do intenso processo inflacionário que se instalara sobre o país. A escolha pelo modelo de financiamento majoritariamente pautado em expansões monetárias se deu, em grande parte, pela resistência de organizações internacionais como o FMI e o BIRD, que se negaram a realizar empréstimos ao Brasil devido à sua política econômica avessa aos ajustes ortodoxos propostos⁹².

Tabela 8: Evolução inflacionária durante o governo JK – 1955 - 1960

Período	Inflação (%) – IPC - RJ
---------	-------------------------

⁹² Entretanto, devido ao período histórico do pós-guerra, marcado pelo rápido sucesso do Plano Marshall e pela Doutrina Truman, o capitalismo norte-americano precisava encontrar novas fronteiras de acumulação e aprofundar sua influência sobre áreas onde seus capitais já haviam sido invertidos. Diante disso, foi necessário ocupar na periferia os espaços que outrora foram ocupados pelo imperialismo francês, inglês, holandês e japonês, para que esses se tornassem seus novos nichos de acumulação, consolidando a posição hegemônica estadunidense sobre o mundo. Logo, os empréstimos negados pelo FMI e BIRD foram em parte atendidos pelo Import-Export Bank de Washington, uma instituição financeira estadunidense dotada de relativa autonomia, embora isso não alterasse de maneira muito significativa o quadro geral do financiamento do desenvolvimento brasileiro, que continuou a pautar-se principalmente pelas emissões monetárias (Ianni, 1986).

1955	23
1956	21
1957	16,1
1958	14,8
1959	39,2
1960	29,5

Fonte: elaboração do autor com base em Abreu (1990) e IPEADATA Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acessado em 15/01/2023.

Enquanto a burguesia brasileira encapada no pensamento liberal reacionário culpava as expansões monetárias do Estado pela crescente inflação, a interpretação dos economistas heterodoxos desenvolvimentistas seguia por uma linha completamente diferente. Para Furtado ([1959], 1968), as economias dependentes e subdesenvolvidas, devido à *deterioração dos termos de troca*, estavam sempre sujeitas a graves problemas em suas contas externas, na medida em que precisavam exportar produtos de baixo valor agregado para adquirirem bens sofisticados de natureza oposta. A consequência ao longo do tempo é a redução da capacidade de importar e a crescente inflação, que torna-se um fenômeno crônico nesses países.

De acordo com Furtado (1952, 1968), conforme o Brasil avançava no processo de substituição de importações o crescimento da renda implicava em um aumento na demanda de bens importados que ainda dependiam das divisas geradas pela exportação de produtos agrícolas para serem adquiridos. Essa relação entre aumento da demanda por itens importados necessários para a industrialização e dificuldades na capacidade de importar – devido à escassez de divisas – era responsável pelo aumento da pressão inflacionária. Ao fim, paradoxalmente, a solução para a inflação, que é intrínseca ao processo de desenvolvimento, está justamente em seu próprio aprofundamento. Conforme apontado por Tavares ([1963] 2000), o desenvolvimento através do PSI consiste no salto de uma situação de desequilíbrio para outra situação de desequilíbrio, não sendo de forma alguma um processo harmônico, conforme imaginado pelo senso comum.

Para além da interpretação monetarista ou mesmo estruturalista sobre o processo inflacionário, a nação brasileira foi capaz de produzir interpretações próprias ainda mais originais para os problemas de seu processo de desenvolvimento, como a proposta por Ignácio Rangel em sua clássica obra “A Inflação Brasileira” (1963), onde o maranhense colocou em cheque o que seriam os verdadeiros fatores responsáveis pelo aumento dos preços nacionais (Bresser-Pereira, Rêgo, 2023).

Para Rangel (1963), as razões por trás da inflação brasileira não estavam ligadas ao excesso de meios de pagamento circulando na economia, como acreditavam os economistas

liberais ortodoxos, e tampouco a inelasticidade da oferta em relação à demanda, como supunham os estruturalistas. Em verdade, para Rangel, o problema não teria relação alguma com a demanda, mas sim com a oferta e com a estrutura da economia brasileira, que era caracterizada por grandes monopólios e oligopsônios. O campo brasileiro ainda conservava uma altíssima concentração de terras, fato responsável por reduzir a oferta de alimentos e estes, uma vez produzidos, eram encarecidos por um grande número de atravessadores, chegando ao consumidor a preços muito elevados e absorvendo boa parte da renda que se tornaria insuficiente para o consumo dos bens manufaturados industriais. O setor industrial, por sua vez, devido ao seu caráter cada vez mais monopolista, dominava os preços e os repassava sob altas taxas de lucro, também em decorrência do subconsumo da população. O problema dos preços seria, portanto, fruto da estrutura precocemente monopolizada da sociedade brasileira e do subconsumo resultante dessa estrutura⁹³ (Bresser-pereira, Rêgo, 2023).

À parte das interpretações de Rangel, as visões estruturalistas representantes do “novo” e do progresso – ainda que não correspondessem a uma emancipação plena, visto que a revolução socialista jamais esteve em seu horizonte – disputavam a hegemonia com as interpretações liberais representantes do “velho” e do atraso. Em uma análise territorial, podemos afirmar que as estruturas rugosas apresentadas pelo território brasileiro exerciam constante resistência aos processos de modernização, uma vez que estes dependiam de uma maior emancipação popular através da formação de um mercado interno e do funcionamento de um sistema democrático, elementos que ojerizavam a burguesia dependente e associada brasileira.

Apesar da excepcional tecnificação do território brasileiro e do estrondoso desenvolvimento econômico, constatado pelo aumento da complexidade produtiva e pelo crescimento médio do PIB, que foi de 8,1% durante os anos do Plano de Metas, o aprofundamento da inflação combinado com a constante desvalorização do salário mínimo foram capazes de gerar um grande ônus à sociedade e contribuíram para a desestabilização de sua base política do governo JK.

⁹³ Devido às suas ligações com o comunismo e suas incômodas contestações a respeito da estrutura de poder operante no Brasil, não houve espaço para as interpretações de Rangel sobre a inflação brasileira. A política nacional seguiu alternando medidas econômicas de cunho estruturalista, que eram o contraponto do keynesianismo no Brasil e medidas liberais ortodoxas, que representavam o contraponto do crescente neoliberalismo.

Tabela 9: Evolução do PIB e variação do salário mínimo durante o governo JK (1955-1960).

Período	PIB a preços de mercado – variação real (%)	Variação do salário mínimo real (%)
1955		-9,5
1956	2,9	-1,3
1957	7,7	-9,6
1958	10,8	14,5
1959	9,8	-12,7
1960	9,4	19,4

Fonte: Elaboração do autor com base em Abreu (1990) e IPEADATA Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acessado em 25/01/2023.

A evolução constante do PIB desacompanhada de um avanço proporcional nos salários revela o voraz caráter burguês do desenvolvimento internacionalista brasileiro. Embora as estruturas se modernizem e a população ganhe espaço dentro da política – uma vez que o voto torna-se a legitimação do poder do Estado (Gomes, 2002; Ianni, 1968; Weffort, 1989) – é inegável que os frutos do desenvolvimento não se irradiavam para o conjunto da sociedade brasileira, visto que a situação dos trabalhadores nem de longe acompanhava o crescimento e desenvolvimento da nação (Galeano, [1970] 2010).

A insatisfação popular com o processo inflacionário e com os baixos salários foi devidamente capitalizada pela UDN, que colocou JK entre a cruz e a espada: seria necessário continuar seguindo o modelo de desenvolvimento adotado e correndo o risco de agravar o processo inflacionário no curto prazo ou ceder ao emplacamento do poderoso ajuste fiscal⁹⁴ elaborado por Roberto Campos, presidente do BNDE e Lucas Lopes, ministro da Fazenda (Sola, 1998).

Roberto Campos, como típico liberal brasileiro, embora menos radical do que Gudin nesse período, também não compreendia a inflação como fenômeno naturalmente associado ao desenvolvimento – tal como faziam os estruturalistas –, mas sim como um grande entrave que deveria ser combatido a todo custo. Portanto, conforme o que há de mais caro ao pensamento monetarista, supunha que o processo inflacionário deveria ser combatido através da contenção do déficit público e pela consequente redução dos meios de pagamento circulantes na economia (Godoy, 2007).

⁹⁴ Conhecido como Plano de Estabilização Monetária (PEM), tratou-se de um plano de ajuste econômico que visava controlar a expansão da moeda, mudar a estrutura tributária visando a elevação da arrecadação e, contraditoriamente, limitar ainda mais aumento dos salários mínimos (Sola, 1998).

Juscelino, ao considerar que a escolha pelo ajuste fiscal proposto por Roberto Campos poderia gerar grandes atritos no interior do pacto de classes firmado e fazer com que a memória de seu governo fosse comprometida, decidiu continuar com o processo de desenvolvimento, julgando que os dividendos políticos cobrados pelo aumento da inflação seriam um preço menor a ser pago (Sola, 1998). Tal fator cooperaria para a futura derrota do candidato governista, o Marechal Teixeira Lott, nas eleições presidenciais de 1960.

O saldo positivo deixado pelo governo JK e seu Plano de Metas esteve, em grande parte, na consolidação da derrota do arcaísmo liberal pré-keynesiano que se mostrava inútil ao desenvolvimento sul americano. As intervenções estatais sobre a “lógica de mercado” tornaram-se legítimas até mesmo para as classes populares e o amplo planejamento econômico passou a ser entendido como o fundamento para o processo de desenvolvimento. (Silva, 2015). Considerando a hegemonia que o planejamento e planificação econômica assumiram na política brasileira durante as décadas de 1930 até 1980, bem como sua intensa capilaridade no imaginário popular, julgamos ser lícito afirmar que este período histórico foi marcado pelo estabelecimento de uma psicosfera (Santos, [1978] 2002) desenvolvimentista, que perduraria até o fim dos anos 1980.

No campo democrático – marcado pela participação de uma população cada vez mais urbana – certa conciliação entre trabalho e capital tornou-se essencial à legitimação política. Se por um lado os investimentos públicos com foco na eliminação de gargalos produtivos eram interessantes para as elites industriais, também o eram aos trabalhadores devido a maior disponibilidade de postos de trabalho, maior acesso aos bens de consumo e elevações salariais, ainda que não proporcionais ao crescimento econômico. Consolidou-se nesse período, portanto, uma nova forma de governar, um tanto menos populista e mais centralizada na atuação partidária, que embora ainda apresentasse resultados tímidos para a classe trabalhadora, representava sem dúvidas um avanço em relação às bases já estabelecidas por Vargas (Silva, 2015).

Apesar dos avanços, Francisco Scarlato (2003), ao tecer críticas ao modelo de desenvolvimento encabeçado por Juscelino e por governos posteriores, destaca que a infraestrutura herdada pelo período primário exportador favoreceu a concentração da indústria na região Sudeste⁹⁵ do país e pouco foi feito pelos governos em relação a esse problema.

⁹⁵ De acordo com o autor, a região Sudeste, polo de acumulação do café, já contava com uma mão de obra semi-qualificada, com boas linhas férreas, com a estrutura do porto de Santos, com a disponibilidade das matérias primas oriundas de Minas Gerais e com os mercados existentes no Rio de Janeiro, o que veio a favorecer o processo de concentração industrial, consolidando os históricos desequilíbrios regionais (Scarlato, 2003).

Contudo, essa divisão territorial do trabalho que concentrou as atividades industriais no sudeste do Brasil, gerou consequências cujos impactos podem ser sentidos até nos dias atuais. Essa concentração industrial arraigou as desigualdades regionais, promoveu fortes fluxos migratórios para a região sudeste, acelerou o processo de urbanização no Brasil, criando grandes aglomerações urbanas com todos os problemas que isto pode acarretar (Scarlatto, 2003).

O processo de industrialização com base na entrega de setores do mercado interno brasileiro às mãos do capital monopolista estrangeiro também recebeu críticas de grandes pensadores de diversos campos de conhecimento, como do comunista Caio Prado Junior (1976), do escritor e jornalista Eduardo Galeano (2010) e do economista heterodoxo Luiz Gonzaga Belluzzo (1986), aos quais gostaríamos de dar voz.

De acordo com Octavio Ianni (1986) e Caio Prado (1976), o processo de industrialização, que prometia diminuir as disparidades internacionais e a dependência econômica nacional em relação aos países estrangeiros, foi conduzido de forma que, devido à sua simbiose com o capital estrangeiro, ao invés de emancipar a nação, apenas renovou seus nexos coloniais, reconfigurando – ainda que em novos termos – a dependência externa característica do período primário exportador.

Em consequência desenvolveu-se novo estágio no processo de internacionalização da economia brasileira. Isto é, a estrutura do setor industrial tornou-se amplamente integrada à estrutura econômica mundial por intermédio das empresas multinacionais. Isto significa que as decisões sobre a política de produção, comercialização, novos investimentos e etc. de muitas empresas deveriam ser tomadas no exterior, ou em combinação com as decisões tomadas pelas matrizes. No mesmo sentido, certas inovações de know-how e de moda (estilos etc.) passaram a ser função direta ou indireta das decisões tomadas pelas matrizes. Portanto, a industrialização ocorrida no Brasil implicou a reformulação das relações de dependência. Nos termos como ocorreu, ela ampliou e aprofundou a internacionalização da economia brasileira (Ianni, 1986 p.162).

Para Caio Prado (1976) tratou-se de um grande movimento do capital internacional para o aprofundamento da exploração do terceiro mundo, fato que poderia ser observado até mesmo nas palavras do presidente americano Woodrow Wilson:

“Ouve-se falar de concessões feitas pela América Latina ao capital estrangeiro, mas não de concessões feitas pelos Estados Unidos ao capital de outros países... É que nós não fazemos concessões” Advertia, lá por 1913, o presidente norte-americano Woodrow Wilson. Ele estava certo: “um país – dizia – é possuído e dominado pelo capital que nele se tenha investido” (Prado Jr, 1976, p.13).

Eduardo Galeano (2010), por sua vez, critica não apenas o desenvolvimento calcado no capital estrangeiro e as disparidades regionais, como também o crescimento das

desigualdades sociais do período, tema que, como de costume na política brasileira, recebeu pouca atenção, sendo negligenciado pelo governo JK e também pelos governos posteriores:

A industrialização dependente aguça a concentração de renda, do ponto de vista regional e do ponto de vista social. A riqueza que gera não se irradia sobre o país inteiro nem sobre a sociedade inteira, mas consolida os desníveis existentes e inclusive os aprofunda. Nem sequer os próprios operários, os “integrados” cada vez menos numerosos, se beneficiam em medida igual do crescimento industrial; são os estratos mais altos da pirâmide social os que recolhem os frutos, amargos para muitos, dos aumentos da produtividade. Entre 1955 e 1966 no Brasil, a indústria mecânica, a de materiais elétricos, a de comunicações e a indústria de automóveis elevaram sua produtividade em cerca de 131%, porém neste mesmo período os salários dos trabalhadores por elas ocupados só cresceram, em valor real, 6% (Galeano, 2010, p.270).

Ao fim, Belluzzo (1982) aponta que o desenvolvimento encabeçado majoritariamente pelo capital estrangeiro não permitia a internalização de tecnologias sofisticadas e nem a endogeneização de sistemas de inovação. Trata-se, dessa forma, de um modelo de desenvolvimento muito diferente daquele que Vargas idealizou:

Juscelino ganhou as batalhas que Getúlio concebeu; O “desenvolvimentismo” como projeto de capitalismo nacional cumpriu seu destino através do Plano de Metas: integrou definitivamente a economia brasileira ao movimento de internacionalização do capitalismo. Nesse sentido, Juscelino perdeu as batalhas que Getúlio teria imaginado ganhar (Belluzzo, 1982).

A partir análises expostas, podemos apontar que os principais problemas do período encabeçado por Kubitschek e seu Plano de Metas foram a adoção de um modelo de industrialização com grande centralidade para a participação do capital estrangeiro e o desenvolvimento de um processo de tecnificação do território que se deu desacompanhado de melhorias significativas nas condições gerais de vida da população. Posto isso, demonstraremos adiante que o modelo de desenvolvimento adotado não apenas reconduziu o Brasil à rota da submissão por meio do aumento do poder das **verticalidades** (Santos, 1996) estadunidenses expressas através do capital estrangeiro, como também ampliaram as dimensões das rugosidades internas frente ao processo de modernização nacional, visto que, como afirma Rangel (1963), as desigualdades sociais e a miséria do povo brasileiro eram fatores impeditivos a constituição de um mercado interno capaz de dar suporte ao processo de industrialização.

3.3 As verticalidades imperialistas e as rugosidades liberais-conservadoras internas: a formação do golpe de 1964

Nas eleições de 1960 o desgaste gerado pelos problemas sociais expostos – com destaque para a inflação e os baixos salários – culminou com a derrota do candidato governista Marechal Teixeira Lott para Jânio Quadros, uma carismática liderança liberal oposicionista em ascensão (Carloni, 2010). Apesar da derrota imposta ao projeto desenvolvimentista, parte de sua influência foi conservada na disputa pela vice-presidência⁹⁶, onde se deu a reeleição de João Goulart, conhecido popularmente como “Jango”, político e estancieiro famoso por suas profundas preocupações sociais e naturalmente repudiado pela burguesia brasileira (Loureiro, 2009; Mattos, 2008).

O então presidente Jânio Quadros, embora se estabelecesse como liberal e houvesse sido lançado à presidência pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, era considerado uma figura peculiar e devido à sua ascensão meteórica com foco em discursos populistas moralizantes, pouco se podia prever a cerca de suas futuras medidas enquanto presidente. É importante ressaltar, também, que embora Jânio Quadros tenha sido eleito como presidente, o congresso nacional, mesmo tomado por um característico fisiologismo, seguia formalmente dominado por forças oposicionistas progressistas expressas no Partido Social Democrático (PSD), no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Progressista (PSP), que juntos detinham 64,1% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 58,6% do Senado Federal (Loureiro, 2009).

Os principais desafios que se colocavam diante do governo de Quadros nesse período eram a elevada inflação herdada do período JK, a deterioração da balança de pagamentos, o crescimento da dívida externa que se expressava no aumento nos pagamentos dos serviços da dívida e a desaceleração do crescimento econômico que obrigava a indústria a trabalhar com capacidade ociosa devido à incapacidade de consumo do mercado interno brasileiro (Loureiro, 2009; Moreira, 2011). Diante desse cenário, as medidas tomadas por Quadros enquanto presidente foram de fato bastante enigmáticas e cooperaram para a desestabilização de sua já fragilizada base de apoio (Loureiro, 2009).

Enquanto presidente, Quadros buscou cortar gastos públicos, reduzir os subsídios e limitar o acesso ao crédito, evidenciando para sua base congressista liberal e para os credores internacionais o seu compromisso com a austeridade. Por outro lado, sua política externa

⁹⁶ Ao contrário dos tempos atuais, nesse período as eleições para presidente e vice presidente eram realizadas separadamente.

recusou o alinhamento automático com os EUA, buscando reaproximação das relações com a União Soviética, apoiando processos de descolonização e até mesmo condecorando o militante comunista Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira atribuída a indivíduos estrangeiros (Loureiro, 2009; Manzur, 2004; Vizentini, 1994).

Embora as medidas econômicas acima tenham recebido destaque em sua administração, a maior parte das ações políticas do governo Quadros foram estabelecidas sob o campo da moral e dos costumes. Enquanto os problemas econômicos corriam a nação, Jânio, ciente de que seu poder eleitoral advinha de seu caráter populista conservador, seguia firme em sua empreitada moralizante que foi pavimentada pela ideia muito difundida de que o governo Kubitschek e suas autoridades haviam permitido o “rompimento de limites moralmente aceitáveis na gestão de recurso e víveres” (Quelel, 2014, p. 131). O resultado de tais concepções foram medidas consideradas absolutamente folclóricas feitas aos setores mais conservadores da sociedade, como a proibição dos biquínis nas praias brasileiras e corridas de cavalo em dias úteis (Botelho, 2013; Loureiro, 2009).

Os constantes atritos de Quadros com o congresso, somados à sua inabilidade e falta de interesse em organizar sua base de governo, o levaram a tomar uma das atitudes mais dramáticas da história brasileira: no dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros, após apenas seis meses de governo, renunciou à presidência, fazendo do vice-presidente João Goulart seu sucessor de direito. Para autores como Francisco Iglésias (1998) e Boris Fausto (1994), a renúncia de Jânio tratava-se de uma jogada arriscada, onde o então presidente esperava que o temor das classes dominantes brasileiras em relação a um possível governo Jango as levasse a clamar por seu retorno, que se daria de forma triunfal, sob os “braços do povo”.

Estaria dada então uma das maiores crises políticas nacionais. Nenhum apoio – nem sequer dos setores liberais do congresso – foi dado ao retorno de Quadros, mas os temores dos extratos dominantes da sociedade brasileira em relação a Jango se mostraram de fato gigantescos. Alguns setores retrógrados do empresariado e do campo brasileiro nutriam profunda aversão à Goulart pelas suas pautas de ordem social como o aumento do salário mínimo e seu apoio à reforma agrária, enquanto determinadas frações das forças armadas mais ligadas às doutrinas americanas o desaprovavam por associá-lo ao comunismo (Loureiro, 2012; Bandeira, 2001). Nesse período, os ministros militares, com destaque para o Marechal Odílio Denys, ex-ministro da guerra de Quadros, opuseram-se à ascensão de Jango, considerando até mesmo a realização de um movimento golpista que foi visto de forma positiva pelo então presidente dos EUA John Kennedy (Loureiro, 2009).

Sob a possibilidade do desenvolvimento de uma guerra civil e aproveitando-se do fato de Jango estar em viagem durante a renúncia de Quadros, o setor golpista das forças armadas permitiu que o vice-presidente João Goulart assumisse a presidência, mas com poderes limitados, através da instalação do modelo parlamentarista de governo antes de seu retorno, em oito de setembro de 1961. Entretanto, após um período de instabilidade, a base de Jango no congresso consegue emplacar um plebiscito em 21 de abril de 1963 em que 69,2 dos votos apontavam a preferência do modelo presidencialista, o que culminou por restituir os poderes de Jango e fazer da empreitada parlamentarista brasileira uma experiência de apenas um ano e quatro meses (Loureiro, 2012; Bandeira, 2001).

Após a restituição plena de seus poderes, Jango parte para o combate dos reais problemas da nação, com foco na retomada do desenvolvimento, no combate ao pauperismo e na contenção da inflação. Goulart objetivava garantir taxas de crescimento de até 7%, reduzir a inflação para 10% até 1965 e garantir o crescimento real dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade (Plano Trienal, 2011). Para isso, Celso Furtado foi escolhido para chefiar o Ministério do Planejamento, sob o qual anuncia o chamado “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social”, que buscava a síntese dos objetivos estabelecidos por Goulart.

O Plano Trienal de Furtado – tomado pela concepção estruturalista cepalina – naturalmente compreendia que o desenvolvimento brasileiro e sua busca pela superação da deterioração dos termos de troca só poderiam se dar através do aumento da complexidade econômica via política de substituição de importações. Essa política, por sua vez, como já explicado, fazia com que a oferta interna estivesse em constante reestruturação para substituir as importações e, devido à queda da capacidade de importar observada nos últimos anos, uma série de desequilíbrios foram gerados nas cadeias produtivas, acarretando em um processo inflacionário. Aliado a esse componente de caráter estrutural, somavam-se os crescentes déficits públicos do governo, que em alguma proporção também agravavam o problema (Bresser-pereira, 1984).

Uma vez realizado o diagnóstico, a ação do Plano Trienal foi planejada para funcionar em duas etapas: inicialmente seria aplicada uma política de cunho ortodoxo, com corte de despesas correntes (preservando os investimentos), contração do crédito e redução de subsídios. Após a estabilização e recuperação da confiança dos credores internacionais, as dívidas brasileiras deveriam ser renegociadas, abrindo espaço para a segunda parte do plano, em que se avançaria para as reformas de base, visando a melhoria das condições gerais de

vida no país e por consequência o alargamento da capacidade de consumo do mercado interno. (Fonseca, 2004; Monteiro, 1999; Plano Trienal, 2011).

O Plano Trienal, de maneira geral, foi mal recebido por diversos setores da sociedade brasileira. Embora sua parte ortodoxa tenha desagradado setores do empresariado que se beneficiavam dos subsídios e das políticas de crédito, seus maiores opositores foram os trabalhadores e suas organizações, que demonstraram um altíssimo grau de politização e, em última instância, até mesmo certo corporativismo (Loureiro, 2012). As Ligas Camponesas intensificavam as lutas pela terra na região nordeste e as organizações de trabalhadores urbanos, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) já articulavam a realização de uma greve geral caso as demandas sociais não fossem atendidas. Nesse período, líderes de renome como Leonel Brizola e Miguel Arraes defendiam que o governo suspendesse a primeira parte do plano e rumasse em direção à segunda. (Loureiro, 2012; Bandeira, 2001).

De acordo com Castro e Ronci (1991), é característico que o líder populista esteja sujeito à tendência de aceitar apenas as políticas que produzam resultados imediatos, pois seus poderes dependem diretamente do apoio das massas. Embora autores como Luiz Bandeira (2001) discordem do caráter populista imbuído a Jango, era inegável que pouco tempo após a reconstituição dos poderes presidenciais, o governo não poderia se dar ao luxo de desagradar sua base de apoio, o que levou ao rompimento com o Plano Trienal, antes que o mesmo completasse míseros seis meses de existência.

É o momento de lembrar que, durante a campanha pela antecipação do plebiscito, a luta tenaz dos trabalhadores [...] conduziu esses altos dirigentes políticos [Goulart, Brizola] a reafirmarem solenemente sérios compromissos com o povo. Esses compromissos, que se enfeixaram na promessa categórica e reiterada de dar início à realização das reformas de base tão logo o povo derrubasse (como derrubou) o parlamentarismo, foram tomados a sério pelos milhões de massas sofredoras do Brasil que acorreram às urnas do plebiscito. Eles não têm mais, agora, por que não ser cumpridos [...]. Esse plano, apresentado a exame das categorias patronais [...], não foi até agora entregue para consideração dos trabalhadores brasileiros e às suas entidades de classe. O CGT considera [...] que da posição dos trabalhadores e do povo brasileiro, do nosso apoio ou do nosso repúdio, sejamos ou não oficialmente consultados, é que vai depender, em última instância, o destino do Plano Trienal [...]. A participação consciente e organizada dos trabalhadores na vida política do país é irreversível, ninguém poderá mais impedi-la [...]. Sem exagerar nossa força na sociedade brasileira e sem pretender fazer imposições, não podemos aceitar que nos impeçam de cumprir o dever de dar nossa poderosa contribuição ao desenvolvimento independente nacional (Novos Rumos n 205, 1963 p.2 apud Loureiro, 2012 p. 351)⁹⁷.

Após o rompimento com seu projeto inicial, o governo Jango reestabeleceu os subsídios, retomou a expansão do crédito e empunhou de forma mais clara as reformas de

⁹⁷ NR, 'Livre do parlamentarismo governo agora tem de cumprir promessas', n 205, 18 – 24 jan. 1963, p. 2.

base, com destaque para as negociações visando o aumento de 70% nos salários do funcionalismo, o estabelecimento do aumento de 56,25% do salário mínimo, as propostas de reforma agrária visando a ampliação da classe média rural e aumento da oferta de alimentos, a reforma urbana com foco no combate a especulação urbana e desapropriações, a reforma partidária e eleitoral com expansão do sufrágio para analfabetos e a reforma tributária mais onerosa às classes dominantes, sobretudo ao capital estrangeiro (Loureiro, 2012; Bandeira, 2001).

Para Wanderley dos Santos (1977), devido ao contexto histórico brasileiro e a correlação de forças dominantes no período, tais medidas contavam com grande teor de ufanismo e idealismo, com poucas possibilidades práticas de efetivação. Entretanto, para autores como Octávio Ianni (1971) e Moniz Bandeira (2001), o grau de politização das massas no período, junto à somatória das forças aliadas no congresso, faziam das medidas possibilidades reais. Embora tal questão divida interpretações, o fato é que a historiografia moderna reconhece que tais reformas visavam apenas a modernização do capitalismo brasileiro e não qualquer tipo de guinada ao modelo socialista (Mattos, 2008).

Tais respostas do governo desagradaram profundamente não apenas as elites nacionais que se horrorizavam com o crescente poder e importância da classe popular, mas também as forças estrangeiras operantes no país. A aprovação pelo governo em 1961 da lei de remessas que limitava em 10% anuais o envio de remessas de lucro ao exterior por empresas estrangeiras, bem como as proibia de comprar empresas nacionais em funcionamento, somada à reforma tributária onerosa ao capital estrangeiro e, por fim, a política externa independente com reaproximação de laços com países como China e União Soviética foram elementos considerados inaceitáveis pelo governo norte americano (Bandeira, 2001).

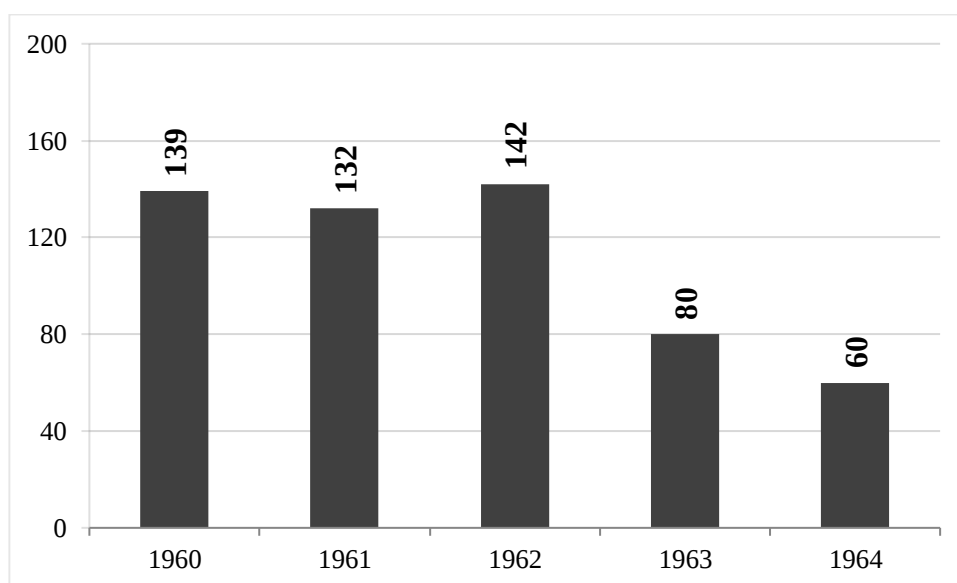
Logo, unem-se as duas principais forças opositoras ao processo de desenvolvimento soberano brasileiro: as rugosidades territoriais resultantes da ojeriza à participação popular das elites dependentes desenvolvidas através da via “prussiano-colonial” (Mazzeo, 2015) com as verticalidades (Santos, 1996) imperialistas que assumiram grande influência sobre a soberania nacional a partir do modelo de desenvolvimento encabeçado por JK.

Nesse período a política estadunidense, hostil ao governo Jango desde seu início, buscou minar os poderes de Goulart através do corte de recursos financeiros. Existia no momento, de acordo com Bandeira (2001), uma indicação clara do governo americano para a liberação de recursos apenas para as forças “democráticas” brasileiras, entre elas figuras como o governador de Guanabara Carlos Lacerda (UDN) e do Rio Grande do Norte Aluísio Alves (UDN), regiões onde foram financiados vastos programas habitacionais e educacionais,

visando fortalecer tais opositores que formavam o que o Lincon Gordon – embaixador dos EUA no Brasil – veio a chamar de “ilhas de sanidade administrativa” do território brasileiro. Estima-se que os cortes de recursos para o país caíram de 468 milhões para 89 milhões no período de exercício de efetivo poder de Goulart. (Bandeira 2001; Loureiro 2012)

Conforme apontado pelos dados do IPEADATA, expostos no gráfico 3, os investimentos do capital estrangeiro no período também arrefeceram, piorando a situação da balança comercial brasileira. Autores como Felipe Pereira Loureiro (2012) atribuem essa diminuição à aprovação de regulações mais rígidas ao capital estrangeiro, enquanto Luiz Bandeira (2001) sugere que as razões para tal diminuição se relacionavam a uma tentativa deliberada de sabotagem.

Gráfico 3: Brasil - Investimento Direto Estrangeiro (em US\$ milhões) - 1961 a 1964



Fonte: Elaboração do autor com base em IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acessado em: 07/03/2023.

O fato conhecido é que a ação do capital norte americano no Brasil, embora pudesse cooperar com a entrada de dólares e ser capaz de estimular certos setores internos – ainda que à custa do sacrifício de outros – carregava naturalmente um intenso caráter espoliador, retirando ao longo do tempo valores muito superiores aos investidos e fazendo de sua regulação um elemento indispensável à nação e sua balança de pagamentos. Conforme demonstrado por Bandeira:

[...] Conforme o Senador Frank Church, dos Estados Unidos, constataria, as empresas norte-americanas não só tiraram mais dólares do Brasil do que investiram como também se apossaram do controle de uma porcentagem cada vez mais de sua economia, mediante reinvestimento em cruzeiros, alimentando a crise do balanço de pagamentos, com remessas de lucro e fraudes cambiais, a exemplo do superfaturamento e do sobrefaturamento, nos negócios de importação e exportação (Bandeira, 2001 p.90).

Após as constantes tentativas de “trazer Goulart ao centro” por meio do asfixia econômica não surtirem o efeito desejado e o governo Jango ter se mostrado firme em sua política externa independente e em seus desejos de regulação do capital estrangeiro, setores do departamento de defesa dos EUA passaram a considerar a substituição do presidente brasileiro como a única alternativa capaz de assegurar os interesses estadunidenses na região, pois como afirmava o então vice-presidente Lyndon B. Johnson, “Se o Brasil virar comunista, teremos uma segunda China no mundo, e não uma segunda Cuba” (Smith, p.157; Bandeira, 2001; Loureiro, 2012).

Intensifica-se então a empreitada golpista através da construção e do financiamento de organizações contrárias ao governo, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Enquanto o IPES visava combater as ideias comunistas, assessorar e aprimorar a atividade de parlamentares brasileiros alinhados aos interesses dos EUA, o IBAD extrapolava os limites legais⁹⁸ de forma ainda mais incisiva, financiando diretamente candidatos opositores à Goulart. (Loureiro, 2012). Junto ao IPES e ao IBAD, somou-se também outra importante instituição que esteve sob forte influencia norte americana: a Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira (Fausto, 1996; Bandeira, 2001).

Com suas origens no National War College - instituição americana voltada para estudos geopolíticos no contexto da Guerra Fria - a ESG brasileira surge como uma extensão do modelo americano. Muitos de seus principais expoentes, entre eles o general Gouberty do Couto e Silva haviam realizado parte de sua formação nos EUA, onde absorveram muitos dos ideais que configuraram a Doutrina da Segurança Nacional (DSN) americana, cuja qual foi transposta para o Brasil (Bandeira, 2001).

Portanto, grande parte dos altos oficiais do exército brasileiro nos anos 1960 acreditavam que o Brasil, devido à sua posição geográfica localizada no continente americano, na porção ocidental do mundo, e devido às suas características históricas, com destaque para sua civilização “de origem cristã” seria um aliado natural dos EUA, cujos povos

⁹⁸ Através de um decreto presidencial, o IBAD seria fechado em dezembro de 1963, após a descoberta de esquemas de captação de recursos norte americanos para o financiamento de candidatos anticomunistas nas eleições brasileiras de 1962. (Dreifus, 1981).

seriam considerados nossos “irmãos do norte”. Logo, diante de uma disputa entre “projetos civilizacionais”, caberia ao Brasil, como seu “destino manifesto”, apoiar o projeto encabeçado pelos estadunidenses em contraposição ao “imperialismo comunista de origem exótica” (Ferreira, 2012).

Uma grande ironia pode ser constatada. Ao se preocupar com a ameaça do “imperialismo soviético” sobre o mundo livre, interna e externa, não visualizaram que a própria adoção da doutrina de segurança nacional era a implantação de um projeto exógeno e estranho ao contexto brasileiro, baseado em conceitos ambíguos que objetivavam, na realidade, a manutenção da hegemonia norte-americana (Ferreira, 2012 p. 32).

Da mesma forma que a colonização epistemológica estrangeira se deu sob o pensamento econômico Brasileiro no período anterior a Getúlio Vargas, onde imperavam os ideais ortodoxos centrados na Teoria das Vantagens Comparativas, o pensamento militar brasileiro se mostrara tomado por um arcabouço teórico estranho às necessidades e especificidades nacionais. A recusa no desenvolvimento de um pensamento próprio e a importação acrítica de modelos teóricos estrangeiros fizeram com que as “ideias fora do lugar” se comportassem novamente como um das principais elementos responsáveis pela submissão brasileira na ordem internacional (Schwarz, 2000; Quijano 2008).

A junção de grandes frações do empresariado brasileiro, do capital e dos interesses do Estado estadunidense expressos diretamente pelo IBAD e IPES somados ao alinhamento golpista de determinados setores do exército brasileiro – mais especificamente os militares ligados à ESG – formaram a espinha dorsal do golpe, restando apenas o momento ideal para sua realização. Tal momento se estabeleceria após o dia 19 de março de 1964, onde as forças reacionárias⁹⁹ encabeçaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, levando de 300 a 500 mil pessoas às ruas em revolta contra as reformas de base propostas por Goulart. (Bandeira, 2001; Fausto, 1994; Ferreira, 2012; Loureiro, 2012).

Sob a promessa de limpar o país da ameaça do comunismo e reestabelecer as condições políticas para governar, os militares iniciam uma série de levantes que foram apoiados por governadores e pela mídia. O presidente Goulart, ciente da participação dos

⁹⁹ O empresariado nacional, em parceria do financiamento norte americano e em associação com setores conservadores da igreja e da mídia desencadearam uma intensa campanha de demolição da imagem do então presidente João Goulart. Através dos veículos de comunicação em massa como o Rádio e a TV e outros meios não hegemônicos como revistas, cartuns e jornais, propagavam a concepção de que Jango seria um inimigo dos valores tradicionais cristãos, estando interessado não somente em “subverter a ordem natural das coisas” como também na construção de um regime socialista no Brasil (Chiavenatto, 1994; Dreifuss, 1981).

EUA¹⁰⁰ no movimento golpista, decide não expressar resistência para evitar a eclosão de uma guerra civil, refugiando-se no Uruguai. A presidência da República então foi considerada vaga e posteriormente assumida pelo General Humberto de Alencar Castello Branco, encerrando um período da história brasileira e inaugurando o que viriam a ser os 21 anos de ditadura militar no Brasil (Bandeira, 2001; Fausto, 1994).

De acordo com Ianni (1968) o período histórico vivenciado pelos governos Quadros-Goulart configurou-se como o ápice da disputa entre projetos de nação. Para o autor, o desenvolvimentismo getulista buscou um modelo de desenvolvimento autônomo e soberano, que fosse capaz de fazer com que a economia e a política brasileira não estivessem constantemente à mercê de flutuações internacionais e, em certa medida, obteve sucesso em sua empreitada, visto que a dinâmica econômica brasileira nos anos de JK passou a se relacionar mais com fatores internos do que externos. Entretanto, tal modelo de desenvolvimento, depois de esgotado, se encontraria pendente entre dois caminhos: uma retomada de sua submissão à dinâmica externa ou a radicalização para um modelo socialista nacionalizante. Embora o modelo socialista lentamente se tornasse uma possibilidade devido ao crescente grau de politização e organização das classes proletárias, o golpe de 1964 sufocaria de vez os anseios populares e reorientaria o país ao caminho da submissão às dinâmicas e ordens externas, retomando a centralidade das verticalidades (2002) na dinâmica de desenvolvimento da formação socioespacial brasileira.

Para Ianni (1971), não somente o projeto de desenvolvimento nacionalista e independente teria sido derrotado, como também a forma de se fazer política vigente desde os anos 1930, o chamado populismo. Se por um lado o populismo tivesse potencial para alienar constantemente as massas através da centralidade conferida a um líder carismático e ao seu papel de “salvador”, ele também conferiu certa importância para as classes populares, pois a fração da classe burguesa que constituiria o bloco no poder seria sempre aquela capaz de estabelecer com as massas o que Octávio Ianni (1971) veio a chamar de “aliança de contrários”. A instalação da ditadura militar seria, portanto, uma forma encontrada pelos setores burgueses para definir os rumos da nação sem precisar oferecer constantes afagos ao proletariado.

O golpe de 1964 pode ser entendido, portanto, como a mais bem acabada expressão das estruturas bonapartistas da organização do Estado e das elites brasileiras, sempre

¹⁰⁰ Em 31 de março de 1964 os EUA realizaram Operação Brother Sam, em que a Marinha norte americana se posicionou próxima à costa brasileira para apoiar os militares golpistas anti-goulart com armamentos, combustíveis e, em último caso, apoio armado direto (Corrêa, 1977).

dispostas, tal como observado, a empregar golpes de Estado a fim de impedir avanços populares e retomar a manutenção do *status quo*. A **peculiaridade** perversa do bonapartismo brasileiro, de acordo com Mazzeo (2015) é a de não apenas buscar a manutenção da completa hegemonia das elites burguesas, mas também a de preservar a situação de dependência e por consequência de subdesenvolvimento. Se a partir de Santos (1996) entendemos o espaço como o fruto da dialética entre materialidade e imaterialidade, **sendo a dinâmica e estrutura social parte indissociável de sua composição**, julgamos serem essas perversas características secularmente construídas as estruturas rugosas apresentadas pelo território brasileiro frente a qualquer modelo de modernização não excludente e popular.

Celso Furtado, em seu livro “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”, publicado em 1966, viria a afirmar que no Brasil a crise após o plano de metas possuiria uma natureza estrutural, pois os elevados investimentos realizados pelo capital industrial em solo nacional – através do Estado, do investimento direto estrangeiro e do capital nacional no âmbito do PSI – não encontrariam a demanda necessária para efetivar sua capacidade instalada ou justificar a ampliação da mesma, passando a operar com capacidade ociosa e taxas de lucro insuficientes. Logo, para Furtado a recusa do estabelecimento de políticas distributivas e o subconsumo seriam a razão para a estagnação econômica do Brasil pós anos 1960.

Entretanto, o período posterior, encabeçado pela ditadura militar, foi responsável por dar forma a uma organização territorial capaz de conciliar o desenvolvimento econômico com alta concentração de renda, contrariando as expectativas de Furtado (1966), conforme expomos ao longo do capítulo seguinte.

3.4 As coisas em seus devidos lugares: percalços do desenvolvimentismo-internacionalista sob as rédeas do capital internacional e da burguesia dependente e associada.

Para René Dreifuss (1981), o termo “ditadura militar” para designar a nova configuração política brasileira entre os anos de 1964 e 1985 mascara as verdadeiras forças por traz do regime autoritário instalado, sendo o conceito de *ditadura empresarial-militar* mais apropriado na medida em que revela a estrutura de classes por traz do período. Para Ianni (1981) e Dreifuss (1981), a ditadura empresarial-militar brasileira tratou-se de um movimento encabeçado pela burguesia dependente e associada interna – com especial

destaque para os industriais paulistas¹⁰¹ – buscando a aplicação de um padrão econômico cuja simbiose e submissão ao capital estrangeiro se aprofundasse mais aceleradamente e um padrão político capaz de ampliar a exploração do trabalho e barrar a “ingerência” da participação popular na política, que se ampliava desde a ascensão de Getúlio Vargas.

Logo, a entrega do governo às mãos dos militares foi a saída encontrada pela burguesia brasileira para fazer valer sua vocação histórica: repressão absoluta no cenário interno e inserção subordinada ao capital estrangeiro, isto é, associação horizontal interna frente às verticalidades imperialistas exógenas. Entretanto, a formação histórica dos militares brasileiros esteve – desde a Primeira República e especialmente nesse momento histórico – fortemente pautada no positivismo em detrimento do pensamento liberal que, embora existisse, não era hegemônico no interior das forças armadas, se restringindo às parcelas da composição civil pertencente ao “corpo técnico” que formaria os governos do período militar (Svartman, 2006).

Na simbiose entre os militares e a burguesia interna, o tecnicismo militar de origem positivista se associaria aos elementos do liberalismo burguês e após somarem-se à brutal violência antidemocrática – fruto do extremo conservadorismo característico do perfil da burguesia brasileira e da truculência militar – tornariam-se uma orquestra onde os interesses dos estratos dominantes seriam atendidos em sua quase plena totalidade, ainda que os caminhos tomados para nem sempre fossem os preferenciais aos olhos da burguesia interna (Ianni, 1981; Dreifuss, 1981; Svartman, 2006).

Acreditamos não ser possível avançar em nossa análise sem ampliar a compreensão sobre as relações entre a profissão militar e a política, que seguiram em processo de estreitamento desde o fim do século XIX. Para Svartman (2006) e Schulz (1994), a estruturação do exército após 1850¹⁰², o requerimento de uma melhor formação para o desenvolvimento das funções e para a ascensão no interior do oficialato e, sobretudo, o distanciamento das elites imperiais da profissão militar – fato dado em decorrência do tempo

¹⁰¹ Como referido anteriormente, a burguesia industrial brasileira é fruto dos setores mais modernos da burguesia agrária, cujos quais foram capazes de diversificar seus investimentos, principalmente após o choque adverso dos anos 1930. (Mello, 1982; Furtado, [1959] 1968). Logo, apesar de ligadas a indústria e a sua pretensa modernidade, carregam em sua práxis o mesmo comportamento demasiadamente reacionário e arcaico das oligarquias do campo originadas pela via “prussiano-colonial” de entificação capitalista (Mazzeo, 2015; Behring, 2019).

¹⁰² Ano de instauração da “lei das promoções”, responsável por transformações no corpo de oficiais e pelo surgimento de um Exército profissionalizado e estruturado em termos burocráticos, de acordo com Schulz (1994).

mínimo de serviço e de educação militar – contribuíram para a construção de um nicho onde se tornaria possível a ascensão social através de relativo “mérito”.

Tais acúmulos levaram, de acordo com Svartman (2006), a produção de representações internas que pregavam que o oficialato estaria predestinado a ocupação de posições centrais na sociedade em função de sua educação científica e de suas capacidades gerais, o que se expressou no Movimento Tenentista de apoio a Vargas nos anos 1930, nas tentativas fracassadas de golpe sobre o próprio Vargas, os atentados contra a candidatura de Kubistchek e, por fim, na queda de Goulart em 1964¹⁰³. Portanto, torna-se licito afirmar que desde a reabsorção do exército para a participação direta na política em 1930, as forças armadas tem se comportado como os “fieis da balança” na queda ou na manutenção de qualquer governo brasileiro (Svartman, 2006).

É necessário ressaltar que não se trata de entender as frações sociais que compõe os militares como elementos “neutros”, passíveis de serem simplesmente disputados pela política, mas como aliados naturais da burguesia na medida em que os oficiais tendem a fazer parte dos extratos médios sociais sendo, portanto, naturalmente reprodutores das concepções burguesas, tal como aponta Marilena Chauí ([1981] 2017). Se é fato que a ascensão de Vargas contou com o apoio de frações progressistas do meio militar, é necessário lembrar que tais frações não correspondiam ao alto oficialato e se apresentaram apenas no período em que a burguesia interna dominante, expressa majoritariamente pelas oligarquias do campo, perdeu suas condições de reprodução econômica após o choque adverso dos anos 1930. Entretanto, após a reconstrução da burguesia interna agroexportadora sob a forma da burguesia industrial, o apoio dos militares tendeu a voltar para a mesma, reforçando as concepções de Chauí ([1981] 2017) a respeito da natureza dos estratos sociais médios e também de Dreifus (1981) ao apontar que os militares são, em verdade, componentes da chamada “**elite orgânica**”¹⁰⁴ associada ao poder burguês, ainda que possam temporariamente, em períodos de crise de

¹⁰³ Observa-se, dessa forma, que embora o elemento positivista e o sentimento de “adequação” ao exercício do poder fossem elementos intrínsecos a toda formação militar brasileira, as forças armadas jamais foram um grupo verdadeiramente homogêneo. Para Peixoto (1983), existiria no interior das forças armadas um grupo “nacionalista” ligado às ideias do ISEB que pretendia dar vazão ao desenvolvimento através do modelo varguista, e também um grupo “antinacionalista”, encabeçado pelas ideias da ESG, que buscava o desenvolvimento associado aos EUA. O Clube Militar foi o espaço de defrontação entre os dois grupos e a tomada do poder em 1964, como já tratada, foi encabeçada pelos militares esguistas, ligados ao “desenvolvimentismo-internacionalista”, que no decorrer do tempo assumiria um caráter cada vez mais antinacionalista (Svartman, 2006; Ianni, 1981).

¹⁰⁴ O conceito aqui se estabelece de forma claramente paralela ao conceito de “intelectuais orgânicos” do marxista italiano Antônio Gramsci ([1930] 2004).

hegemonia burguesa, passar para o campo progressista em detrimento do campo conservador, seu local de natureza.

Na escola militar de Realengo, onde foi formada a maior parte dos militares que viriam a conduzir a nação após o golpe de 1964, a crença na ascensão através do mérito próprio¹⁰⁵ levou à criação da concepção dos militares enquanto “reserva moral” da nação e um sentimento “anti-povo”, visto que a debilidade do país seria entendida como fruto dos governos civis, compostos por cidadãos corruptos e ineptos (Svartman, 2006). Em contradição ao sentimento de superioridade moral e aptidão ao poder, os militares sofriam de graves debilidades em suas formações políticas, visto que desde a Revolta da Vacina, em 1904, a formação militar brasileira passou a ser pautada pelo positivismo tecnicista, elemento que afastara os jovens cadetes de estudos mais robustos sobre as questões sociais nacionais¹⁰⁶ (Svartman, 2006).

De acordo com Dreifuss (1981) após o golpe contra o governo Goulart os empresários do IPES decidiram junto à cúpula militar a escolha do próximo presidente. As principais exigências para a escolha do novo candidato era a de que seu nome não estivesse ligado às principais lideranças civis do momento – como Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto – e nem mesmo ao antigo presidente Marechal Dutra. Os impasses culminaram com a escolha do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que devido aos seus méritos¹⁰⁷ contava com ampla e ampla simpatia entre as bases das forças armadas e não possuía nenhuma ligação que pudesse ser considerada espúria (Dreifuss, 1981; Svartman, 2006).

Na qualidade de militar, o então presidente-marechal Castelo Branco buscou formar uma equipe adequada para viabilizar seu governo e a administração nacional. Por desconhecer o mundo empresarial e tecno-empresarial, foi naturalmente assessorado pelo IPES, conhecido representante do imperialismo estadunidense, que em conjunto com a ESG, o braço nacional

¹⁰⁵ De acordo com Svartman (2006), embora existissem indicações e influências internas e externas, as posições que os soldados ocupariam na hierarquia militar estavam fortemente ligadas às suas notas na academia, de modo que aqueles mais bem ranqueados nas turmas estariam destinados a cargos de maior prestígio.

¹⁰⁶ Durante o evento conhecido como “Revolta da Vacina” os militares simpatizantes da antiga República da Espada buscaram tomar o poder por meio de um fracassado golpe de Estado. Desde então a política nacional, no ímpeto de coibir novas tentativas de golpe, buscou despolitizar os militares, aumentando o tecnicismo de sua formação em detrimento de conteúdos políticos (Svartman, 2006).

¹⁰⁷ Nas forças armadas o marechal Castelo Branco era considerado uma grande representação da “meritocracia”. De acordo com Svartman, Castelo Branco foi o primeiro de sua turma no Curso de Estado Maior, sendo contemplado com uma bolsa de estudos de dois anos na Escola Superior de Guerra Francesa, servindo na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a segunda Guerra Mundial – onde planejou e implementou importantes manobras militares nos campos italianos, com destaque para a batalha de Monte Castello – tornando-se, posteriormente, o diretor de ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

das ideias estrangeiras, lhes apresentariam os nomes potenciais previamente aprovados (Dreifuss, 1981). Sob a sombra do discurso positivista, foi o momento de se realizar a escolha dos “melhores nomes” para o comando de cada setor social, escolhas que se dariam a partir de um caráter “técnico” e “meritocrático”, descontaminadas dos “jogos de interesses impuros” e de toda “demagogia” que os militares acreditavam serem as marcas históricas dos governos civis (Ianni, 1981).

Para Dreifuss (1981) as funções ligadas ao controle e a implantação de políticas tenderam a se concentrar nas mãos dos militares, ao passo que as concepções econômicas tendiam a ser elaboradas e dirigidas por um conjunto de empresários e tecno-empresários, que seriam chamados pelo autor como elementos como membros também correspondentes da “elite orgânica da burguesia”. Enquanto os militares nomearam seus pares como interventores nas unidades federativas e o nome de Golbery do Couto e Silva para o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), por exemplo, o comando do planejamento econômico foi deixado aos cuidados de Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, respectivos ministros do planejamento e da fazenda, graças a influencia dos grandes diretores de bancos e dos industriais, principalmente paulistas, junto ao IPES (Dreifuss, 1981).

No campo econômico, através das coordenadas de Roberto Campos e Octávio Bulhões, o marechal-presidente Castello Branco fez jus a sua posição de “estrato social médio” e ao seu papel como componente da elite orgânica burguesa ao instituir o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), um conjunto de medidas econômicas cujo elemento central – que por sinal permearia todo o período da ditadura – fora o brutal arrocho salarial, cujos reajustes seriam constantemente abaixo da inflação (Chauí, [1981] 2017; Ianni, 1981; Macarini, 2000).

De inspiração ortodoxa, o PAEG, elaborado por Roberto Campos e Octávio Bulhões em abril de 1964, buscava combater a inflação – que atingia níveis muito elevados, chegando a 79,9% em 1963 – e de acordo com seu diagnóstico, nas palavras de Campos “a responsabilidade primordial do processo inflacionário cabe aos déficits governamentais e a continua pressão salarial” (Hermann, 2005 p.71 apud Campos, 1964 p.135). O ataque aos salários como condição indispensável ao “desenvolvimento econômico” foi um consenso rapidamente estabelecido entre os empresários, técnico-empresários e demais membros da elite orgânica burguesa do governo, cujo entendimento era de que o desenvolvimento econômico requer a formação de determinada poupança interna e como as classes menos abastadas possuem menor disposição a poupança, seria necessária uma maior concentração da renda nas mãos dos extratos economicamente privilegiados, vistos como “poupadores”, os

sujeitos aptos a realizar os investimentos necessários ao crescimento (Bellingieri, 2005; Dreifuss, 1981). Acreditava-se, portanto, na concepção de que **o crescimento econômico seria incompatível com a distribuição de renda** e aplicava-se a célebre noção de “é preciso fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo¹⁰⁸” (Bellingieri, 2005; Gremaud et al, 2004).

De acordo com Hermann (2005), somado a política de arrocho salarial, com crescimento constantemente abaixo da inflação e da produtividade, tanto para o setor público como privado, o PAEG também eliminou a estabilidade dos trabalhadores após dez anos de serviço no mesmo estabelecimento, substituindo-a pelo FGTS a fim de facilitar demissões e diminuir o poder de barganha do capital em relação ao trabalho. Os ataques ao trabalho estiveram associados com o aumento da carga tributária, cujos impostos se tornavam mais centralizados no poder federal e passaram a incidir mais pesadamente sobre o consumo enquanto adotavam padrões regressivos, privilegiando as camadas mais abastadas, os “poupadores” em detrimento dos mais pobres.

Em paralelo ao ataque do capital em relação ao trabalho e o aumento da carga tributária de aspecto regressivo, o PAEG, em busca de definir um sistema de financiamento “não inflacionário” para o desenvolvimento econômico, buscou reformar o crescente sistema financeiro brasileiro (SFB), que até os anos 1960 estruturava-se através de bancos privados que atuavam nos empréstimos de curto prazo para a constituição do capital de giro das empresas, caixas econômicas estaduais e federais que atuavam no crédito imobiliário e dos grandes bancos públicos oriundos do período Vargas, como BB e BNDE, únicos responsáveis por financiamentos de longo prazo (Bellingieri, 2005).

Para que tais investimentos pudessem ser ampliados através do sistema financeiro foram criados o Banco Central do Brasil (BACEN) – que substituiu a SUMOC – e o Conselho Monetário Nacional, ambos com funções normativas e reguladoras, possuindo o objetivo em comum de viabilizar um sistema onde recursos financeiros poderiam ser captados mediante a compra e venda de títulos, que em detrimento das expansões financeiras diretas, seria considerada uma forma “não inflacionária” de financiamento (Bellingieri, 2005; Neto, 2008).

Entretanto, a compra e venda de títulos de longo prazo esbarrava na alta inflação do período e a estratégia de viabilização do mercado de títulos de longo prazo nesse contexto

¹⁰⁸ De acordo com Paiva e Teixeira (2014), trata-se de uma frase celeberramente atribuída ao o lema de Delfim Neto, ministro da Fazenda nos governos Costa e Silva e Médici (1967-1973), explicitado em um discurso de improviso na terceira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAP).

fortemente inflacionário consistiu na instituição da correção monetária a posteriori¹⁰⁹, elemento que foi capaz de proteger os agentes financeiros das flutuações proveniente da inflação (Neto, 2008). Em análise recente, o político trabalhista Ciro Ferreira Gomes (2020), em seu livro “Projeto Nacional: O Dever da Esperança”, viria a afirmar que a correção monetária representou no Brasil a maneira pela qual as classes mais abastadas protegiam seus ganhos da corrosão inflacionária, que tornaria-se um flagelo orientado quase exclusivamente aos setores mais pobres, sendo, portanto, um elemento de aprofundamento das desigualdades e de manutenção do *status quo* social.

É muito importante o brasileiro entender algo sobre esse nosso passado recente, algo que permanece nos destruindo até hoje. Inflação é doença de moeda, e como tal empobrece a todos. Por causa disso, ela sempre reúne em pouco tempo um consenso político no segundo de sua erradicação ou promove rupturas, tal como aquela que levou Hitler ao poder na Alemanha. Mas no Brasil tivemos três décadas de inflação acima de 20% sem nunca mexer no cerne da questão. Por quê? Porque nós inventamos uma moeda para os ricos que tinham excedente e estavam no sistema bancário: a correção monetária (que repunha primeiro mensalmente e depois diariamente as perdas da inflação). Enquanto isso, os pobres e a classe média ficavam com a moeda em espécie, que no fim do mês já tinha derretido em valor de compra ou como reserva de valor.

A inflação era tributo cobrado dos pobres e dado aos ricos. Ninguém remediado nesse país realmente tinha interesse pessoal no fim da inflação e de seu alimentador inercial, a correção monetária. Nunca nenhum manual de economia do mundo entendeu essa peculiaridade brasileira. Não há um paper que eu conheça produzido em qualquer academia respeitável que demonstre essa obviedade. A inflação no Brasil, ao contrário dos manuais, não era, como já disse, uma doença de moeda, mas sim uma negociata, como hoje segue a especulação financeira (Gomes, 2020 p.53/54).

Em plena ressonância com a característica subserviente do pensamento esguiano e com a vocação histórica da burguesia dependente e associada brasileira, o PAEG dedicou também atenção especial ao capital internacional. Se em 1955, através da instrução 112 da SUMOC elaborada por Gudin o governo de Juscelino acelerou a abertura econômica ao capital estrangeiro, durante 1964 e 1966, através do PAEG, o governo Castello Branco buscou intensificar esse processo sob contornos menos nacionais: a lei das remessas de lucro de Goulart que impunha limites ao capital estrangeiro foi substituída por arranjos jurídicos que lhes ofereciam ainda mais vantagens e incentivos. Diante da recente boa vontade estadunidense – elemento com o qual Goulart jamais contara – o governo brasileiro

¹⁰⁹ A lei n.º 4728/65 foi a responsável por estender a correção monetária aos ativos financeiros (depósitos a prazo, debêntures e etc). Ressaltamos também a importância da chamada “Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional”, que garantia aos detentores dos títulos da dívida pública a correção monetária, assegurando o funcionamento do sistema financeiro e os lucros dos agentes que dele participavam (Simonsen, 1970).

intensificou a tomada de empréstimos, que no período ofereciam condições muito vantajosas. (Bastian, 2014).

Se entendemos o capital estrangeiro como uma autêntica *verticalidade* (Santos, 1996) – na medida em que este se configura como uma ordem externa que adentra as fronteiras nacionais e subordina o espaço local de acordo com interesses exógenos – precisamos compreender simbiose da burguesia brasileira em torno desse capital como uma expressão das chamadas *horizontalidades* (Santos, 1996), na medida em que a produção cotidiana local passa a se dar de forma associada a esse capital externo, sendo a elevada capacidade de lobby dos interesses internacionais um elemento assegurador da reprodução desse modelo frente a vozes contrárias. É necessário considerar, também, que essa associação espúria que beneficia a minoria dos setores sociais e promove um padrão de desenvolvimento econômico dependente e excludente só pode se expressar através de tal forma e intensidade devido às *rugosidades* (Santos, 1996) nacionais historicamente constituídas, isto é, graças a tipologia burguesa brasileira, oriunda de um processo de desenvolvimento capitalista específico, caracterizado não apenas como “de via prussiana”, mas sim de “via prussiano-colonial” (Mazzeo, 2015).

As novas *horizontalidades* que se intensificavam, pautadas pela crescente associação e submissão ao capital estrangeiro mostravam-se infrutíferas para a maior parte da população, visto que os trabalhadores – já acostumados com uma relativa participação política e com a possibilidade de realização de certas demandas através do voto e da pressão exercida pelos movimentos sociais – estariam excluídos em definitivo do processo político e sujeitos ao arrocho salarial que, ainda que fosse implantado gradativamente, representava a brutal redução do poder de compra no médio e longo prazo. Para que o “novo” padrão de acumulação pudesse ser instalado, a violência antidemocrática de Estado precisou ser exponencialmente elevada a fim de sufocar qualquer tipo de dissidência, revelando a profundidade do reacionarismo presente no interior da burguesia brasileira (Dreifuss, 1981; Ianni, 1981).

Munido de aparatos modernos característicos da consolidação de um meio técnico, o controle social estabelecido pela burguesia através dos militares no período da ditadura empresarial-militar em muito supera as formas de controle exercidas pelas antigas burguesias oligárquicas, sendo o SNI um grande exemplo desse domínio. Segundo Dreifus (1981) o SNI,

sob a liderança do General Gouberty do Couto e Silva¹¹⁰, configurou-se como uma grande agencia central de informações e um conselho de assessoria para a formulação de diretrizes políticas nacionais, tornando-se – em sintonia com o IPES – um centro influente capaz de formular diretrizes para todas as áreas da vida social, política e militar brasileira, com vastas informações sobre o interior dos ministérios, de autarquias, órgãos administrados pelo governo, movimentos sociais e outros segmentos da população.

Sob o pretexto da “segurança nacional” toda ação era permitida ao SNI e toda medida era legítima perante os governantes militares, desde o estabelecimento dos autocráticos atos institucionais (AIs)¹¹¹ até o levantamento de dados, prisões e tortura de rivais reais ou potenciais ao regime. O poderoso aparelho repressivo formado no período ditatorial, ao qual o SNI faz parte, tornou-se condição indispensável para a continuidade do regime, visto que este possuía como característica central a promoção da superexploração proletariado rural e urbano em benefício do capital monopolista comandado pelo imperialismo, elementos apenas possíveis diante de um Estado altamente repressor (Ianni, 1981 p.242).

Após a morte de Castello Branco, em julho de 1967, antes do cumprimento de seu “mandato”, eleições indiretas foram realizadas, culminando na ascensão do general Artur da Costa e Silva. De acordo com Guerra (2019), diferente de Castello Branco, Costa e Silva não fazia parte da chamada “escola da Sorbonne¹¹²”, ou “linha branda”, a fração dos militares considerados “moderados” e intelectualizados que vislumbravam a ditadura como uma rápida intervenção cujo propósito estaria em frear a “ascensão comunista” e colocar o Brasil “em ordem”. De acordo com o autor, Costa e Silva pertencia a um grupo distinto, que veio a ser conhecido como “linha dura”, composto por oficiais que entendiam que o destino do país estaria mais bem assegurado nas mãos dos militares, devendo a ditadura se estender indefinidamente em contraposição as debilidades do poder civil, que deveriam ser duramente combatidas (Svartman, 2006; Guerra, 2019).

No período iniciado pelo General Costa e Silva a ditadura ganhou seus contornos mais violentos, escancarando a autocracia das elites brasileiras e esculpindo-se na história como

¹¹⁰ De acordo com Dreifuss (1981) a maioria dos presidentes militares fizeram parte do SNI, como foi o caso de Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Tal fato revela o grau de importância do SNI para o estabelecimento da forma de governar engendrada pelos militares e pela burguesia brasileira.

¹¹¹ Ao longo da ditadura militar brasileira, 17 atos institucionais foram sancionados, ampliando sobremaneira os poderes do poder executivo, garantindo hegemonia decisória a ditadura empresarial-militar (Richter, Farias, 2019).

¹¹² O termo “Escola da Sorbonne” se deu devido ao fato desse grupo de militares possuírem, geralmente, formações intelectuais mais robustas e um perfil mais “moderado” em relação à repressão popular à respeito de qual deveria ser a extensão dos governos militares (Guerra, 2019).

“os anos de chumbo”. A crescente resistência da sociedade civil ao regime, seja através da luta armada ou pela via institucional encabeçada pela igreja católica, pelas ligas camponesas no campo e pelas lideranças democráticas urbanas excluídas do novo circuito de poder – como Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda¹¹³ e João Goulart – que viriam a compor a chamada Frente Ampla foram respondidas com o aumento da violência e o endurecimento do regime. (Reis Filho, 2000; Dreifuss, 1981; Ianni 1981).

Visando combater os opositores durante os anos de chumbo (1968 – 1974) o general Costa e Silva seria responsável pelo estabelecimento do AI-5, que autorizava o presidente da república em exercício, em caráter excepcional, decretar o recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender por até dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, confiscar bens considerados ilícitos a garantia do habeas-corpus, sem qualquer tipo de apreciação judicial. Na prática, a ditadura militar acabaria por eliminar toda restrição aos seus poderes de intervenção, que somados aos sistemas técnicos de vigilância, culminaria no domínio mais absoluto das elites em relação ao proletariado na história nacional. (Dreifuss, 1981; Ianni, 1981).

A partir do AI-5 o restante das forças populares foram desmanteladas, iniciando um verdadeiro processo de criminalização da sociedade civil (Ianni, 1981). Os direitos dos representantes políticos do proletariado foram cassados e a tortura e o desaparecimento de militantes tornaram-se elementos comuns no cotidiano brasileiro. Posteriormente, sobre o lema “Brasil, ame-o ou deixe-o” diversas figuras proeminentes – com destaque para os intelectuais – foram deportadas do país, sob o pretexto de que suas discordâncias em relação ao regime configuravam uma traição à pátria. (Reis Filho, 2000). A nação era, portanto, ferreamente esterilizada de qualquer resistência, real ou imaginária, à nova ordem burguesa que se estabelecia (Dreifuss, 1981; Ianni, 1981; Reis Filho, 2000).

Com a morte de Costa e Silva em dezembro de 1969, com apenas dois anos de exercício do poder, seu legado sangrento seria assumido pelo general Emílio Garrastazu Médici, também componente da chamada “linha dura”, que seguiria rigorosamente os passos de seu antecessor, tanto em termos de repressão política como na condução econômica da nação, garantindo a continua submissão e rebaixamento dos salários aos extratos sociais mais pobres e a garantia de lucros as camadas mais abastadas (Ianni, 1981; Macarini, 2000).

¹¹³ Paradoxalmente, tanto a igreja católica como Kubitschek e Lacerda apoiaram a instauração do regime militar, acreditando na promessa que este duraria apenas por um mandato, o suficiente para resolver o problema inflacionário e conter as “ameaças comunistas” cujas greves seriam parte de sua expressão (Reis Filho, 2000).

Sob os governos de Costa e Silva e principalmente de Médici, a economia política da ditadura adquiriu novos contornos, nos quais os elementos liberais que nortearam a política de Castello Branco foram substituídos por concepções positivistas, típicas da formação militar, que jamais adotara plenamente o pensamento liberal. A direção econômica foi atribuída a Delfim Netto, que trouxe ao governo concepções econômicas heterodoxas bastante similares às que nortearam o governo de Kubitschek, o que revela – em nossa leitura – a hegemonia da psicosfera desenvolvimentista no território brasileiro, que mesmo diante de lampejos liberais, persiste desde os anos de Getúlio Vargas (Macarini, 2000).

A partir do diagnóstico de Delfim Netto e Hélio Beltrão, a inflação deixou de ser entendida como um fenômeno puramente ligado à demanda, sendo agora diagnosticada como uma inflação também ligada aos custos, ou seja, com íntima relação com a oferta, uma concepção que apresenta certa aproximação ao estruturalismo cepalino. Sendo a inflação brasileira uma inflação ligada aos custos, seria necessária a modificação das estruturas produtivas nacionais, eliminando gargalos produtivos através de sólidos investimentos (Macarini, 2000).

Atualmente é difícil aceitar-se que um excesso de demanda possa ser a explicação única para a inflação brasileira. A existência simultânea de elevação geral de preços e estagnação demonstra uma inconsistência no diagnóstico da inflação de demanda, cuja característica principal seria o aumento de preços acompanhado de níveis elevados de utilização da capacidade produtiva (Delfim Netto, 1967).

A partir da nova concepção, sob liderança de Delfim Netto e Hélio Beltrão, surgiria o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), ainda sob o governo de Costa e Silva, mas que seria devidamente operacionalizado no período capitaneado por Emílio Médici. De acordo com Hermann (2005), o PED buscou a contenção gradativa da inflação e ao mesmo tempo impulsionar ao setor privado – tanto nacional como internacional – através do estabelecimento de grandes subsídios e demais incentivos a setores considerados estratégicos, com destaque para empreendimentos que visassem a diversificação produtiva ou possuísem foco no mercado internacional. O setor público, por sua vez, limitaria seus investimentos no fornecimento de serviços e ampliaria sua participação na construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento.

A ação direta do governo consistiu, em grande parte, no alargamento de seus investimentos através das estatais, concentradas majoritariamente nos setores de base. Nesse período o Estado brasileiro buscou não apenas financiar a construção da infraestrutura nacional e administrar preços de fatores de produção – como energia elétrica, derivados de

petróleo e muitos outros – visando o aumento da competitividade dos produtos brasileiros. Porém, como os subsídios dos fatores de produção e a construção de infraestruturas ampliavam a eficiência e a margem de lucro empresarial e eram financiados em detrimento da qualidade dos serviços públicos oferecidos à população e sob um contexto de arrocho salarial, houve a ampliação das disparidades sociais.

No que remete ao setor financeiro, por sua vez, o PED buscou estabelecer o controle direto da taxa de juros definindo tetos, manipulando os coeficientes e a composição dos depósitos bancários compulsórios e controlando o *spread* bancário¹¹⁴, o que acabou por tornar a taxa de juros um instrumento de incentivo a setores específicos, podendo inclusive ser negativa em termos reais para os investimentos produtivos. Visando a criação de um sistema bancário robusto o suficiente para financiar o grande volume de crédito demandado, o governo buscou também incentivar a concentração bancária¹¹⁵ a fim de ampliar a capacidade de escala e escopo¹¹⁶, gerando uma política favorável às fusões e incorporações bancárias (Kretzer, 1996).

Tal processo de concentração bancária no período pode ser devidamente observado nas tabelas 10 e 12, onde é possível constatar a drástica redução do número de bancos privados em paralelo forte expansão do número de agências totais e na porcentagem de participação nos depósitos.

Tabela 10: Brasil - Número de Bancos e Número de Agências - 1966 a 1974

Ano	Número de bancos			Número de Agências		
	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos	Total
1996	287	26	313	6.432	640	7,076
1998	196	28	224	5.810	2.081	7.891
1970	150	28	178	5.658	2.203	7.861
1972	100	28	128	5.640	2.263	7.903
1973	81	28	109	5.529	2.791	8.320

Fonte: Castiglione (2015) apud Paula (1998).

¹¹⁴ Grosso modo, trata-se da diferença entre os valores financeiros pagos pelo banco aos investidores para obter seus recursos e os valores cobrados pelos mesmos ao emprestar recursos.

¹¹⁵ De acordo com Motta (2010) tais incentivos consistiram em uma série de regulações que forçavam a concentração bancária e as incorporações, como exigências crescentes de capital mínimo para a atividade bancária, obrigação de possuir um volume de capital proporcional aos depósitos, restrição da abertura de novas agências e outras medidas explícitas implementadas através da chamada Comissão de Fusão e Incorporação de Empresa (COFIE).

¹¹⁶ Partia-se da concepção de que o elevado preço do crédito no setor privado bancário advinha de questões microeconômicas, ligadas à má gestão dos custos e ineficiência operacional. Logo, seria necessária a concentração bancária a fim de possibilitar melhor gerenciamento e capacidades de escala e escopo para empréstimos maiores, a juros mais baixos e prazos mais longos. Cabe ressaltar que a premissa que aponta a relação entre escala e juros menores não se mostrou real, sendo amplamente criticada em períodos posteriores por autores como Gremaud (1999) e Iago (1990).

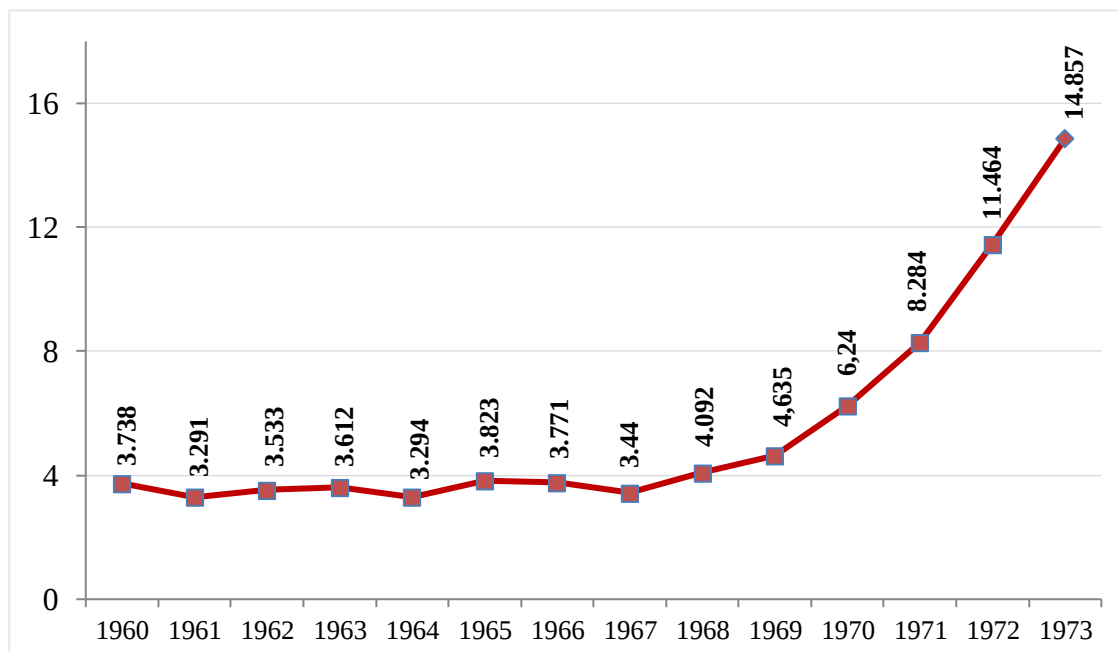
Tabela 11: Brasil - Participação dos bancos privados nos depósitos (%) – 1970 a 1975

Participação – depósitos (%)	Bancos Privados	
	1970	1975
Maior	9,5	16,3
5 Maiores	33,2	46,3
10 Maiores	49,3	67,0

Fonte: Castiglione (2015) apud Paula (1998).

No cenário internacional, após a década de 1960, o mercado de operações cambiais deixou de ser uma atividade financeira restrita e transformou-se em um grande nicho de negócios de empréstimos internacionais em dólar para governos e empresas, sobretudo públicas e transnacionais (Earp, Prado, 2003). Essa condição externa favoreceu a disponibilidade de liquides com juros baixos no cenário internacional que ao se somar com a busca do capital americano por aplicações mais rentáveis não submetidas a um teto de juros, especialmente em países em desenvolvimento e com governos alinhados ideologicamente, resultaria em um grande fluxo de capital para o Brasil que fez largo uso do capital internacional, sobretudo estadunidense, no desenvolvimento do I PND via captação de empréstimos e de investimentos diretos (Ianni, 1981; Hermann, 2011).

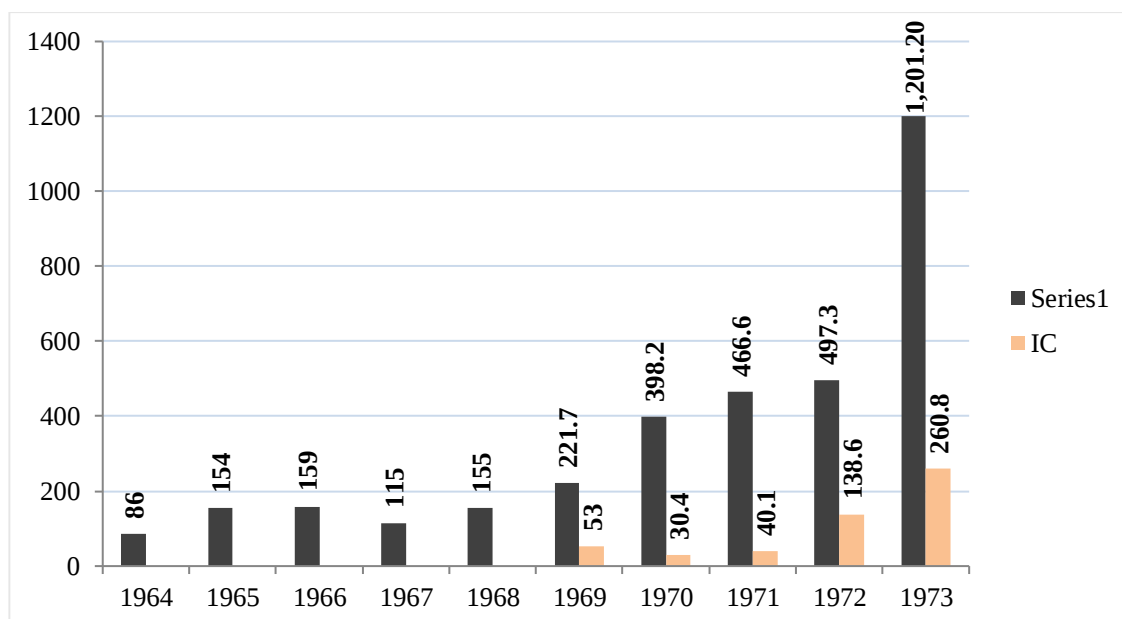
A reunião de tais elementos levou o governo durante a ditadura militar a fazer da poupança internacional seu principal instrumento de financiamento para as políticas desenvolvimentistas, aumentando o endividamento de forma exponencial, conforme pode ser observado através do gráfico 4 (Bresser-Pereira, Nakano, 2003).

Gráfico 4: Brasil - Dívida Externa Bruta - US\$ em Milhões - 1960 a 1973

Fonte: Elaboração do autor com base em IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acessado em: 10/11/2023.

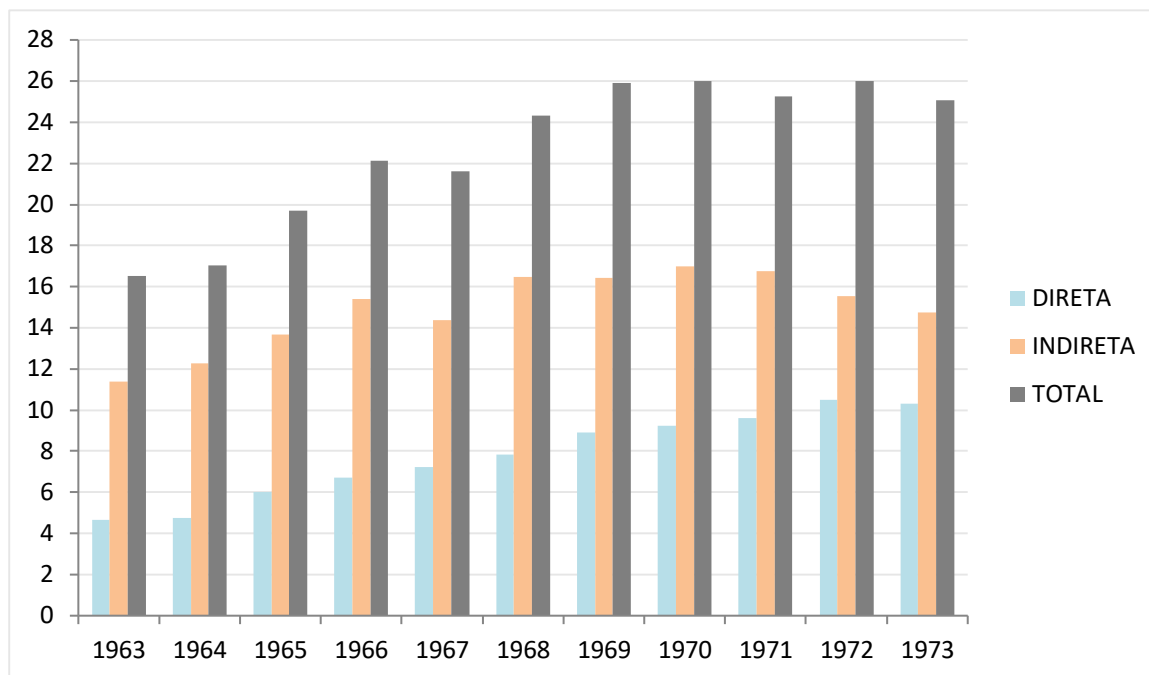
Convêm ressaltar que após as reformas do sistema financeiro realizadas durante o governo Castello Branco, após 1969 o Brasil passou a receber também investimentos em carteira, ampliando de forma considerável a participação do capital internacional em solo nacional. Tais investimentos – que cresceram exponencialmente principalmente após 1972, conforme pode ser observado no gráfico 5 – passaram a fazer parte da realidade brasileira e, apesar de contribuírem para o equilíbrio da balança de pagamentos, também tornaram a nação mais suscetível a crises devido ao perfil naturalmente volátil dos investimentos em carteira (Hermann, 2011).

Gráfico 5: Brasil - Investimento Direto Estrangeiro e Investimento em Carteira (em US\$ milhões) - 1964 a 1973



Fonte: Elaboração do autor com base em IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acessado em: 10/11/2023.

O pagamento da crescente dívida pública e o financiamento da maior parte da “conta” gerada pelas medidas desenvolvimentistas da ditadura continuaria a ser realizado pelos setores sociais menos abastados da sociedade brasileira, o que pode ser observado pelo crescimento da carga tributária exposta no gráfico 6, que manteve sua predominância sobre os impostos indiretos, isto é, sobre o consumo, que penalizam mais intensamente extratos sociais mais pobres. Trata-se, portanto, da adoção de um modelo de financiamento dual cujas fontes externas, os empréstimos, ampliam as relações de dependência, enquanto as fontes internas, os impostos, centram-se sobre os extratos mais pobres, consolidando e ampliando as divisões sociais que caracterizam o *status quo* estabelecido. O resultado é um modelo de desenvolvimento nacional que reflete as principais características da burguesia brasileira: a dependência econômica no campo internacional e o extremo reacionarismo na política interna.

Gráfico 6: Brasil - Carga tributária como proporção do PIB (%) - 1963 - 1973

Fonte: Elaboração do autor com base em IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acessado em: 10/11/2023.

Para a questão do campo, sob o pretexto de garantir a “segurança nacional” o governo Médici buscou desenhar um modelo de planejamento territorial que pudesse arrefecer os conflitos de luta pela terra e ao mesmo tempo integrar os “espaços vazios” da nação aos crescentes circuitos de valorização do capital. Nesse período foram arquitetadas as políticas de “desenvolvimento” para a região norte e centro oeste, que até então contavam com baixa densidade demográfica se comparadas às regiões sul, sudeste e nordeste (Ianni, 1978, 1981).

A região nordeste, onde as lutas pela terra no campo se ampliavam, foi entendida desde o princípio pela ditadura como a “região problema” problema no Brasil, sendo essa problemática uma das principais razões para o estabelecimento do golpe militar. A partir de sua concepção burguesa e dos elementos positivistas que lhes são próprios, os militares compreendiam que as ferozes lutas disputas pela terra não eram fruto da brutal concentração das mesmas, mas sim da má distribuição demográfica da nação (Neto, Neto, 2018; Ianni 1981). Logo, as políticas foram desenhadas com o intuito de promover a migração das populações de áreas de pressão fundiária para áreas com menor densidade demográfica, como a região Norte e posteriormente a região Centro Oeste (Neto, Neto, 2018).

Sob os lemas “integrar para não entregar” e “juntar a terra sem homens aos homens sem terra” um violento processo de expulsão e expropriação foi realizado nas áreas de

conflito pela terra, com destaque para a região nordeste, onde forças do Estado, em conjunto a forças paramilitares privadas¹¹⁷ dos latifundiários e empresários locais promoveram a tortura, assassinatos e verdadeiros massacres contra grupos de trabalhadores rurais, seringueiros, posseiros e indígenas (Neto, Neto, 2018). Em verdade, de acordo com Ianni (1981), na região nordeste as intervenções militares trataram-se de verdadeiro processo de destruição de qualquer vestígio democrático que se instaurava, principalmente no campo, visto que a politização e engajamento dos trabalhadores em sua luta por melhores condições de vida não só era intensa nas disputas locais cotidianas como também passava a se expressar na política partidária através do voto, como foi o caso da conquista de postos políticos importantes como em prefeituras, estados e na Câmara dos Deputados, através de candidatos como Miguel Arraes, Francisco Julião, Gregório Bezerra e muitos outros.

O entendimento a respeito da arcaica estrutura de classes brasileira – cujas elites se mostram radicalmente avessas a toda ascensão social e a qualquer vestígio democrático – era amplamente apresentado por tais lideranças populares, sendo explícito em seus discursos, tal como o de Gregório Bezerra a respeito dos conflitos no campo:

“O movimento camponês deu um pulo agigantado para frente. No meado do ano de 1963 conseguimos a aplicação do salário-mínimo para o campo, uma das nossas principais reivindicações. Com isto veio a luta séria porque chocava com os interesses econômicos do patronato habituado a pagar um salário de fome e de miséria, embora muitos dos usineiros compreendessem bem o problema e passassem a pagar o salário-mínimo. Aí passamos a lutar pela aplicação da legislação trabalhista e previdenciária não só para os assalariados, mas para todas as categorias de camponeses pobres. Houve mais luta, principalmente quando se tratava da mulher. Havia uma discriminação odiosa contra a mulher. O patronato rural achava que o simples fato de ser mulher não dava o direito a um salário integral, ainda que produzisse a mesma quantidade de trabalho, isto é, que davam a mesma jornada de trabalho. Achavam o maior absurdo: ‘Quem já viu mulher ganhar igual a homem?’ Isto provocou greves parciais em vários engenhos e fazendas. Íamos lá, discutíamos com o patrão, e nas situações de discriminação contra a mulher, as greves eram vitoriosas. Os recalcitrantes e desumanos eram obrigados não só a atender às mulheres como ao repouso semanal remunerado e ao descanso nos dias santos e feriados. Era a aplicação da legislação trabalhista e previdenciária ao campo. As mulheres camponesas sentiram que o sol havia nascido também para elas através dos sindicatos e do partido (Bezerra, 1979 p20 apud Ianni, 1980 p.187).

O objetivo, portanto, era recriar na região Nordeste, alvo de tensões e emancipação proletária as condições para a “normalidade” burguesa de superexploração da força de trabalho, que nesse momento era demandada pelas necessidades do capital nacional e internacional, caracterizado pela agroindústria e pelas modernas relações capitalistas que buscavam se assentar na região (Ianni, 1981; Neto, Neto, 2018). O discurso militar sobre as

¹¹⁷ Geralmente caracterizada por pistoleiros e jagunços, de acordo com Ianni (1981).

necessidades da “segurança nacional” e “integração nacional” em verdade mascaravam o interesse burguês de impedir qualquer tipo de reforma agrária, assegurar a superexploração e liberar novas zonas de valorização do capital, com deslocamento da fronteira agrícola para as regiões norte e centro oeste (Neto, Neto, 2018).

A partir da instituição do I PND, que em termos discursivos e de planejamento visava inserir o Brasil no rol das potências mundiais, ou ao menos estabelecer a nação como uma potência regional, houve o encaminhamento para a construção de infraestruturas e modernizações consideradas essenciais. Entre elas, esteve a construção de importantes vias como a BR-230, a BR-163 e a BR-364, ligando, respectivamente o estado da Paraíba ao Amazonas, o Rio Grande do Sul também ao Amazonas e São Paulo ao Acre, todas visando “levar os homens sem terra a terra sem homens” e abrir novos nichos de acumulação, ao exemplo dado por Kubitschek onde diversos empreendimentos privados foram realizados próximos aos novos eixos rodoviários, contando também com intenso processo de grilagem das “novas terras” (Neto, Neto, 2018).

Os Resultados dessas políticas consistiram em uma intensa migração para as regiões norte e centro oeste, com destaque para o Amazonas, onde a massa de expropriados de diversas regiões, principalmente do nordeste, entravam em intenso conflito com povos originários e enfrentavam enormes dificuldades para a realização econômica, mesmo a de subsistência (Ianni, 1981). Ao fim, devido às dificuldades enfrentadas, boa parte dos expropriados que dispunham de algum capital foram forçados a venderem suas terras e essas foram prontamente adquiridas por latifundiários e empresários – inclusive pelo capital estrangeiro¹¹⁸ – interessados na nova fronteira agrícola, especialmente em terras já previamente “amansadas” (Neto, Neto, 2018).

Paradoxalmente, enquanto o governo buscava remanejar a massa proletária ao interior da nação, se desenhava no Brasil a chamada “revolução verde”, fenômeno marcado pela intensificação da apropriação e exploração capitalista no campo, onde as modernizações tecnológicas internalizadas pelo Brasil desde a revolução de 1930 passaram a permear o campo, modificando a composição técnica e orgânica do capital no cenário rural, o que se

¹¹⁸ De acordo com Neto e Neto (2018), o capital estrangeiro oriundo do setor industrial, como as empresas Volkswagen e Bermerindus, passaram a investir em terras e gado desde o fim da década de 1960, usufruindo largamente dos benefícios fiscais promovidos pelo governo federal através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Como caso emblemático do conflito entre capital internacional colono e povos originários, os autores destacam o Projeto Jari, onde um empresário estadunidense, Daniel Ludwig tornou-se um dos maiores proprietários individuais de terras ao adquirir um imenso lote para a construção de uma fábrica de celulose na divisa entre os estados de Amapá e o Pará.

refletiu na reafirmação da monocultura latifundiária voltada para exportação, na maquinização do trabalho, no uso intensivo de novos agrotóxicos e de sementes transgênicas (Ianni, 1981).

Os dados a respeito da ampliação das áreas agrícolas irrigadas, características dos moldes “técnico-científicos” do período, revelam a dimensão da apropriação capitalista no campo e o deslocamento da fronteira agrícola em direção as regiões Nordeste, Centro-oeste e Norte durante o período militar:

Tabela 12: BRASIL: Evolução da área irrigada por grandes regiões (em ha) - 1960 a 1985

Ano	1960		1970		1985	
	Total	%	Total	%	Total	%
Norte	67	0,01	5.420	1,0	43.242	2,20
Nordeste	52.772	11,43	115.971	14,0	366.831	18,71
Centro-Oeste	2.027	0,44	14.579	2,0	63.220	2,22
Sudeste	116.285	25,19	185.183	23,0	599.564	30,59
Sul	290.399	63,00	473.663	60,0	886.963	45,25
Brasil	461.100	100,00	795.815	100,0	1.959.824	100,00

Fonte: Contel (2006).

Ao analisarmos as principais commodities exportadas, nota-se também a expansão do complexo da soja, que lentamente assume o espaço do café como principal gênero agrícola de exportação. Em uma leitura imanente do território brasileiro, podemos afirmar que através dos altos tributos pagos pelo “historicamente novo” em relação ao “historicamente velho” cristalizado no território, no campo brasileiro a antiga figura do arcaico senhor de engenho renasce sobre a forma do burguês capitalista “moderno”, não mais através do açúcar e do café, mas sobre a forma da *plantation* de soja, igualmente arcaica do ponto de vista social, mas moderna em termos de aparelhamento técnico, configurando a essência da chamada “modernização conservadora”.

Tabela 13: Brasil - principais commodities exportadas - 1967 a 1973

Ano	Café	Açúcar e álcool	Algodão	Papel e celulose	Petróleo e combinados	Carnes	Minérios	Complexo de Soja	Calçados e couro
1967	43,3%	5,1%	5,9%	0,1%	0,1%	0,7%	7,5%	2,4%	1,6%
1968	41,8%	5,6%	7,3%	0,1%	0,0%	1,7%	7,3%	1,3%	1,3%

1969	35,9%	5,3%	9,0%	0,2%	0,1%	2,5%	7,7%	2,2%	2,0%
1970	34,9%	4,9%	6,3%	0,3%	0,6%	3,0%	9,6%	2,5%	1,8%
1971	27,5%	5,6%	5,5%	0,7%	0,8%	4,9%	10,0%	3,5%	2,3%
1972	25,3%	10,5%	6,0%	0,9%	1,0%	5,0%	6,9%	7,2%	3,3%
1973	20,5%	9,6%	5,1%	1,0%	1,3%	3,3%	6,4%	15,2%	2,8%

Fonte: Elaboração do autor com base em Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/base-de-dados-bruta>. Acessado em: 06/01/2024.

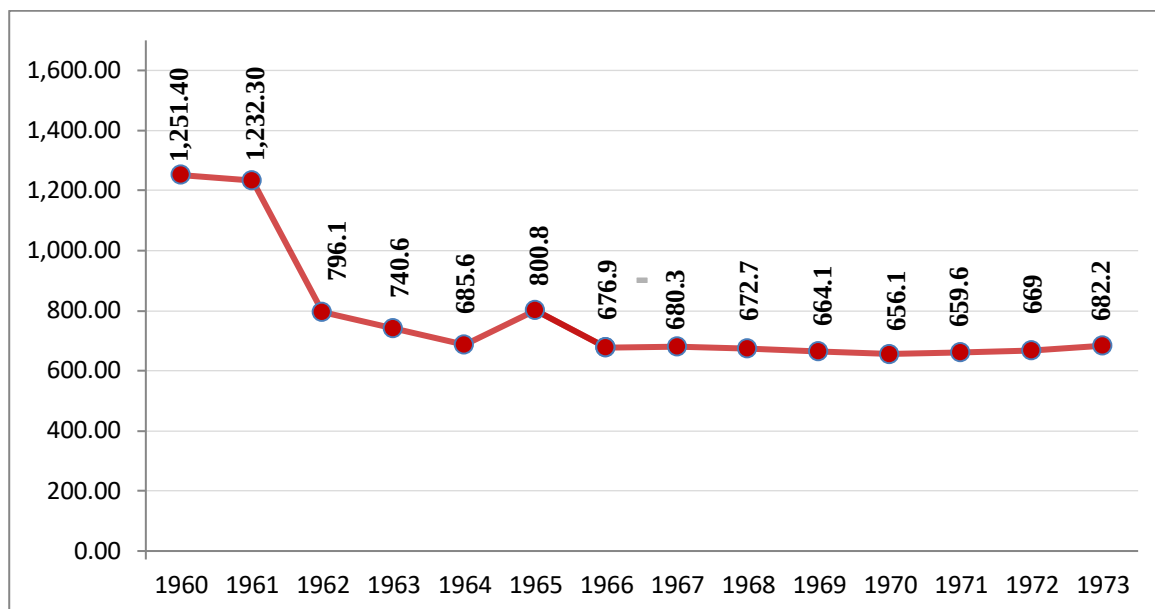
Tal como colocado, a modernização capitalista do campo brasileiro foi entendida como uma “modernização conservadora”, na medida em que o avanço tecnológico se consolidou desacompanhado de mudanças nas estruturas sociais, sobretudo as de propriedade agrária (Mafort, 2013). O resultado foi a ampliação do desmantelamento da agricultura camponesa de subsistência, a diminuição da oferta de gêneros agrícolas alimentícios em detrimento de commodities de exportação e um intenso processo de êxodo rural, onde a massa de expropriados do campo rumou em direção aos centros urbanos, agravando as condições já precárias de vida das cidades e a superexploração do trabalho urbano através da ampliação do exército de reserva. (Ianni, 1978, 1981; Mafort, 2013).

Não por acaso, nos anos de chumbo, em meio à repressão, ao caos e a pobreza generalizada, surge a partir dos presídios do Rio de Janeiro o chamado “Comando Vermelho” (CV), que viria a se tornar uma das maiores expressões do crime organizado no Brasil e na América do Sul, cuja lógica se espalharia também para outras regiões do Brasil, como para São Paulo, onde crime organizado nos anos 1990 tomaria a forma do chamado “Primeiro Comando da Capital” (PCC) (Amorim, 1993). Posteriormente, tais organizações criminosas nascidas a partir da repressão ditatorial, da profunda pobreza e desigualdade social ampliariam exponencialmente seu poder, permeando a política partidária, se infiltrando nas instituições e fazendo das massas urbanas empobrecidas, exploradas e marginalizadas uma fonte inesgotável de “soldados” passíveis de serem empregados em uma guerra sem fim contra o próprio aparato repressivo do Estado.

A somatória do aumento das expropriações no campo, da destruição do poder de compra dos salários, no aumento da carga tributária sobre a população pobre foi capaz de

tornar o Brasil uma nação ainda mais desigual, fato devidamente representado pelo índice de GINI, que passou de 0,497 em 1960 para 0,595 em 1970¹¹⁹.

Gráfico 3: Valor salário mínimo real - 1960 a 1973 - Valor do final do período de cada mês



Fonte: Elaboração do autor com base em IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acessado em: 10/11/2023.

O crescimento econômico – mesmo diante da ausência distributiva – foi estrondoso, com taxas médias de 11% ao ano durante o período de 1968 a 1973, sendo realizado com grande controle inflacionário e conferindo ao período a alcunha de “milagre econômico”. Os resultados vistosos reforçavam a narrativa de sucesso da administração militar-burguesa e lastreavam a promessa de que o Brasil caminhava em direção a tornar-se uma potência econômica não apenas regional, mas global (Ferreira Junior, Bittar, 2008).

Tabela 14: PIB a preços de mercado (variação real anual em %) e taxa de inflação (variação anual em % - IGP - DI) - 1968 a 1973

Período	PIB	Taxa de inflação
1968	9,8	25,5
1969	9,5	19,3
1970	10,4	19,5
1971	11,3	19,5
1972	14,0	15,7

¹¹⁹ Dados obtidos através do IBGE. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/> Acessado em 20/11/2023.

1973	11,2	15,5
Fonte: Elaboração do autor com base em IPEADATA. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx Acessado em: 10/01/2024.		

Segundo Tavares e Serra ([1996] 2000) o estrondoso desenvolvimento econômico do governo de Médici serve como referência empírica para a derrocada da tese de Furtado (1966), para qual o desenvolvimento econômico na periferia não poderia se realizar sem melhores níveis de distribuição de renda e sem a formação de um mercado interno efetivo. De acordo com Tavares e Serra (1996), o principal setor responsável pelo desenvolvimento no período do “milagre econômico” foi o setor de bens de consumo duráveis, que possuíam como alvo no Brasil as elites e a classe média, as principais beneficiárias da política de industrialização com concentração de renda, seja pelo aumento da taxa de lucro empresarial, pelos novos postos de trabalho que demandam alta capacitação ou pelos serviços consumidos pelos extratos mais altos, que devido ao rebaixamento dos salários tornam-se mais baratos, ampliando a capacidade de consumo dos setores abastados. Nota-se, para os autores, que o Brasil no período ditatorial não cresceu “apesar da desigualdade”, mas sim com base nas mesmas.

O padrão de acumulação capitalista do período de Vargas e Kubistchek, para que pudesse prosseguir, demandaria melhorias das condições de vida da classe trabalhadora na medida em que necessitava de um mercado interno amplo capaz de absorver parte significativa da produção industrial. Tais melhorias, expressas em melhores condições de trabalho e no aumento salarial no cenário urbano, e na luta pela terra e pelo crédito no cenário rural, eram disputadas devido à crescente conscientização dos trabalhadores e sua maior participação na política. Restou à burguesia interna dependente e associada, especialmente reacionária devido a sua via de entificação, interromper o processo e engendrar, ao lado dos extratos médios militares, um padrão de desenvolvimento altamente excludente, com centralidade das elites e da classe média e marginalização completa da maior parte da sociedade civil. Nas palavras de Florestan Fernandes¹²⁰ trata-se, a despeito do lema da bandeira brasileira, “ordem e progresso”, da realização do “progresso dentro da ordem” a única forma de desenvolvimento aceita internamente.

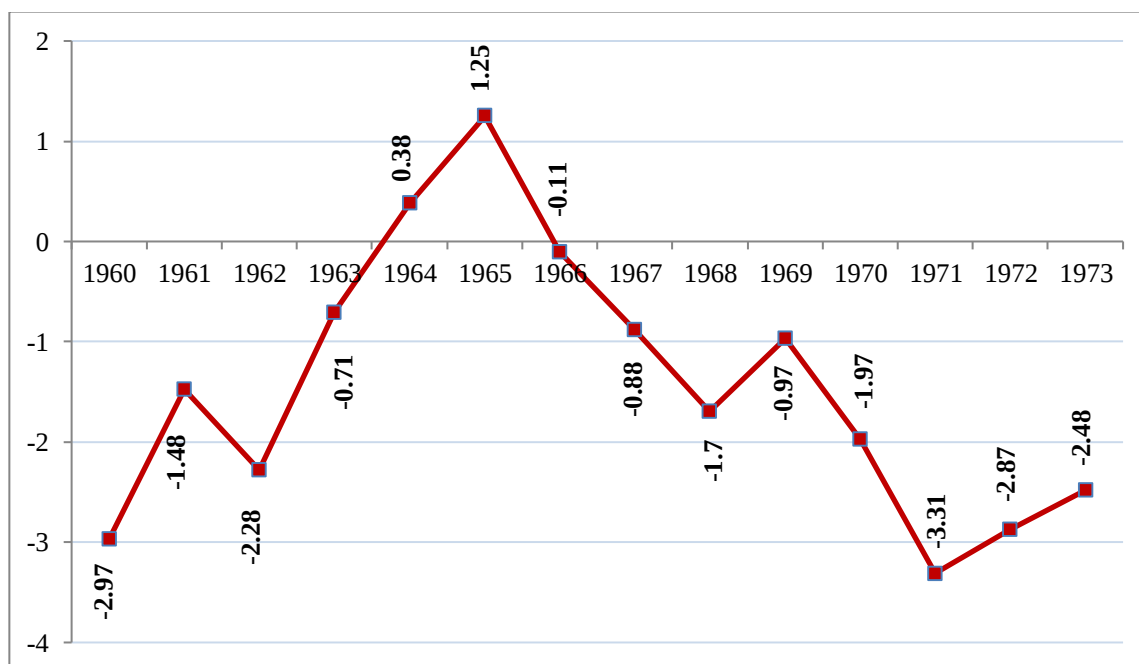
Apesar dos “bons resultados” do período caracterizado pelo milagre, a expressiva entrada de investimentos produtivos externos, ao contribuir para o crescimento econômico

¹²⁰ Embora as concepções teóricas estejam na obra “A Revolução Burguesa no Brasil” de 1975, os termos empregados em específico foram usados por Florestan Fernandes em sua clássica entrevista para o programa “Roda Viva” em 1996, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=okd2dQJA6r8>

gerou também uma maior demanda por importações de insumos, bens e recursos energéticos para efetivar a capacidade produtiva instalada nacionalmente, impondo pressões sobre a balança de pagamentos que passou a apresentar déficits devido à insuficiência da infraestrutura energética e da indústria de bens de capital nacional (Tavares, Belluzzo, 1998).

Para Tavares e Belluzzo (1998), a debilidade da indústria de bens de capital nacional conduzia a um modelo de desenvolvimento instável, pois os setores mais dinâmicos, como o de bens de consumo duráveis – e também o de bens de consumo não duráveis em certa medida e em menor grau – possui alta dependência do setor débil, no caso brasileiro o de bens de capital. Para os autores, além dos já citados impactos na balança comercial, ocorre também uma forte pressão inflacionária, visto que os bens não produzidos internamente precisam ser adquiridos no mercado internacional, cujos preços estão fora do controle nacional.

Gráfico 4: Brasil - Transações Correntes como Proporção (%) do PIB - 1960 a 1973



Fonte: elaboração do autor com base em MDIC. Disponível em: <http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior> Acessado em: 20/02/2024.

Frente a pressão imposta sobre a balança de pagamentos devido ao pagamento de serviços da dívida, a crescente importações maquinários e de recursos energéticos, sobretudo após o choque do petróleo de 1973, passou a existir entre os militares a concepção de que ainda restava ao Brasil a ampliação da indústria de base e a consolidação da indústria de bens

de capital, elementos necessários para a redução da dependência externa e consolidação do parque industrial nacional.

Após seu mandato, o incontestável Emílio Médici apoiou o general Ernesto Geisel, militar da “linha branda” ou “escola da Sorbonne” para sua sucessão. De acordo com Koonings (2010), apesar das diferenças de concepções – sendo Médici parte da “linha dura” – a escolha de Geisel se deu devido ao fato de que a esquerda revolucionária armada já ter sido devidamente desmantelada e a crescente percepção de que o terrorismo descontrolado de Estado se tornara um problema. Logo, a Geisel seria reservado o objetivo de conter os excessos da linha dura e melhorar a percepção popular à cerca do regime, lhes apresentando feições mais suaves do que as anteriores, elemento considerado importante para assegurar o apoio popular, sobretudo diante das novas dificuldades que se aproximavam.

O cenário internacional para o governo Geisel se mostrara mais hostil se comparado aos antecessores. De acordo com Tavares e Belluzo (1998), a economia internacional encontrava-se marcada pela crise do modelo de produção fordista, pelo término do ciclo de prosperidade encabeçado pela ordem de Bretton Woods e pelo fim dos pactos entre capital e trabalho firmados nas potências capitalistas centrais, onde as elevadas taxas de crescimento e as inovações tecnológicas territorializadas possibilitaram a construção de estados de bem estar social. As dinâmicas da economia mundial nesse período eram, portanto, incertas e pouco previsíveis.

Após assumir o poder, em março de 1974, Geisel, mesmo diante da incerteza do cenário internacional, ratifica seu compromisso de eliminar os gargalos produtivos da economia brasileira, completando o parque industrial nacional e reduzindo a dependência externa (Hermann, 2000). Nasceria sob seu governo o II PND, que objetivava o fortalecimento da capacidade técnica do território, sobretudo no que compete a indústria de bens de capitais, a indústria de base e a infraestrutura pública, com destaque para o setor energético (Guerra, 2019, Hermann, 2000).

Através do II PND, segundo Lessa (1998), os militares objetivavam inserir o Brasil no rol das potências desenvolvidas, conferindo uma nova chance ao processo de substituição de importações, marca do governo Vargas e Kubistchek. De acordo com o autor, através do II PND o crescimento econômico deveria ser encabeçado pela indústria de base através dos investimentos das estatais, buscando, em paralelo, beneficiar a produção da indústria nacional de bens de capital, que deveria buscar não apenas o mercado interno, mas também externo, modificando a pauta de exportação brasileira através da adição de bens de maior valor agregado. Nota-se, portanto, a tentativa do governo de reequilibrar o tripé desenvolvimentista

internacionalista, o reconstruindo o capital nacional para que alcance verdadeiro equilíbrio em relação ao capital internacional.

O ministro do Planejamento dos anos 1970 que esteve à frente da elaboração do II PND, João Paulo Reis dos Velloso, viria a afirmar:

“No panorama mais amplo da estrutura empresarial do país, cabe assinalar que, na evolução recente da economia nacional, tem resultado o espetacular aumento, em eficiência e dimensões, das grandes empresas estatais e a participação cada vez maior da empresa privada estrangeira, ao mesmo passo que relativa estagnação da empresa privada nacional. Urge, pois, cuidar do fortalecimento deste último setor empresarial, para que venha a ocupar o lugar de equilíbrio que lhe compete, até mesmo para maior conforto e estímulo aos outros dois setores, hoje praticamente em confrontação direta.” (Velloso, 1974 apud Lessa, 1998 p.20).

Segundo Suzigan (1988) o II PND promoveu maciços investimentos públicos – e também privados, em uma proporção menor – na indústria de insumos básicos, com destaque para a siderurgia, metalurgia dos não ferrosos, química e petroquímica, fertilizantes, cimento, celulose e papel, no setor de bens de capital, mais especificamente em materiais de transporte, máquinas, equipamentos mecânicos, elétricos e de comunicações, além dos setores ligados a infraestrutura, como a energia, os transportes e as comunicações. O objetivo era justamente o de completar o parque industrial brasileiro e criar capacidades de exportação, representando, nas palavras de Tavares e Lessa (1984, p.6) “um esforço de acumulação de capital e uma diversificação de estrutura industrial na direção da indústria pesada, sem precedentes na história da industrialização brasileira”.

De acordo com Lessa (1998), segundo as orientações do II PND, a mudança de estrutura econômica deveria estar acompanhada de uma reordenação espacial da economia, que buscava reduzir os desequilíbrios regionais aprofundados durante o período de Kubitschek. Sob a égide da “Integração Nacional” e “Ocupação do Universo Brasileiro” projetos estratégicos deveriam ser instalados em regiões periféricas e com baixo dinamismo econômico, capilarizando o desenvolvimento para os espaços vazios ou pouco povoados da nação, possíveis áreas de cobiça internacional.

Houve, portanto, intensa distribuição dos investimentos, tal como explicado por Lessa (1998 p.13):

[...] na grande mineração de ferro – Carajás/Pará; de bauxita – Trombetas/Pará; cobre – Caraíbas/Bahia; fosfatados – Patos/Minas; de potássicos – Carmópolis/Sergipe; nitrogenados – gás natural das plataformas continentais nordestinas e fluminense; carvão e pirita – Santa Catarina e Rio Grande do Sul; sal – domos salinos e salinas no Nordeste, etc. As plantas e os complexos industriais prioritários estariam localizados ou junto às jazidas ou em nós de transporte

potencializados pela exploração de tais recursos, notadamente em centros urbanos de regiões periféricas: grande siderurgia – Itaqui/Maranhão, Tubarão/Espírito Santo e as usinas mineiras Açominas e Mendes Júnior; metalurgia do alumínio – Trombetas/Pará; metalurgia do cobre – Camaçari/Bahia; complexo cloroquímico – Maceió/Alagoas; complexo cloroquímico e exploração de potássio – Sergipe; nitrogenados – Norte Fluminense; fertilizantes – Minas Gerais; carboquímica – Santa Catarina, etc. Outras prioridades ligadas a cimento, celulose e papel, etc. teriam seus projetos igualmente implantados em regiões periféricas onde jazidas de calcário e terras baratas para reflorestamento abririam caminho a novas unidades industriais pesadas, no Nordeste, no Sul da Bahia, no Norte capixaba, etc. A política de energia, por diversas de suas linhas de implantação, também tenderia a localizar projetos de alta prioridade em regiões periféricas e/ou de nova fronteira. Assim, os aproveitamentos hidrelétricos – Itaipu, Itumbiara, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingo, Salto Santiago, Tucuruí (articulado com o complexo minero-industrial de alumínio), São Felix – implicariam desbordamentos espaciais. Um amplo programa de pesquisa do potencial hidrelétrico da Amazônia reitera no longo prazo esse deslocamento. Xisto, prospecção de petróleo, PRÓ-ÁLCOOL e carvão igualmente apontam, ainda que sem tanta nitidez, para a perspectiva de um desbordamento espacial. Tudo isto indica uma diretiva política de desconcentração espacial.

Ao priorizar as porções pouco exploradas economicamente do território, o II PND colocaria São Paulo – com exceção do setor de bens de capital, para qual a tal região seria indispensável – em segundo plano. Tal medida, para Lessa (1998) se deu não apenas buscando a redução das disparidades regionais, mas também o não agravamento das condições das precárias condições de vida dos complexos urbanos do país, já saturados devido a alta concentração de estabelecimentos industriais e elevada densidade demográfica.

Nas análises do discurso de João Reis Velloso (1978), é possível notar que o II PND, para além dos objetivos de eliminar estrangulamentos produtivos e inserir o Brasil no rol das potências mundiais, ia para além de um projeto meramente técnico, portando em sua concepção uma concepção ideal de sociedade, que apesar de se desenhar em um regime autoritário, carregava a essência social democrata:

Quatro anos após a operacionalização do projeto, em seu livro “A Solução Positiva”, Reis Velloso, ao tratar sobre a concepção por trás do II PND, afirmaria:

“Como se deseja uma sociedade democrática, de economia de mercado e socialmente justa, o que importa é a vivência do sistema, para evitar que, pela ausência de regras do jogo, os mais fortes, ou menos escrupulosos, usem a liberdade em seu benefício, e os fins da sociedade fiquem sacrificados pelas distorções geradas. Nas sociedades democráticas modernas, dentro de suas características próprias, substitui-se o capitalismo selvagem, em que os fortes dominam os fracos e os pequenos – a lei da selva, em concorrência desenfreada – pelo neocapitalismo. Ou capitalismo social, capitalismo moderno, economia moderna de mercado, ou animal semelhante. (Velloso, 1978, p.32).

A maior participação do capital nacional, visto como essencial ao projeto de nação pretendido, deveria ser alcançada através de um reequilíbrio entre as três formas de capital

dominante presentes nesse período. De acordo com Lessa (1998), o pujante capital estatal deveria restringir-se à responsabilidade estratégica, às funções públicas propriamente ditas, como segurança e justiça, áreas sociais como educação, saúde e previdência social e aos setores de infraestrutura econômica como transporte, energia e comunicações.

O capital nacional, por sua vez, deveria ser fortalecido, sendo estimulado a formação de grandes complexos empresariais através de fusões e aquisições, devidamente estimuladas pelo governo principalmente nas áreas de infraestrutura, comercialização urbana e sistema financeiro, compatibilizando tais formações com políticas de distribuição de renda (II PND, p.47). Nesse sentido, a aposta de Delfim Netto no governo de Médici para o fortalecimento do capital nacional esteve nos grandes bancos comerciais, que através de sua política de fusões, aquisições e assimilação de atividades não bancárias deveria converter-se em conglomerado financeiro-industrial, tornam-se capaz de realizar a mobilização e centralização de capitais na escala requerida para o devido equilíbrio do tripé (Lessa, 1998).

O resultado, entretanto, não se apresentou da forma como esperou Delfim Netto. De acordo com Carneiro (1990) e Lessa (1998) os grandes grupos financeiros não apresentaram interesse em tais tarefas, restringindo-se a atuação por posições cartoriais de repasse de fundos públicos oriundos de poupanças compulsórias e de poupanças captadas no exterior, operações de mera intermediação financeira – especialmente de curto prazo, participação em esferas de especulação e etc, elementos que incomodaram profundamente o governo militar, que durante o governo Geisel, em 1974, chegou a impor um tratamento disciplinar no caso Halles e Lume através do desmonte do conglomerado financeiro-industrial Banco União Comercial (BUC).

Em nossa leitura, tais elementos tratam-se do confronto entre as lógicas desenvolvimentistas presentes no interior do setor militar do governo, que chocam-se com as rugosidades territoriais historicamente construídas, expressas no perfil dependente e associado da burguesia interna, inapropriada ideologicamente e tecnicamente para encabeçar o desenvolvimento nacional, preferindo, devido à natureza histórica de sua formação, atividades de menor expressão, seguras e subalternas a capitais mais pujantes de origem internacional. A não compreensão da natureza da burguesia interna, isto é, das rugosidades nacionais – visto que o território não pode ser entendido como mero aglomerado técnico, mas também de dinâmicas sociais – conduziram tanto o governo de Médici quanto o de Geisel a atribuírem papéis ao capital nacional que, devido ao seu perfil dependente associado – avesso a chamada “ordem social competitiva”, nos dizeres de Florestan Fernandes (1975) – dificilmente poderiam ser executados de forma satisfatória.

De acordo com as diretrizes do II PND, o fortalecimento do capital privado, sobretudo da indústria de bens de capitais, se daria através dos estímulos gerados pela indústria pública de base, o principal setor indutor da dinâmica econômica. Para Lessa (1998), o aumento dos investimentos no setor de base garantiria os insumos necessários à consolidação da indústria nacional e as robustas compras governamentais do setor público, ao priorizarem o capital nacional, garantiriam sua demanda e suas condições de desenvolvimento. Logo, a mudança de estrutura produtiva se daria através da simbiose entre setor público de base e o capital nacional, que seria atraído através da promessa de virtuosos lucros advindos da associação.

De acordo com Lessa (1998), devido à ausência de capacidade ociosa, que foi devidamente ocupada pelo crescimento econômico oriundo do período do “milagre”, o capital nacional realizou volumosos investimentos visando ampliar a capacidade produtiva e atender a prometida por máquinas e equipamentos para o setor público, em muitos casos mais do que duplicando suas plantas industriais. Entretanto, a inauguração das capacidades ampliadas correspondeu exatamente com uma larga mudança no cenário internacional, que já vinha se desenhando desde o início da década de 1970, conforme apontado por Tavares e Belluzzo (1998).

De acordo com Hermann (2005), a principal forma de financiamento do II PND esteve na arrecadação do Estado via carga tributária e nos empréstimos internacionais. Porém, alta liquidez encontrada no cenário internacional em 1974 – devido aos petrodólares depositados nos EUA pelos países da OPEP que foram distribuídos pelo mundo em busca de investimentos lucrativos – foi alterada pela mudança na política estadunidense¹²¹, que passou a elevar suas taxas de juros para financiar seus crescentes déficits públicos, promovendo um efeito arrasador nas economias do terceiro mundo desde meados da década de 1970 até o fim da década de 1980 (Dos Santos, 1993).

Tabela 15: Brasil - crescimento da dívida real e dos serviços anuais da dívida e déficits na balança de pagamentos (transações correntes como proporção do PIB) - 1972 a 1980.

Ano	Taxa de Juros EUA	Dívida externa total, inclusive de curto prazo (em	Serviços anuais da dívida (em bilhões de US\$).	Balança de pagamentos (transações
-----	----------------------	--	---	---

¹²¹ De acordo com Tavares (1985) tratava-se da chamada “diplomacia do dólar forte”, em os EUA, acuados pela indústria europeia e japonesa no campo comercial, necessitaram impor sua primazia por meio da finança, aumentando a taxa de juros com a dupla finalidade de frear o desenvolvimento dos países capitalistas do centro e provar a hegemonia do dólar mesmo na ausência do lastro, que encerrou a ordem de Bretton Woods. O aumento exponencial da taxa de juros estadunidense gerou como efeito a destruição das economias da periferia capitalista, sobretudo as da América Latina, que possuíam alta dependência do capital estadunidense.

bilhões de US\$)				correntes como proporção do PIB)
1972	0,5%	14,9	4,4	-2,87
1973	0,9%	18	6	-2,48
1974	1,4%	24,8	6,7	-6,8
1975	1,9%	29,1	6,5	-5,39
1976	2,0%	33,4	8,1	-4,17
1977	2,4%	44,6	9,9	-2,72
1978	3,3%	54,5	11,9	-3,47
1979	5,3%	60,8	14,9	-4,79
1980	7,5%	77,5	13,1	-5,4

O demasiado aumento da dívida pública e os problemas na balança de pagamentos forçou o governo a uma mudança de rumos. A elevada inflação do período, que além da influência internacional também foi compreendida por Simonsen como ligada à demanda – visto que a taxa de investimentos do período chegou a atingir 23%, sendo necessária alcançar o patamar de 35% para efetivar o projeto em sua totalidade – levou o governo a contenção dos gastos públicos e a limitação do crédito, tornando o II PND, na prática, um conjunto de letras mortas (Lessa, 1998; Carneiro, 1990). Caberia, entretanto, decidir onde seriam distribuídos os cortes, vistos que as prioridades do governo eram distintas das prioridades do capital privado nacional.

Segundo Lessa (1998), em 1976, a revista Exame realizou uma sondagem consultando importantes empresários e Ministros de Estado sob suas respectivas escalas de prioridades¹²², cujos resultados apontaram para as diferenças entre as prioridades do empresariado nacional e do governo:

Quadro 1: Prioridades de investimentos de acordo com empresários e governo - 1976

Segundo empresários		Segundo ministros	
Itaipu	95	Prospecção de Petróleo	27
Ferrovia do Aço	93	Expansão da	27

¹²² A respeito da ponderação e ao universo de “escolhedores”, segundo Exame (13/10/1976 p.13) apud Lessa (1998 p.81) “O cálculo dos pontos obedeceu ao seguinte critério: foram conferidos 10 pontos para o programa escolhido como o mais importante e, sucessivamente, de 9 a 1 pontos para as demais escolhas, pela ordem de importância. Houve casos de escolha múltipla em apenas três dos 12 empresários consultados e em um dos três ministros. Foram consultados diretores das seguintes empresas: Bergamo, Brown Boveri, CBPQ, Cobrasma, Confab, Conforja, Construtora Alcindo Vieira, Ecisa, Heleno & Fonseca, Santa Matilde, Ultra e uma grande empreiteira que solicitou anonimato. Foram também consultados os Ministros Reis Velloso (Planejamento), Quandt de Oliveira (Comunicações) e Severo Gomes (Indústria e Comércio).”.

		Siderurgia	
Expansão da Siderurgia	88	Transportes Urbanos	24
Prospecção de Petróleo	82	Saneamento Básico	22
Programa Nuclear	79	Ferrovias do Aço	16
Saneamento Básico	79	Telecomunicações	14
Transportes Urbanos	79	III Pólo Petroquímico	13
III Polo Petroquímico	60	Programa Rodoviário	11
Programa Rodoviário	46	Programa Nuclear	10
Telecomunicações	38	Itaipu	9

Fonte: Exame (13/10/1976 p.13) apud Lessa (1998 p.81).

Em 1979, em decorrência da revolução iraniana e da guerra entre Irã e Iraque, a oferta de petróleo global sofre drástica redução, acarretando em uma nova explosão dos preços e no segundo choque do petróleo em terras nacionais. O choque de origem externa afetou sobremaneira a economia brasileira, agravando drasticamente as restrições externas e processo inflacionário, eliminando de vez as possibilidades de retomar o II PND nos moldes originais propostos (Lima 2009).

De acordo com Lessa (1998), Almeida e Belluzzo (2002), a limitação do crédito e os cortes nos investimentos prometidos pelo governo despertaram uma verdadeira rebelião empresarial, principalmente por parte do setor de bens de capital, que já havia efetivado virtuosos investimentos sob a promessa de determinadas garantias do Estado, como o fornecimento de insumos e as compras governamentais por meio das Estatais. A burguesia nacional, endividada, descontente e, sobretudo, acostumada a ter seus lucros assegurados pelo Estado, diante da recusa do mesmo a recompor suas perdas recorre novamente a sua natureza patrimonialista, voltando-se contra o setor militar do governo, aproveitando-se do período de crise e do crescente descontentamento popular para clamar pela redemocratização, através da qual poderia retomar o Estado e projetar seu poder de forma direta, sem as incômodas mediações desenvolvimentistas (Lessa, 1998; Ianni, 1981).

Quem enganou quem? O Estado-Príncipe teria passado intencionalmente um “conto do vigário” na indústria nacional de bens de capital? Este segmento empresarial traiu a mão benfazeja do Príncipe? Será apenas a história de um engano, a crônica de uma frustração. É a mesquinha história da fração empresarial que, embaída pelo coro de sereia da majestática proclamação – o II PND – e outorgada de sucessivas mercês, construiu seus palácios, reformou seu guarda-roupa e em 1976, sem carta de nobreza, diante do risco de perder seus palácios, assume vingativamente uma posição contra a Corte. Creio que nisso há um grão de verdade (Lessa, 1998 p.50).

Após a gritante derrota nas eleições de 1974, para assembleias estaduais, Câmara dos Deputados e Senado Federal onde, em contraposição à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) elege 160 deputados para a Câmara, 22 senadores e alcança a maioria nas assembleias estaduais do Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, impossibilitando o setor militar do governo de garantir a maioria qualificada necessária para medidas de alto impacto (Nery 1975). Os impressionantes resultados eleitorais, somados ao aumento dos protestos populares e as rachaduras do apoio burguês, tornaram imperativa a concepção que Geisel – enquanto militar ideologicamente alinhado com a chamada “linha branda” – sempre possuiu: seria necessária a redemocratização e a formalização da entrega do Estado ao poder civil, em uma transição “lenta, gradual e segura”.

De acordo com Lima (2009) o II PND tratou-se da última grande iniciativa desenvolvimentista brasileira em direção à construção de uma nação industrial e, apesar de tornar-se um marco do “início do fim” para a ditadura e sua composição civil-militar, apresentou resultados satisfatórios do ponto de vista do avanço das capacidades produtivas nacionais, se considerarmos o contexto internacional da qual se inseriu, em meio aos dois choques do petróleo e a explosão dos juros estadunidenses.

Tabela 16: Brasil – PIB médio por Setores (variação real Anual em %) e taxa de crescimento anual (mundo e Brasil – variação real em %) – 1970 a 1979.

Agropecuária	4
Indústria de Construção	7,8
Indústria Extrativa Mineral	6,6
Indústria de transformação	6,4
Indústria de Eletricidade, Gás e Água	12,2
Taxa média de crescimento – Brasil	6,7
Taxa média de crescimento – Mundo	3,5

Fonte: Elaboração do autor com base em IPEADATA e IBGE - Estatísticas do Século XX.

Considerando que o II PND consistiu no último grande esforço industrializante, isto é, na última tentativa – ainda que burguesa, em grande parte – de inserir o Brasil no rol das potências centrais e conferir maior autonomia ao processo de desenvolvimento econômico, julgamos findar também nossa busca pelo detalhamento histórico do processo, pois os anos de João Batista Figueiredo, sucessor de Ernesto Geisel, seriam pautados quase que

exclusivamente pelo domínio das verticalidades imperialistas e por medidas de ajustamento contra a hiperinflação, sem, portanto, o estabelecimento efetivo de políticas territoriais de desenvolvimento econômico ou social (Belluzzo, Coutinho, 1983).

A partir dos anos 1980, a diplomacia estadunidense do dólar forte consolida de vez os altos juros – que chegaram a 12% nos anos 1980 – agravando sobremaneira a crise brasileira, já debilitada pelo segundo choque do petróleo. Nesse período verticalidades imperialistas encarnadas na forma do capital estrangeiro passam a dominar diretamente o Brasil através da escravidão creditícia, forçando a nação a recorrer a novos empréstimos do FMI e a consolidar-se como um polo massivo de transferência de recursos ao exterior através do pagamento de suas amortizações parciais (Belluzzo, Coutinho, 1983).

Para Belluzzo e Coutinho (1983), buscando manter os capitais especulativos dos investimentos em carteira – presentes no território desde 1969 – e reduzir a inflação, que já atingia incríveis 235% ao ano em 1982, o governo buscou manter um patamar elevado de juros, que comprometeu toda a produção. Tais ajustes ortodoxos, de acordo com os autores, também se expressaram no aumento da carga tributária, em um novo ataque aos salários e no aumento das tarifas dos serviços públicos para a população.

Os únicos setores que ainda contavam com o apoio do Estado foram os voltados para a exportação, que se tornaria a “galinha dos ovos de ouro” dos governos, em função de suas capacidades para internalizarem divisas passíveis de serem utilizadas para o pagamento da dívida pública (Lessa, 1998). Entretanto, mesmo em meio ao forte cenário recessivo, a ditadura empresarial-militar não deixou de realizar suas últimas garantias à burguesia interna brasileira, o que se expressou na estatização da dívida privada realizada através das empresas estatais, que as assumiram, trazendo para o Estado, isto é, para o conjunto da sociedade brasileira, o ônus completo dos equívocos não apenas públicos, mas também privados (Almeida, 1994; Cruz, 1995).

A redemocratização, por sua vez, de acordo com Skidmore (1988) foi gradualmente implementada pelos setores da “linha branda” em sintonia com as forças democráticas também “moderadas”, a partir de uma negociação “feita por cima”, ausente de um debate público amplo. Aos militares da chamada “escola da Sorbonne” era necessário conter a “linha dura” e garantir arranjos institucionais que impossibilitassem que os crimes cometidos durante o período ditatorial fossem punidos, enquanto para os setores democráticos mais acanhados e conciliatórios – ao qual Tancredo Neves foi figura destacada – interessava conter a sede de justiça dos grupos mais radicais e negociar os termos da redemocratização.

Nas palavras de Skidmore (1988 p.71):

No final, a liberalização foi o produto de um relacionamento dialético intenso entre o governo e a oposição. Os militares que eram a favor da abertura precisavam agir cautelosamente, por medo de provocar os “linha-dura”. Suas aberturas para a oposição estavam planejadas para tirar de campo os elementos “responsáveis”, demonstrando desse modo que havia moderados prontos para cooperar com o governo. Ao mesmo tempo, a oposição pressionava constantemente o governo para acabar com seus excessos arbitrários, e desse modo relembrar os militares de que seu papel não tinha legitimidade. Enquanto isso, os moderados da oposição tinham que recordar aos radicais que eles estariam nas mãos dos “linha-dura” caso se excedessem. Esse relacionamento político intrincado funcionou com sucesso por haver um consenso entre ambos, militares e civis, a favor de um retorno a um sistema político (quase) aberto. O que esse sistema poderia produzir para o brasileiro comum era, naturalmente, outra questão.

A burguesia brasileira, nesse escopo, compôs as fileiras da luta pela “redemocratização”, como se não fosse a própria força motriz para o golpe de 1964 e nem tivesse participado do governo ditatorial (Maciel, 1999). Logo, os militares arcariam sozinhos com o ônus político do estabelecimento da ditadura e por sua condução, enquanto o desenvolvimentismo viria a ser entendido como uma expressão do atraso e do autoritarismo vigentes no período (Skidmore, 1975; Maciel, 1999). Tais elementos foram fundamentais para o desmantelamento da psicosfera desenvolvimentista e o estabelecimento da hegemonia da psicosfera neoliberal no território a partir dos anos 1990.

De acordo com Florestan Fernandes (1975), estaria concluída, portanto, a “revolução burguesa” brasileira. Após o intenso desenvolvimento, as relações oriundas do modo de produção capitalista haviam se generalizado pelo território, alcançando as dimensões econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas, tornando-se hegemônicas no interior da nação ao subjugarem os elementos considerados “não capitalistas” ou “pré-capitalistas”. O “modesto ímpeto modernizador” (Fernandes, 1975) da burguesia nacional restringiu-se aos aparatos técnicos presentes no território, na medida em que estes são meios de reprodução de seu poder e domínio. As estruturas sociais, por sua vez, conheceram poucos avanços, a maior parte deles instituídos principalmente durante o governo Vargas – período de crise burguesa.

Os dados do IBGE a respeito do brutal número de brasileiros e brasileiras vivendo em condições de pobreza e indigência no período são inegáveis elementos de revelação desse processo de aprofundamento do status quo social:

Tabela 17: Número total de pobres e indigentes – em milhões e em porcentual (%) – 1977 a 1985

Ano	Número total de pessoas	Proporção total de pessoas
-----	-------------------------	----------------------------

	vivendo em condições de pobreza e indigência (em milhões)	vivendo em condições de pobreza e indigência (em porcentagem %)
1977	58,13	56
1978	68,44	64,4
1979	67,99	62,7
1981	72,79	62
1982	75,36	66,2
1983	93,51	76
1984	93,4	74,1
1985	82,05	62,9

Fonte: Elaboração do autor com base em IBGE, anuário estatístico do Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>

O saldo final do sonho desenvolvimentista, cujo projeto inicial consistia em emancipar a nação através do rompimento com a inserção externa subordinada, ao fim, devido às contas prestadas ao “velho”, isto é, devido às rugosidades territoriais brasileiras secularmente construídas, se resumiu a uma modernização predominantemente técnica, altamente excludente e incapaz de romper com os nexos de dependência. Nesse escopo, para que o “progresso” pudesse se dar sem o rompimento com o *status quo*, ao território foi instalada uma mecanização incompleta que se reflete na formação de um setor industrial moderno e dinâmico, direcionado para o mercado externo e para o consumo das elites e estratos médios nacionais, e um setor econômico débil, de baixa tecnologia e competitividade, voltado para o consumo de subsistência dos extratos sociais mais pobres (Tavares, 2000; Suzigan, 1988).

Configura-se, portanto, o que Milton Santos (1977) veio a chamar de “os dois circuitos da economia urbana”, comum a muitos países da periferia capitalista que se industrializaram tardiamente. O chamado “circuito inferior”, meio de realização de vida das camadas empobrecidas, circuito das feiras, dos taxis, dos pequenos estabelecimentos voltados para serviços básicos demandados pelo cotidiano, dos pequenos comércios e da pequena produção, sobrevive em uma ordem espacial imposta pelo grande capital, a partir das migalhas e brechas deixadas pelo “circuito superior”, pautado pelas grandes indústrias, pelos grandes bancos e pelas atividades hegemônicas de maneira geral (Santos, 1979; Silveira, 2013).

Em uma tentativa de analisar o território de forma imanente, ou seja, em seu movimento interno que se dá a partir de suas próprias contradições, nota-se que as antigas formas que eram típicas da configuração territorial engendrada pelo controle da burguesia oligárquica e pelo padrão de acumulação agroexportador, renovam-se após a industrialização, sob novas formas, mas com conteúdos similares. Os antigos engenhos de açúcar e as grandes

plantações de café renascem na forma das gigantescas *plantations* exportadoras de soja, enquanto os cortiços que abrigavam as famílias pobres e marginalizadas nos pequenos centros urbanos se agigantam assumindo a forma das grandes favelas, as quais a tecnocracia científica viria a chamar de “aglomerados subnormais”. Determinadas porções da burguesia agroexportadora passam a assumir a forma da burguesia industrial, enquanto largas frações do proletariado rural convertem-se em proletários urbanos, igualmente excluídos da participação da política, seja através da criminalização da sociedade civil no desenvolvimentismo autoritário ou pela criminalização da política no neoliberalismo hegemônico após os anos 1990.

A análise do período permite afirmar, também, que **tal padrão de desenvolvimento, não apenas ratifica as rugosidades territoriais, como também cria as condições para sua perpetuação** cujas principais características são a reprodução da dependência e a manutenção do *status quo*. Tal reprodução se mostrou possível nos anos 1990 devido, em grande parte, aos embriões nascidos no período desenvolvimentista, como o fortalecimento do capital financeiro através da política de concentração bancária, a constituição do rentismo enquanto forma privilegiada de acumulação no escopo das décadas de inflação e por fim, a destruição das políticas industriais no período neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições apresentadas nessa dissertação se deram a partir de um empreendimento teórico que compreende o espaço enquanto uma instância social e um elemento de determinação. No escopo dessa concepção moderna de espaço, onde o mesmo é concebido como um “híbrido indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos”, um elemento de dinâmica e condicionamento e não meramente como palco estático receptáculo da dinâmica social, nos interessamos em explicar de que forma tais determinações espaciais podem condicionar novas lógicas.

A partir de tal concepção de espaço e do entendimento do território como elemento ativo, elencamos a categoria “*formação socioespacial*” como elemento central de análise, pois se trata de uma ferramenta de método capaz de permitir a compreensão do território nacional como o resultado do acúmulo histórico material e social proveniente de distintos períodos, que se amalgamam de forma única, conferindo a especificidade das distintas nações. Pensamos ser esse acúmulo histórico cristalizado nas formas materiais e nas dinâmicas sociais que fazem do espaço geográfico um “prático-inerte” e daí sua capacidade de determinação frente a novas lógicas, visto que o historicamente novo jamais se especializa sem antes prestar contas ao historicamente velho.

Em meio a essas concepções sobre a dinâmica espacial, nos interessamos a respeito da história e das possibilidades de desenvolvimento econômico soberano e de emancipação popular no Brasil, nos propomos a compreender de que forma as determinações territoriais brasileiras foram capazes de formatar o projeto nacional iniciado nos anos 1930 por Getúlio Vargas, alterando-o de forma que o mesmo não fosse capaz de atingir seus objetivos originais centrais, como o desenvolvimento econômico soberano, o rompimento dos nexos coloniais caracterizados pela dependência externa e também a superação da pobreza – condição indispensável não apenas para um padrão de desenvolvimento econômico não excludente e de longo prazo, como também para o rompimento das relações coloniais.

Em nosso entendimento, tais determinações espaciais sobre o projeto nacional de desenvolvimento incidem de fontes internas e externas ao próprio território brasileiro e para que sejam devidamente captadas e expostas, julgamos ser indispensável uma leitura ampla e sobretudo dialética a respeito de alguns conceitos essenciais, mais especificamente sobre as concepções de *rugosidades*, *verticalidades* e *horizontalidades*.

Sobre o conceito de *rugosidades*, isto é, os acúmulos históricos herdados e cristalizados nas materialidades e dinâmicas territoriais que condicionam novas ações, apelamos para que seja entendida de maneira ampla, para além das abordagens que o restringem a elementos que se configuram como puras barreiras cartesianas depostas sobre o território. Para além de simples prédios e cordilheiras, as rugosidades são também *dinâmicas sociais* cristalizadas, que condicionam a dinâmica social presente de forma a facilitar ou impossibilitar a instalação de novas lógicas e materialidades. Entender as rugosidades como meros elementos cartesianos dispostos no território significaria ignorar a dinâmica espacial e relegá-la novamente a condição de mero acúmulo de trabalho morto.

A respeito do conceito de *verticalidades*, julgamos ser indispensável sua operacionalização, visto que se trata de uma ferramenta de método capaz de permitir a análise da subordinação dos espaços por lógicas exógenas, que frequentemente podem ser classificadas como imperialistas. Nesse sentido, apelamos para que o conceito de verticalidades seja pensado de uma maneira ampla e dialética, sem restrições temporais arbitrárias e fotográficas, como aquelas que buscam restringir seu uso apenas ao período da globalização, como se as subordinações espaciais encarnadas nas ações imperialistas e coloniais não houvessem sido gestadas em períodos pretéritos.

Como buscamos demonstrar, tais conceitos e categorias permitem entender como a *formação socioespacial* se desenvolve a partir de lógicas exógenas subordinadoras – as verticalidades – em associação com as lógicas internas cristalizadas historicamente no território – as rugosidades –, exercendo determinações sobre novas lógicas, moldando-as e criando novas *horizontalidades*, isto é, novos encadeamentos cotidianos pautados nas condições históricas apresentadas.

Deste modo, o projeto de desenvolvimento capitaneado por Vargas não correspondia aos anseios da burguesia hegemônica, cujas condições de reprodução econômica foram destruídas a partir do choque adverso dos anos 1930. Em verdade, o projeto desenvolvimentista do período Vargas pode ser compreendido como uma expressão das *horizontalidades* internas brasileiras, correspondendo aos anseios dos crescentes setores médios urbanos, dos setores militares ávidos por modernizações técnicas e institucionais, impossíveis no escopo do domínio da burguesia oligárquica e também dos extratos burgueses historicamente excluídos da chamada “política do café com leite”, cujo eixo central consistiu principalmente em São Paulo e Minas Gerais.

De acordo com nossa leitura, as principais *rugosidades* apresentadas pelo território brasileiro frente ao modelo de desenvolvimento proposto pelo projeto nacional de Getúlio

Vargas consistiram na estrutura de classes no interior da *formação socioespacial* em questão, onde a burguesia interna, devido a sua via de desenvolvimento do tipo “prussiano-colonial” apresenta grande extroversão à submissão internacional e extremo conservadorismo em relação à ascensão social interna das camadas mais pobres, elementos radicalmente contrários ao desenvolvimento econômico soberano e sustentável.

As principais *verticalidades*, por sua vez, consistiram na constante subordinação econômica realizada, sobretudo pelos EUA, através da exportação de capitais na forma de investimentos estrangeiros – sejam diretos ou em carteira – que, embora se apresentassem como economicamente positivos para a economia brasileira em um primeiro momento – na medida em que no curto prazo cooperavam para o equilíbrio da balança de pagamentos – carregam a essência da exploração, do controle e da subordinação, ampliando os nexos coloniais no longo prazo e configurando a forma moderna do imperialismo no período do capital monopolista, entendido por muitos como “o período da globalização”.

Após o choque adverso dos anos 1930, em meio ao momento de debilidade das burguesias agrícolas brasileiras centrais, o projeto nacional de desenvolvimento varguista foi capaz de construir um novo bloco de poder através da coligação com setores militares, urbanos e burguesias não hegemônicas, engendrando profundas mudanças na organização territorial, que se expressaram na construção da indústria de base, nas reformas institucionais responsáveis pela criação do corpo burocrático do Estado brasileiro, em reformas políticas que garantiram maior espaço para a participação popular na política e em garantias para o trabalho em relação ao capital. Trata-se, portanto, de um momento de construção de novas *horizontalidades* que apenas podem surgir e se espacializar na ausência do domínio férreo das arcaicas burguesias internas.

Constatamos, também, que o desenvolvimentismo encabeçado por Juscelino Kubistchek foi marcado pela relativa reestruturação das burguesias oligárquicas sobre a forma da crescente burguesia industrial e pela intensificação da influencia das *verticalidades* do capital estrangeiro, sobretudo estadunidense, – encarnadas na forma do investimento direto – em solo nacional. Apesar da exponencial tecnificação do território expressa através do chamado do “plano de metas”, a retomada da influência da burguesia interna e a ampliação do poder das *verticalidades* imperialistas foram os principais elementos na construção do que veio a ser o golpe de Estado de 1964, cujo objetivo consistiu em frear a crescente influência dos trabalhadores nos rumos do desenvolvimento – elemento de extrema repulsa por parte da burguesia interna brasileira – e realinhar a nação em direção à submissão estadunidense.

O período da ditadura empresarial-militar, portanto, representou um novo padrão político e econômico. A esfera política seria ferreamente comandada pela reconstruída burguesia interna em associação com o setor militar impondo a brutal repressão política e o desmantelamento das forças populares. No campo econômico, por sua vez, se estabeleceria um padrão de desenvolvimento altamente excludente, pautado na concentração de renda e no desenvolvimento de forças produtivas a partir da ampliação das *verticalidades* imperialistas que cresciam a partir da extração da mais-valia extraída da produção voltada para o consumo da burguesia e dos setores médios. Tratou-se, tal como apostado por Florestan Fernandes, do progresso “dentro da ordem”, isto é, o progresso técnico dentro do *status quo* social, a única forma de desenvolvimento econômico permitida pelas estruturas rugosas do território brasileiro.

Após as crises da dívida e o fim da composição militar-burguesa, chegaria o momento de a burguesia interna – reconstruída e fortalecida, principalmente sob a forma do capital financeiro e da acumulação rentista – tomar o poder de forma direta, longe dos incômodos desenvolvimentistas exigidos pelas frações militares, inaugurando um novo padrão de acumulação pautado na finança, na exportação de commodities agrícolas e na completa submissão externa que caracteriza o longo período de hegemonia neoliberal dos anos 1990 em diante.

Ao fim constata-se que, devido às determinações oriundas da combinação entre a intensa influência das *verticalidades* imperialistas em solo nacional e as *rugosidades* territoriais secularmente construídas – cujas principais características consistem no extraordinário reacionarismo da burguesia interna e em sua vocação à submissão externa devido a sua via de entificação – o projeto nacional de desenvolvimento, representante do “historicamente novo”, foi forçado a pagar altos tributos à estrutura “historicamente velha”, sendo deformado e deteriorado, de forma com que a brutal desigualdade social e os nexos coloniais, elementos que deveriam ser extintos, foram meramente atualizados, ainda que em novos termos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AUGUSTO, André Guimarães. **De Adam Smith a Von Mises: a decadência ideológica do liberalismo**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, p. 43-80, 2021.

ALMEIDA, Júlio Gomes de. BELLUZO Luiz Gonzaga. **Depois da queda—A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. **Crise econômica e reestruturação de empresas e bancos nos anos 80**. (Tese) Doutorado em Economia. Instituto de Economia da Unicamp, 1994.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Porto, afrontamento, 1984 [1974].

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

AMSDEN, Alice Hoffenberg. **A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia**. Unesp, 2009

ABREU, Marcelo de Paiva (ed) **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. São Paulo: Editora GEN LTC, 2020.

ARANTES, Flávio; LOPREATO, Francisco L. C. **O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do plano real ao segundo governo Lula**. Revista de Economia Contemporânea, 21(3), 2017.

ARANHA, Patrícia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. Terra Brasilis (Nova Série). **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 3, 2014.

BADARÓ, Murilo. **José Maria Alkmin: uma biografia**. Rio de Janeiro: 1996.

BAMBIRRA, Vania. Capitalismo dependiente latinoamericano. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO): Editorial Prensa Latinoamericana (PLA), 1973.

BAMBIRRA, Vania. Teoría de la dependencia: una anticrítica. México, D.F.: Ediciones Era, 1978.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64**. Editora Brasiliense, 1979.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnb. 2001.

BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Cassemiro. **A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica**. Geosul, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 271-298, 2016.

BASTIAN, Eduardo. **O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 43, p. 139-166, 2013.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington – a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Caderno Dívida Externa, nº 6, setembro. 1994.

BELLINGIERI, Julio Cesar. **A Economia no Período Militar (1964-1984): crescimento com endividamento**. Revista Hispeci & Lema, v. 8, p. 12-17, 2005.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. vols. 1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 23-59, 1981.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Eugênio Gudin**. Estudos Avançados, v. 15, p. 91-110, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988. (Série PNPE, n. 19)

BEHRING, Elaine Rosseti. **Otávio Ianni e a ditadura do grande capital**. IANNI, Otávio. A ditadura do grande capital. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

BOITO JUNIOR, Armando. **Vargas e a herança populista**. Politeia-História e Sociedade, v. 3, n. 1, 2003.

BOJUNGA, Claudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOTELHO, Marcelo De Azevedo. Entre A Doutrina Da Igreja E O Anticomunismo. Os decretos moralistas de Jânio Quadros em 1961. 2013.

BORGES, MARIA ANGÉLICA. **Bresser-Pereira & Eugênio Gudin: pensamento e ação**. Em busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira, p. 131, 2004.

BORGES, Maria Angélica. **As vias do desenvolvimento capitalista: clássica, prussiana e colonial**. História Econômica & História de Empresas, v. 2, n. 1, 1999.

BORÓN, Atílio. A questão do imperialismo. In: BORÓN, A; AMADEO, J; GONZÁLEZ, S. (Org.). A teoria marxista hoje Buenos Aires: Editora Expressão Popular, 2006.

BORON, Atilio. **Empire and imperialism: a critical reading of Michael Hardt and Antonio Negri**. Zed Books, 2005.

BLAUT, James Morris. **The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History**. New York: The Guilford Press, 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. **Inflação e Recessão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O segundo Consenso de Washington e a quase estagnação da economia brasileira**. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?** Pesquisa e Planejamento Econômico, 21 (1), abril 1991: 3-23.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Ideologias econômicas e democracia no Brasil.** Estudos avançados, v. 3, p. 46-63, 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia.** 2009

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil.** Editora FGV, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 42, p. 503-531, 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional.** Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio, v. 20, n. 3, p. 63-96, 2007.

BUNGE, William. **Fitzgerald: Geography of a revolution.** University of Georgia Press, 2022. [1971].

CASTIGLIONE, Pedro Paulo Chaves. **Financiamento Externo E Concentração Bancária: Uma Análise Dos Anos Do “Milagre Econômico” (1968 – 1973).** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro.** Mercator-Revista de Geografia da UFC, v. 9, n. 18, p. 17-26, 2010.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Economia, planejamento e nacionalismo.** Rio de Janeiro: Associação Promotora de Estudos da Economia, 1963.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Ensaio de história econômica e sociologia.** Rio de Janeiro: Associação Promotora de Estudos da Economia, 1963b.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica.** Quarta Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **(Re) produção do espaço urbano: o caso de Cotia.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1986

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** Editora Contexto, 2024.

CARNEIRO, Dionísio. **Crise e Esperança: 1974-1980.** IN: Abreu, M. de Paiva (org.). A Ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana 1889-1989, 1990.

CATAIA, Marcio Antonio. Território político: fundamento e fundação do Estado. **Sociedade & natureza**, v. 23, p. 115-125, 2011.

- CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 39, p. 513-538, 2009.
- CAMPOS, Roberto de oliveira; FERNANDES, Oscar Lorenzo. **Economia, Estado, Modernidade-uma crítica liberal**. Revista USP, n. 17, p. 62-73, 1993.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Ensaio de história econômica e sociologia**. Rio de Janeiro: Associação Promotora de Estudos da Economia, 1963.
- CASTRO, Paulo Rabello de; RONCI, Marcio. **Sixty years of populism in Brazil**. In: The macroeconomics of populism in Latin America. University of Chicago Press, 1991. p. 151-173.
- CARLONI, Karla Guilherme. Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **Brasil: nações imaginadas**. Antropolítica, v. 1, n. 1, p. 7-36, 1995.
- CHASIN, José. A via colonial de entificação do capitalismo. A miséria brasileira, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense, 2017 [1981].
- CHIAVENATTO, Júlio José. O golpe de 64 e a ditadura militar. São Paulo: Moderna, 1994.
- GOMES, CIRO FERREIRA. **Projeto Nacional: O dever da esperança**. 1o ed. Leya, 2020.
- CLAVAL, Paul. **História da geografia**. Lisboa: edições, v. 70, p. 140, 2006.
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **“Ele não era bandido”: práticas disciplinares e racismo de Estado na violência urbana carioca**. (SYN) THESIS, v. 12, n. 1, p. 37-51, 2019.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: (AUTOR) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-47, 1995.
- CORRÊA, Marcos Sá. “1964 Visto e Comentado pela Casa Branca.” L&PM. Porto Alegre. 1977.
- COUTINHO, Luciano G.; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. **Economia e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 129-154, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Realismo & Anti-Realismo na Literatura Brasileira**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, p. 1924.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Uma via “não-clássica” para o capitalismo**. in D'INCAO, Maria Ângela (org) História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Júnior. São Paulo, Editora Brasiliense/SECSP/EUNESP, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, p. 68, 1980.

CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina: ensayo de interpretación histórica**. Siglo xxi, 1998.

DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. Unesp, 1998.

DALIO, Danilo José; MIYAMOTO, Shiguenoli. O governo Vargas e a comissão mista Brasil-Estados Unidos. *Ideias*, v. 1, n. 2, p. 151-181, 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 1992.

DA SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. **O mal-estar da abordagem particularista na geografia**. *Recital-Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG*, v. 3, n. 3, p. 195-201, 2021.

DE ANDRADE, Manuel Correia. **O pensamento geográfico e a realidade brasileira**. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 5-28, 1977.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e geografia**. São Paulo. Contexto, 1991.

DELFIM NETTO, Antônio. **Análise do comportamento recente da economia brasileira** – documento preparado no início de 1967. In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – MPCG. *Diretrizes de governo*. Brasília: jul. 1967.

DEGRANDI, José Odin. **Verticalidades e horizontalidades nos usos do território de Santa Maria-RS**. 2012.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro, Zahar. 1976.

DOBB, Maurice; SWEEZY, Paul Malor; TAKAHASHI, Hilton Hill; HILTON, Rodney; HILL Christopher. **Do Feudalismo ao Capitalismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1978 [1970].

DOS SANTOS, Theotonio. **Crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependência en América Latina**. *Boletín del CESO*, n. 3. Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos Santiago (CESO): Universidad de Chile, 1968a.

DOS SANTOS, Theotonio. **Crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependência en América Latina**. *Boletín del CESO*, n. 3. Santiago: Centro de Estudios Socioeconómicos Santiago (CESO): Universidad de Chile, 1968b.

DOS SANTOS, Theotonio. **Globalização e regionalização na economia mundial**. *Indicadores econômicos FEE*, v. 21, n. 1, p. 78-96, 1993.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff. **Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta**. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, ago. 1995.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DRESCH, Jean. **Sur une géographie des investissements de capitaux. L'exemple de l'Afrique Noire.** [On a geography of capital investment. The example of Black Africa]. Bulletin de l'Association de géographes français, 177-178, 59--64 (1946).

DRESCH, Jean. **Méthodes coloniales au Congo belge et en Afrique équatoriale française.** Politique étrangère, v. 12, n. 1, p. 77-89, 1947.

DRESCH, Jean. **Géographie et sous-développement.** In: Annales de géographie. Armand Colin, p. 641-643, 1967.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar.** Cadernos Cedes, v. 28, p. 333-355, 2008.

ENGELS, Friedrich. Las guerras de campesinos em Alemania. Buenos Aires, Claridad, 1971 [1850].

ENGELS, Friedrich. **Carta de Friedrich Engels a Walther Borgius (Heinz Starkenburg), 25 de Janeiro de 1894.** In: SVERDLOV, M. Cartas de Karl Marx e Friedrich Engels. Paris: Editora da UCR J. 2007.

ENGELS, Friedrich; NOGUEIRA, Eduardo Lúcio; JARDIM, Conceição. **As guerras camponesas na Alemanha.** 1977.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Companhia das Letras, 2021 [1958].

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1994.

FERREIRA, Luciano Vaz. **Os preceitos da doutrina da segurança nacional e a sua implementação no Brasil.** 2012.

FERREIRA, Jorge. **Crises da República: 1954, 1955 e 1956.** In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FRANK, Andre Gunder. **The development of underdevelopment.** Monthly Review, v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.

FRANK, Andre Gunder. **La dependencia ha muerto, viva la dependencia y la lucha de clases.** Sociedad y Desarrollo: Revista del CESO, n. 3, p. 217-34, 1972.

FONSECA, Pedro. **Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do Governo Goulart**. Estudos Econômicos ed. 34, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1968 [1959].

FURTADO, Celso. **Formação de capital e desenvolvimento econômico**. Revista Brasileira de Economia, v. 6, n. 3, p. 7-45, 1952.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

FÜRSTENAU, Vivian. **Inflação: monetaristas e estruturalistas**. Ensaios FEE, v. 2, n. 2, p. 25-35, 1982.

FOSTER, John Bellamy. **Late Imperialism**. Monthly Review, New York, vol. 71, n.º 3, July/August, 2019.

FRANK, Andre Gunder. The development of underdevelopment. Monthly Review, v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.

FRANK, Andre Gunder. La dependencia ha muerto, viva la dependencia y la lucha de clases. Sociedad y Desarrollo: Revista del CESO, n. 3, p. 217-34, 1972.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019 [1933].

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010. [1970]

GODOI, Bruno Bezerra Cavalcanti. A influência de Roberto Campos na economia brasileira (1945-2001). 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GOMES, Angela de Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-58.

GOMES, Angela de Castro. **Reflexões em torno de populismo e trabalhismo**. Varia História, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002, p. 55-68.

GOMES, Ciro Ferreira. **Projeto Nacional: O dever da esperança**. 1oed. Leya, 2020

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**.

Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), p. 13-30, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antnio. **A questão meridional: 1926**. In: Escritos Políticos, v.2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GENNARI, ADILSON MARQUES. **História do pensamento econômico**. Saraiva Educação SA, 2009.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife, 1959.

GUERRA, Tiago Cavalcante. **Os militares no pós-1964: um estudo histórico sobre a Linha-dura (1964-9)**. Verinotio—Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas, v. 25, n. 2, 2019.

GUDIN, Eugênio. **O caso das nações subdesenvolvidas**. Revista Brasileira de Economia, v. 6, n. 3, p. 47-77, 1952.

GUDIN, Eugênio. **Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos- 1958-1964**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1965.

GUDIN, Eugênio. **Princípios de economia monetária**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1968.

GUGLIEMO, Raymond. **Les grandes métropoles du monde**. Paris: Armand Colin, 1996

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Imperio**. Barcelona: Editorial Paidós, 2005.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Novo imperialismo (O)**. Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. In: PANITCH, Leo; LEYES, Colin (Org.). **Socialist Register 2004: o novo desafio imperial**. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 95-125.

HARVEY, David. **Social Justice and the City**. London: Edward Arnold. 1973.

HARVEY, David. **The Limits to Capital**. Oxford: Blackwell. 1982.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich; MENESES, Paulo; DE LIMA VAZ, Henrique C. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992. [1807]

HECKSCHER, Eli. **The Effect of Foreign Trade on the Distribution of National Income**. In: H.Flam e J. Flanders (ed.). 1919

HERMANN, Jennifer. **Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico**. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, Editora Campus, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Las revoluciones burguesas**. Madrid Ediciones Guadarrama, 2021 [1974].

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 1986.

IANNI, Octávio. **A Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KAHIL, Samira Peduti. **Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo**. Sociedade & Natureza, v. 22, p. 475-485, 2010.

KAYSER, Bernard. **Les divisions de l'espace géographique dans le pays sous-développés**. Annales de Géographie 412, p.686-697, 1966.

KAYSER, Bernard. **Pour une analyse de la classe moyenne dans les pays du Tiers Monde**. Revue tiers monde, p. 7-30, 1985.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984

KOONINGS, Kees. **O “exército político” brasileiro: faccionalismo militar e a dinâmica do regime de 1964-1985**. Militares e política, n. 6, 2010.

KRETZER, Jucelio. **Os Efeitos das Fusões e Incorporações na Estrutura do Mercado Bancário Brasileiro: 1964 – 1984**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Dissertação de mestrado. 1996.

KUCZYNSKI, P.P.; WILLIAMSON, J. **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus. 1988. [1976]

LACOSTE, Yves. **Géographie du sous-développement, geopolitique d'une crise**. Paris, PUF, 1976.

LANDER, Edgardo. **Marxismo, eurocentrismo y colonialismo**. La teoría marxista hoy, p. 209-243, 2006.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1899].

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1980 [1908].

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011 [1916].

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. São Paulo, Editora Brasiliense, -3ª Edição, 1982.

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento, 1974/76: sonho e fracasso**. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 1998.

LOTUFO, Marcelo Freddi. **A teoria da dependência como matriz para um diálogo latino-americano**. Remate de Males, v. 36, n. 1, p. 31-50, 2016.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional**. Revista Brasileira de História, v. 29, p. 187-208, 2009.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a Política Econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-22082012-105827. Acesso em: 2023-08-12.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967/69**. Campinas: IE/Unicamp, 2000.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 71-98, 2016.

MACIEL, David. **Friedrich Engels, historiador da revolução alemã de 1848-1849**. Revista Novos Rumos, v. 50, n. 2, 2013.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República** (1974- 1985). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. **A Hegemonia do Agronegócio e o Sentido da Reforma Agrária na Atualidade**. In : SIMONETTI, M. C. L. (org.). Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.83-96.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. Abril Cultural, São Paulo: 1972

MANZUR, Tânia Maria PG. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 169-199, 2014.

MAMIGONIAN, Armen. **A geografia e a formação social como teoria e como método. Mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, p. 198-206, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia: La economía exportadora. Sociedad y Desarrollo**, v. 1, p. 35-51, 1972.

MARINI, Ruy Mauro. **World capitalist accumulation and sub-imperialism**. Two Thirds, n. 1, p. 29-39, 1978.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica**. Revista Brasileira de História, v. 28, p. 245-263, 2008.

MARTINS FILHO, João R. **Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (Orgs.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

MASSEY, Doreen. **Space, Place, and Gender**. Minnesota, MN: University of Minnesota Press. 1994.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. Boitempo Editorial, 2015.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Ana Luiza. **História do café**. Editora contexto, 2012.

MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. ed. São Paulo: Editora Ensaio, 1989. [1848]

MARX, Karl. **Contribución a la crítica de la economía política**. Buenos Aires, Estudio, 1970 [1859].

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015 [1867].

MARX, Karl. **O Capital – Livro II – O Processo de Circulação do capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014 [1885].

MARX, Karl. **O Capital – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017 [1894].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Editora Vozes, 2019 [1932].

MATTSON, Kirk. **Una introducción a la geografía radical**. Universidad de Barcelona, 1978.

MAURO, Frédéric. **Do Brasil à América**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MELO, Victor Andrade de. **O automóvel, o automobilismo e a modernidade no Brasil (1891-1908)**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 30, n. 1, p. 201-203, 2008.

MESZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil**. Geografares, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Territorio en la geografía de Milton Santos**. U. Externado de Colombia, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Fixação do valor e capital fixo**. Boletim Paulista de Geografia, n. 72, p. 83-94, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia, pequena história crítica**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert; DA COSTA, Wanderley Messias. **A valorização do espaço: geografia crítica**. Ed. Hucitec, 1984.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. Porto Alegre, 2011.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. Editora Contexto, 2010.

MOREIRA, Ruy. **A globalização como modo de vida capitalista globalizado**. Revista Ciência Geográfica. Bauru, n 19, ano VII. 2001.

MOREIRA, Ruy. **Da região à rede e ao lugar**. Ciência Geográfica, n. 6, AGB Bauru, 1990.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOREIRA, Ruy. **Geografia. Teoria e crítica: o saber em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil – Estudo sobre a sociedade e o espaço**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MOTTA, Flávio Piccinini. **Análise das políticas de incentivo à concentração bancária no período 1967-1973**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Deuseles de; LISBOA, Helena dos Santos; FONTOURA, Leandro Martins; GERALDI, Juliano. **Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente?** Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 13, n. 786, 2008.

MOURÃO, Rafael Pacheco. **Desenvolvimento, industrialização e ordenamento político: uma discussão sobre os Estados em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – dois Estados, uma “Ordem”**. Revista História em Curso. Minas Gerais, V. 2, n. 2, 2012.

NASSIF, André. **O modelo centro-periferia e a economia política da Cepal: ontem e hoje**. Encontro Nacional de Economia da Associação dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), 2021.

NERY, Sebastião. **As 16 derrotas que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

NETO, Joaquim Luiz Pereira Briso. **O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas financeiras da ditadura militar (1961-1966)**. Tese de Doutorado. 2008.

NETO, Vitale Joanoni; NETO, Regina Beatriz Guimarães. **Amazônia: Políticas governamentais, práticas de ‘colonização’ e controle do território na ditadura militar (1964-85)**. Anuario IEHS, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. Boitempo editorial, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil**. História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, 1997.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. **Democracia com desenvolvimento: 1956-1961**. In: ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras expressões, 2014 [2004]

OHLIN, Bertil. **A Theory of Trade**. Ph.D. Dissertation. Stockholm School of Economics. In: Flam, H. e J. Flanders (ed.). 1924.

OHLIN, Bertil.. **Interregional and International Trade**. Cambridge (Ma.): Harvard University Press, 1968 [1933]

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1988.

POMPEU, Bruno Nogueira. **O desenvolvimento da indústria automobilística sob a ótica do plano de metas do governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 7. ed São Paulo: Brasiliense, 1963. 390 p. [1942].

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012. [1933]

PEDROSA, Breno Viotto. **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. São Paulo: tese de doutorado–FFLCH/USP, 2013.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Hannah Arendt, poder e a crítica da "tradição"**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 115-138, 2004.

PEIXOTO, João Paulo. **Por que os militares intervêm “na política”? Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, Simone Rodrigues. **O pensamento social e político latino-americano: etapas de seu desenvolvimento**. Sociedade e Estado, v. 27, p. 337-359, 2012.

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 1963- 65. In: O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento, Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. 2012.

PREBISCH, Raúl. Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico. En: **Estudio económico de América Latina**, 1949-E/CN. 12/164/Rev. 1-1950-p. 3-89, 1950.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Ed. Fundo de Cultura, 1964.

TAVARES, Maria da Conceição. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Editora Record, 2000. [1963]

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. **Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente**. In: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal Rio de Janeiro: Record, 2000 [1996]

TAVARES, Maria da Conceição. **A Retomada da hegemonia norte-americana**. In FIORI, José Luís (Org.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997 [1985].

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil**. Ensaios Sobre a Crise. Campinas: Unicamp, IE, 1998.

QUELER, Jefferson José. **Jânio Quadros, o pai dos pobres: tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, p. 119-133, 2014.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

RANGEL, Ignácio. **A história da dualidade brasileira**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 1, n. 4, 1981.

RATZEL, Friedrich. **Antropogeographie, Die Geographie Verbreitung des Menschen (Zweiter Teil)**. Stuttgart: J. Engelhorn. 1891.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Zahar, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. Forma em crise. Utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Homens lentos, opacidades e rugosidades**. Redobra, Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICUPERO, Bernardo. **Da formação à forma: ainda as "ideias fora do lugar"**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 59-69, 2008.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. **Ditadura Militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos ditatoriais para a democracia outorgada**. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, 11, p. 381-405, 2019.

RITTER, Karl. **Comparative geography**. Tradução William L. Gage. Filadélfia: J. B. Lippincott & CO, 1865.

RODRIGUEZ, Octávio. **La teoría del subdesarrollo de la CEPAL**. Mexico: Siglo XXI Editores, 1980.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras: habitação e especulação, o direito à moradia, os movimentos populares**. São Paulo: Contexto, 2001 [1988].

ROSS, Jurandir L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003, p.57, p.63, p.103 105.

SANTA ROSA, Virgínio; SODRÉ, Nelson Werneck. O sentido do tenentismo. Editora Alfa Omega, 1976.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de geografia, n. 54, p. 81_100-81_100, 1977.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2002 [1978].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Da Política do Estado à Política das Empresas: Globalização e Política**. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, 3 (6):3-191, jul/dez 1997.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **The Devil's totality: how geographical forms diffuse capital and change social structure**. Antípode, vol XII, n.3. 1980.

SANTOS, Milton. **Society and Space: the social formation as theory and method**. Antipode, vol. IX, n. 1, 1977

SANTOS, Milton. **Geography, Marxism and Underdevelopment**. Antipode, vol. VI, n. 3. 1974

SANTOS, Milton. **Planning Underdevelopment**. Antipode, vol. IX, n. 3. 1977b

SANTOS, Milton. **The spatial dialects: the two circuits of urban economy in underdeveloped countries**. Antipode, vol. IX, n. 3. 1977.

SCHULZ, John. **O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SCHWARZ, Roberto. (org.). 1992. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial**. São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

SERENI, Emilio. **De Marx a Lenin: la categoria de formacion economico-social**. ECONOMIA Y CIENCIAS SOCIALES, v. 13, n. 1-4, p. 5-53, 1971.

SILVA, Agostinho da. **Ensaio para uma teoria do Brasil**. Espiral, n. 11-12, 1966.

SILVA, Armando Correa da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Armando Correa da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Vera Lucia da. A influência da tecnocracia industrial-empresarial na identificação entre desenvolvimento econômico e industrialização na Política de Planejamento Nacional. Revista Jurídica da FA7, v. 12, n. 2, 2015.

SILVEIRA, Maria Laura. **Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, p. 127 150, 2009,

SILVEIRA, Maria Laura. **Uma situação geográfica: do método à metodologia**. Revista Território, Rio de Janeiro, v. IV, n. 6, p. 21-28, jan./jun. 1999.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região: Fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque**. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1970.

SOJA, Edward William. **Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory**. Verso, 1989.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e industrialização no Brasil**. Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura (CECON), (texto para discussão, n.5) 1988.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1986,

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SMITH, Peter. Talons of the Eagle. **Dynamics of the U.S.-Latin American Relations**. Oxford University Press, Oxford and New York, 2000.

SMITH, Neil. **Uneven development: Nature, capital, and the production of space**. University of Georgia Press, 2010.

SOUZA, Angelita Mattos. **Repensando a teoria da dependência**. A terra é redonda, 12 de agosto de 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/repensando-a-teoria-da-dependencia/> Acessado em 02/02/2024.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Territorio usado, rugosidades e patrimonio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal**. PatryTer, v. 2, n. 4, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.

SOLA, Lourdes. **Ideias Econômicas Decisões Políticas**. São Paulo, SP: Edusp: FAPESP, 1998.

SPÍNOLA, Vera. Neoliberalismo: **Considerações acerca da origem e história de um pensamento único**. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 6, n. 9, p. 104-114, jan. 2004.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa -vol. III: o triunfo dos soviets**. LeBooks Editora, 2020. [1930]

TRÓTSKI, Leon. **História da revolução russa**. Montecristo Editora Ltda., 2022. [1917]

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **As características próprias da Geografia**. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. [1913]

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Tableau de la geographie de la France**. Paris: Éditions de la Table Ronde, 1903

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1922.

VILELLA, André. **Dos anos dourados de JK à crise não resolvida**. In: GIAMBIAGI, F et al. (Orgs). **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Campus, 2005.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)**. Revista Brasileira de Política Internacional, 1994.

WANDERLEY, Guilherme dos Santos. **Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira, 1959-1966**. Revista de Administração de Empresas, v.13, n.2, abr./jun. 1977.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989. [1ª edição de 1978].

ZWEIG, Stefan; GALLOTTI, Odilon. **Brasil: País do Futuro** (Portuguese Edition). 1941.

ZUSMAN, Perla. **Milton Santos. Su legado teórico y existencial (1926-2001)**. Documents d'anàlisi geogràfica, n. 40, p. 205-222, 2002.